

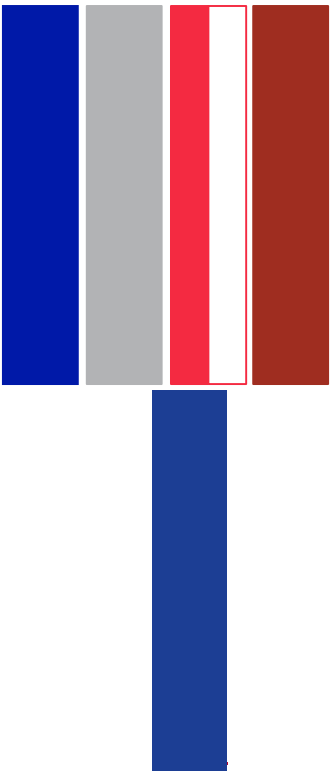
2º CICLO

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO — COMUNICAÇÃO POLÍTICA

Ciberativismo: A violência doméstica na pandemia

Maria Antonia Moráz Fiorini

2021



Maria Antonia Moráz Fiorini

Ciberativismo: A violência doméstica na pandemia

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Ciências da Comunicação –
Comunicação Política orientada pela Professora Doutora Lúcia Sofia Alves Passos Ferro.

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2021

Maria Antonia Moráz Fiorini

Ciberativismo: A violência doméstica na pandemia

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Ciências da Comunicação –
Comunicação Política orientada pela Professora Doutora Lígia Sofia Alves Passos Ferro.

Membros do Júri

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Classificação obtida: (escreva o valor) Valores

*A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu, mas pensar o que ninguém pensou
sobre aquilo que todo mundo vê. (Artur Schopenhauer)*

Sumário

Declaração de honra	4
Agradecimentos	5
Resumo.....	7
Abstract	8
Índice de Quadros	9
Lista de abreviaturas e siglas.....	10
Introdução.....	12
1.O FEMINISMO EM PORTUGAL	17
1.1 Feminismo: contextualização e implicações históricas	17
1.2 A violência doméstica: um problema de género.....	28
1.3 A violência doméstica em contexto de pandemia derivada da COVID-19.....	34
2 COMUNICAÇÃO NAS REDES.....	38
2.1 A internet como canal de comunicação para vítimas de violência doméstica	38
1.1. O ciberativismo como canal de expressão dos movimentos feministas.....	43
2.2 Do ciberativismo ao ciberfeminismo: a evolução das formas de comunicação online	47
3 METODOLOGIA	52
4 ANÁLISE DE CONTEÚDO.....	61
4.1 Análise de conteúdo das postagens do Facebook dos movimentos feministas de Portugal	
61	
1.2. 4.2 O ciberativismo como forma de combate à violência doméstica	~~62~~ 61
4.3 Do ciberativismo ao ciberfeminismo: uma luta contra a violência de género.....	78
Considerações finais.....	89
<i>O combate a violência doméstica</i>	89
<i>Articulação dos movimentos feministas</i>	91

<i>Ciberfeminismo: engajamento feminista nas redes sociais</i>	92
<i>Pistas de investigação para o futuro</i>	94
 Referências Bibliográficas	97
Anexos	102
2.1. Anexo 1	102
Análise individual das postagens	102
Apêndices	~~156~~ 158
Apêndice 1.....	~~156~~ 158
Apêndice 2.....	~~170~~ 172

Declaração de honra

Declaro que a presente dissertação é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referenciação. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Porto, 30 de junho de 2021

Maria Antonia Moráz Fiorini

Agradecimentos

Meu maior sonho desde pequena sempre foi estudar fora do Brasil. Após algumas tentativas de bolsas de intercâmbio durante a licenciatura, veio a oportunidade de cursar o Mestrado em Portugal na Universidade do Porto e a sensação de um sonho realizado. O Porto permitiu-me viver a vida intensamente e fazer com que um mês vivenciado mais parecesse um ano de vida.

Eu não cursei esse Mestrado sozinha, meus pais sempre me incentivaram a continuar a estudar que, mesmo do outro lado do oceano, não deixaram de me apoiar em nenhum momento. As chamadas de vídeo não substituíram o abraço e o carinho recebido, mas me ajudaram naqueles dias mais difíceis da quarentena em que a saudade mais apertava. À minha mãe, Rosalina Moráz, obrigada por me incentivar sempre a seguir meus sonhos e sou muito grata também ao meu pai, Adalberto Fiorini, que apesar de não ter concluído os seus estudos e ter achado uma grande loucura minha mudar de país com 22 anos, nunca ter deixado eu desistir.

Agradeço também aos meus colegas de curso que foram muito além de colegas, mas uma família para mim cá no Porto, obrigada por todas as risadas, desabafos e saídas para beber um copo, além dos encontros virtuais pelo Zoom durante a quarentena. A vida convosco cá no Porto foi dividir angústias financeiras, saudades da família com algumas saídas ao cinema, idas a praia, viagens e risadas. Aos que foram embora, hoje fica a minha saudade desses tempos que eu lembrarei para sempre. Sou imensamente grata a minha amiga Georgia Fagundes com quem tive oportunidade de dividir não só o apartamento, mas a vida durante todo esse tempo cá no Porto.

Agradeço também aos meus amigos do Brasil que, mesmo de longe, nunca deixaram de me apoiar e foram também amparo naqueles dias que a saudade bateu mais forte.

Agradeço imensamente também a minha orientadora Dra. Lígia Sofia Alves Passos Ferro que sempre foi muito atenciosa e se empenhou ao máximo para que eu pudesse desenvolver esse trabalho. Obrigada por me incentivar a participar do mundo da pesquisa e pelas orientações para compartilhar alegrias pelos resultados.

Não foi fácil ter um trabalho exaustivo e estressante enquanto estive a escrever essa dissertação. O Mestrado fez parte de um grande crescimento pessoal e profissional que eu tive junto da mudança de país, agradeço a todo mundo que me acompanhou durante essa trajetória, sou uma Maria Antonia completamente feliz e realizada com muitas experiências e histórias na bagagem.

Resumo

O presente estudo tem como propósito conhecer o ciberativismo desenvolvido em torno do aumento da violência doméstica em tempos de confinamento em quatro redes sociais de movimentos feministas de Portugal, a levar em consideração os conteúdos e a forma como o ciberativismo está a ser utilizado nas páginas do Facebook de movimentos feministas de Portugal sobre violência doméstica durante a pandemia. Foram selecionados conteúdos que tratam do assunto nas páginas do Facebook do Feministas em Movimento, Feminismos Sobre Rodas, Rede 8 de Março e Frequência Feminista entre os dias 18 de abril a 18 de maio de 2020 e 15 de janeiro a 15 de fevereiro de 2021. O recorte de pesquisa compreenderá os conteúdos publicados nas páginas durante os dois períodos, em uma perspectiva comparada. As principais temáticas abordadas são a história dos movimentos feministas (Silveirinha, 2004; Freire, 2010; Duarte, 2009), a apropriação das redes sociais pelos movimentos (Câmara, 2016; Costa, 2018), o ciberespaço e o ciberativismo (Magalhães, Marôpo, Amaral 2018; Fonseca, Cardoso, 2018). Foi aplicada uma abordagem metodológica a partir das entrevistas semi-abertas de Duarte (2006) e a análise de conteúdo (Bardin, 1977) para guiar a análise das postagens. Após a análise, foi possível identificar a abordagem dada às ocorrências de violência doméstica durante a pandemia pelas páginas dos movimentos feministas portugueses em apreço, as principais formas do ciberativismo e os formatos das iniciativas tomadas nesse contexto da violência doméstica durante a pandemia.

Palavras-chave: feminismo; redes sociais; ciberativismo; confinamento; Covid-19.

Abstract

This study aims to understand the cyberactivism developed around the increase in domestic violence in times of confinement in four social networks of feminist movements in Portugal, taking into account the contents and the way in which cyberactivism is being used in the pages of the Facebook of Portuguese feminist movements on domestic violence during the pandemic. Contents dealing with the subject were selected on the Facebook pages of Feministas em Movimento, Feminismos Sobre Rodas, Rede 8 de Março and Frequência Feminista between April 18th to May 18th, 2020 and January 15th to February 15th, 2021. The research cut will comprise the contents published on the pages during the two periods, in a comparative perspective. The main themes addressed are the history of feminist movements (Silveirinha, 2004; Freire, 2010; Duarte, 2009), the appropriation of social networks by the movements (Câmara, 2016; Costa, 2018), cyberspace and cyberactivism (Magalhães, Marôpo, Amaral 2018; Fonseca, Cardoso, 2018). The research will use a methodological approach based on Duarte's (2006) semi-open interviews including content analysis (Bardin, 1977) to guide the analysis of the posts. After the analysis, it will be possible to identify the approach given to the occurrences of domestic violence during the pandemic through the pages of feminist movements from Portugal, the main forms of cyberactivism and the formats of the initiatives taken in this context of domestic violence during the pandemic.

Keywords: feminism; social networks; cyberactivism; lockdown; Covid-19.

Índice de Quadros

Quadro 1 – Levantamento das postagens durante o primeiro período de análise.....	59
Quadro 2 – Levantamento das postagens durante o segundo período de análise	59

Lista de abreviaturas e siglas

APAV.....	Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
APTSES.....	Associação Profissional dos profissionais da Educação Social
CIAVVD....	Centro de Informação e Acompanhamento a Vítimas de Violência Doméstica
CIG.....	Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género
CCIF.....	Centro de Cultura e Intervenção Feminista
DGS.....	Direção-Geral da Saúde
EIR.....	Emancipação, Igualdade de Recuperação
ENSP.....	Escola Nacional de Saúde Pública
FCT.....	Fundação para a Ciência e a Tecnologia
FEM.....	Feministas em Movimento
GNR.....	Guarda Nacional Republicana
LCD.....	Lesão Corporal Dolorosa
LGBT.....	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transsexuais
MP.....	Ministério Público
NMSs.....	Novos Movimentos Sociais
OMA.....	Observatório de Mulheres Assassinadas
OMS.....	Organização Mundial da Saúde
ONGS.....	Organizações Não Governamentais
ONU.....	Organização das Nações Unidas
PUCRS.....	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PSP.....	Polícia de Segurança Pública

SNS..... Serviço Nacional de Saúde

UMAR.....União Mulheres Alternativa e Resposta

Introdução

A presente dissertação compara as abordagens realizadas pelas redes sociais sobre a violência doméstica durante a pandemia feitas pelos movimentos feministas de Portugal, por meio da análise das postagens divulgadas no Facebook dos movimentos *Feministas em Movimento*, *Feminismos Sobre Rodas*, *Rede 8 de Março* e *Frequência Feminista*. O problema a ser respondido pela pesquisa é: de que forma a abordagem da violência doméstica durante a pandemia foi construída na comunicação de quatro movimentos feministas portugueses, considerando a contextualização do feminismo no país e o ciberativismo mobilizados pelos movimentos em questão?

O feminismo foi um assunto pertinente na vida da autora desde o período de estudo da Licenciatura de Jornalismo na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) no Brasil. No começo da faculdade, a autora começou a participar de rodas de conversa sobre gênero e diversidade promovidas pelo ambiente acadêmico e percebeu o quanto essa questão está atrelada à política, assunto pelo qual também passou a se interessar e acompanhar. Apesar de o movimento estar majoritariamente presente nos partidos de esquerda, a autora entende que este deveria ser um assunto pertinente na vida de qualquer cidadão. A autora também apercebeu-se de questões relacionadas às minorias étnicas e, desde então, os direitos humanos passaram a ser a principal motivação durante os estudos acadêmicos e por isso, optou por abordá-lo nesta dissertação.

A primeira manifestação feminista que a autora participou foi contra o endurecimento da criminalização do aborto no Brasil em 2015, proposta do deputado Eduardo Cunha, que, mais tarde, acabou preso por envolvimento com corrupção. No Brasil, o aborto só é permitido quando coloca em risco a vida da gestante, quando há comprovação de que o feto é anencéfalo ou quando a gravidez é resultado de um estupro. Já em Portugal, a autora se deparou com uma realidade completamente diferente, com referendo aprovado em 2007 que dispõe sobre a despenalização dessa interrupção voluntária da gravidez realizada nas primeiras dez semanas em estabelecimentos de saúde legalmente autorizados. No período de aprovação do

referendo, visualizou-se uma grande diferença nas posições dos partidos de esquerda, apoiadores da descriminalização, e dos da direita, opositores desta alteração legislativa (Monteiro, 2012). A legalização do aborto é uma das principais reivindicações dos movimentos feministas brasileiros e, por isso, a autora identificou que o movimento no Brasil é mais articulado do que em Portugal, visto que o país europeu já avançou com políticas públicas que impactam directamente a vida das mulheres. A influência da Igreja Católica no condicionamento das representações, discursos e políticas e a difusão da moral conservadora marcaram contradições que se expressam nas políticas, nas práticas das instituições e dos agentes políticos (Monteiro, 2012). Para Monteiro (2012), os ecos deste episódio foram decisivos para se gerar um alerta colectivo em relação às contradições entre a normatividade jurídica e social, na qual fortaleceu os argumentos pró-descriminalização e esgotou a argumentação do contramovimento católico. Conforme Monteiro (2012), a descriminalização do aborto nunca foi consensual, justamente por desafiar princípios morais estabelecidos pelo catolicismo. Em 2018, onze anos depois da aprovação do referendo, a quantidade de abortos realizados em Portugal caiu 3,8% em comparação com 2017, no entanto, o número de brasileiras que interromperam a gravidez no país aumentou 27,7% no mesmo período.¹ É visível o sentimento de segurança que as mulheres brasileiras buscam em Portugal justamente por conta desse progresso de políticas públicas voltadas a elas.

A violência doméstica é um problema antigo e não surgiu com a pandemia do Covid-19. No ano de 2017, 24 mulheres foram assassinadas em Portugal e cerca de 54% das tentativas de feminicídio ocorreram no contexto da violência doméstica.² Já no Brasil, 193 mil mulheres registaram queixas por violência doméstica no mesmo ano, o que leva o país a ocupar o 5º lugar no ranking mundial de feminicídio, segundo a

¹ Miranda, Giuliana. Abortos caem 4% em Portugal, mas aumentam 28% entre brasileiras. **Diário de Notícias [online]**. Disponível em: <<https://bit.ly/2I9wDeJ>>. Acesso em: 3 dez. 2020.

² Ribeiro, Naiana. Como é a segurança em Portugal? Descubra se é seguro morar no país. **Viva Mundo**. Disponível em: <<https://bit.ly/36MKx05>>. Acesso em: 4 dez. 2020.

Organização das Nações Unidas (ONU).³ Esses casos são recorrentes na realidade brasileira, principalmente em cidades menores, como da tia da autora que vive actualmente no interior do Rio Grande do Sul, estado do Brasil que faz fronteira com Argentina e Uruguai. Certa vez, em um almoço da família, ela relembrou com desdém o terror diário que passava quando era casada com o ex-marido, que, certa vez, chegou a esperá-la com um pedaço de pau. Ela chegava a esconder os litros de destilados do próprio marido pois era quando estava sob efeito do álcool que ele cometia os atos de violência e relembrou de quando correu do ex-marido ao redor da casa que moravam em Flores da Cunha pedindo ajuda para os vizinhos atrás querendo matá-la. A tia Luci, como é carinhosamente chamada pelos sobrinhos, recorda da vez que ele a ameaçou com uma faca e só foi impedido pelo filho que pulou no pescoço do próprio pai e o coibiu de matá-la. Naquele dia, as irmãs dela falam que ela foi uma sobrevivente do feminicídio, sabendo que frequentemente, o destino dessas mulheres acaba sendo a morte. A autora ficou internamente aflita com essa história, ainda mais por pensar que há uma vítima tão próxima de si e que não tinha nem noção de tudo que a tia já havia vivido. Mesmo passado 20 anos que essa situação aconteceu, sabe-se que esse problema está longe de ser resolvido e, por isso, a autora optou por escolher esse tema no contexto português justamente para compreender a realidade do país em que decidiu realizar esse trabalho de investigação.

A importância deste estudo está baseada no ciberativismo presente nos movimentos feministas através do tratamento da violência doméstica durante a pandemia nas redes sociais realizado por meio da contextualização do feminismo no ambiente português da comunicação nas redes. A problemática da violência doméstica em tempos de confinamento foi amplamente discutida pelos movimentos feministas. Logo, a pesquisa é útil tanto para a comunicação quanto para a sociologia, pois analisa conteúdos sobre a repercussão dos casos de violência doméstica nos movimentos feministas em Portugal mais activos e através das entrevistas com as responsáveis pelos

³ Miranda, Giuliana. Abortos caem 4% em Portugal, mas aumentam 28% entre brasileiras. **Diário de Notícias [online]**. Disponível em: <<https://bit.ly/2I9wDeJ>>. Acesso em: 3 dez. 2020.

movimentos, também foi possível identificar as estratégias de ciberativismo presente nas abordagens.

As redes sociais têm sido a principal plataforma de comunicação para os movimentos feministas. Para análise de conteúdo, foi escolhido o Facebook por ser uma rede bastante utilizada em Portugal, sendo assim, verificou-se como principal plataforma de comunicação dos movimentos feministas. Nesta investigação, serão analisadas páginas do Facebook de quatro movimentos feministas. *O Feministas em Movimento* foi fundado em 2019 por pessoas com as mais variadas experiências que acreditam ser possível um feminismo atuante, inclusivo, democrático e muito atento à realidade (e às violências) vivida pelas mulheres que tem como objectivo a eliminação de todas as formas de discriminação e assegurar o direito à igualdade de género na qual tem pouco mais de 3900 curtidas e mais de 4 mil seguidores. O segundo escolhido foi o *Feminismos Sobre Rodas*, que conta mais de 3 mil curtidas e seguidores, na qual caracteriza-se como um grupo feminista itinerante e ativista que leva na bagagem várias iniciativas para trocar experiências e construir respostas por um futuro transformador. Será analisada também a *Rede 8 de Março*, responsável por organizar anualmente a Greve Feminista Internacional em Portugal e juntar diversas associações feministas, anti-racistas, de defesa de direitos das pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transsexuais (LGBT) e dos imigrantes na qual reúne muitas pessoas singulares e movimentos coletivos que conta com cerca de 9 mil curtidas e mais de 9 mil seguidores na página do Facebook. Por fim, o movimento *Frequência Feminista* na qual é descrito como página de arte e cultura feministas que possui pouco mais de 4 mil curtidas e seguidores. Os movimentos foram escolhidos por serem os que apresentaram uma maior frequência de postagem nas páginas do Facebook entre o período escolhido de 18 de abril a 18 de maio de 2020 e 15 de janeiro a 15 de fevereiro de 2021.

O estudo é dividido em quatro capítulos. O primeiro capítulo apresenta o desenvolvimento do feminismo em Portugal, a problemática da violência doméstica dentro do género e a contextualização dela na era da pandemia de Covid-19. Os principais autores explorados são Welzer-lang (2001), Perista e Carrilho (2016), Machado (2001), Saffioti (2001), Dias (1995) e Bordieu (1999).

O segundo capítulo aborda a comunicação nas redes, a internet e o ciberespaço como canais de expressão dos movimentos feministas e de apoio às vítimas de violência doméstica como os conceitos de fato e acontecimento e conceitua o ciberativismo e o ciberfeminismo. Para falar da internet e do ciberespaço, foram utilizados os autores Costa (2019), Castells (2001), Oliveira (1998), Cogo e Brignol (2010), Fonseca (2018), Sena e Tesser (2017) e Rigitano (2003). O ciberativismo é abordado pelos autores Magalhães, Marôpo e Amaral (2018), Câmara (2016), Pereira (2011), Padilla e Gomes (2016), Santos (2011), Silveira (2014) e Bittencourt (2014). O ciberfeminismo é contextualizado por Tomazetti (2015), Maciel (2017) e Reyes (2016).

No terceiro capítulo são apresentados os procedimentos metodológicos da pesquisa documental e bibliográfica de Stumpf (2005), paradigmas de investigação de Creswell (2010), análise de conteúdo proposta por Bardin (1977) e Fonseca Jr. (2006) e o método das entrevistas de Duarte (2006) e Travancas (2006).

No quarto capítulo, é realizada a análise das postagens sobre violência doméstica na pandemia. Para a realização da análise, foram escolhidas 20 postagens do Feministas em Movimento, nove do Feminismos Sobre Rodas, sete do Rede 8 de Março e seis do Frequência Feminista referente aos dois períodos escolhidos para análise. Cada postagem foi analisada separadamente em categorias de análise conforme disponível no Anexo 1, seguindo os parâmetros da análise de conteúdo de Bardin (1977), na análise foi realizado um compilado das postagens e das entrevistas em uma síntese comparativa, baseada nos pressupostos teóricos que embasaram o estudo.

1. O FEMINISMO EM PORTUGAL

O objetivo desta pesquisa é conhecer o ciberativismo desenvolvido em torno do aumento da violência doméstica em tempos de confinamento nas páginas *Feministas em Movimento*, *Feminismos Sobre Rodas*, *Rede 8 de Março* e *Frequência Feminista*. Dessa forma, o presente capítulo irá abordar questões teóricas e introdutórias envolvidas na pesquisa: o desenvolvimento e a contextualização histórica do feminismo em Portugal, a violência doméstica como um problema de género e a contextualização da pandemia de Covid-19.

Para tratar do desenvolvimento do feminismo em Portugal e da contextualização da violência doméstica durante a pandemia, os principais autores estudados são Welzer-lang (2001), Perista e Carrilho (2016), Machado (2001), Saffioti (2001), Dias (1995) e Bordieu (1999).

1.1 Feminismo: contextualização e implicações históricas

O desenvolvimento do feminismo em Portugal teve início na Revolução Republicana de 1910, onde surgem as primeiras agremiações feministas, associadas a correntes e feministas internacionais, estando restrita a uma elite intelectual (Martins, 2015). Na década de 1950, quando o país ainda vivia a ditadura instaurada por António de Oliveira Salazar, que vigorou de 1933 a 1941, totalizando 41 anos de regime, as mulheres eram forçadas à submissão de género e à dependência económica e afectiva, tendo seus direitos diminuídos e abafados pelo regime, conforme Freire (2010). Os discursos patrióticos e progressistas buscavam fortalecer a imagem de nação forte e próspera a partir da intelectualidade, conforme indica Maia (2017). Nesse período, o patriarcalismo era muito mais acentuado e as mulheres eram totalmente submissas aos homens e excluídas da sociedade civil. Acontece que grande parte da vida cotidiana está situada na origem da diferença sexual e corporal entre homens e mulheres (Dias, 1995). Nesse contexto, a crítica feminista buscou investir nesses discursos, de forma a problematizar o não partilhamento dos mesmos direitos de cidadania dos homens na qual “tendem a ser representadas apenas como receptáculos, sujeitos passivos e incapazes; ou, ainda, desvelando suas narrativas sobre a nação silenciadas no processo

histórico” (Maia, 2017, p. 1057). Até a década década de 1960, verificou-se essa dificuldade das mulheres de terem voz na sociedade. Conforme Freire (2010), as mulheres que muitas vezes clamavam pelos seus direitos eram silenciados e bastante ignoradas pela imprensa. Entretanto, as mulheres conquistaram o direito ao voto pela primeira vez em 1931, ao qual Martins (2015, p. 30) destaca:

Devem aí demarcar-se ciclos evolutivos no reconhecimento de direitos políticos às mulheres, associado a outras alterações legislativas com impacto nos seus quotidianos, que refletem e procuram dar resposta, ainda que de forma insuficiente e contraditória, às mudanças que as afetam nas quase cinco décadas de duração do regime ditatorial.

Apesar de Martins (2015) apontar um desenvolvimento no direito das mulheres durante a Ditadura Militar, a autora evidencia que as mulheres permaneciam subordinadas à autoridade do marido na mobilidade e autonomia. Após o período da Ditadura Militar, verificou-se que as mulheres começaram a ser ouvidas e queriam participar do espaço político. No entanto, o feminismo assumido foi de caráter burguês e liberal, restringindo-se as mulheres da elite (Maia, 2017). Neste período, destaca-se a obra de Ana Osório, que aborda a ruptura com o ideal patriarcal presente, que, segundo Maia (2017), procura afirmar seu lugar no feminismo mas sem despontar o discurso masculino, ao qual clama principalmente por independência financeira, educação, direitos e liberdade. Essas foram as principais reivindicações das mulheres na época. Apesar do republicanismo, que preconizava princípios universais e igualitários, entretanto, na prática, produziu a exclusão das mulheres da esfera pública dos direitos e cidadania (Maia, 2017).

Conforme indica Martins (2015), a luta das mulheres tomou o espaço político e passou a ser associada aos movimentos feministas. Os movimentos feministas como *Feminismos Sobre Rodas*, *Frequência Feminista*, *Rede 8 de Março* e *Feministas em Movimento* passam a ter importância no espaço político português. “Historicamente, e em diferentes latitudes, o feminismo como movimento social foi permeável às diferenças decorrentes da pertença de classe, do país de origem, das circunstâncias histórico-políticas e econômicas” (Martins, 2015, p. 23). Após a Revolução de 1974, o sufrágio universal foi reconhecido em Portugal, o que evidencia um aumento na participação política de mulheres. Nesta altura, também desenvolveu-se o estudo das

questões de género, mesmo que de forma lenta e irregular (Amâncio, 2003). Portugal foi um dos últimos Estados europeus a reconhecer o voto universal, “porém o reconhecimento formal da igualdade, por si só, não garantirá a correção das assimetrias entre os géneros” (Martins, 2015, p. 43). Era comum, nesta época, as mulheres políticas masculinizarem-se ou assexuarem-se para deixarem de ser vistas e enquadradas como mulheres, conforme aponta Martins (2015), o que revela um esforço para se inserirem na sociedade.

Segundo Silveirinha (2004), a criação de significado por parte dos media fez com que as mulheres lutassem pelos significados das mensagens que queriam passar. Dessa forma, elas buscam conquistar esse espaço para terem visibilidade na resistência da sua luta. Gallego (2004) alega que cada meio está radicado dentro de um contexto social e cultural. “Este conceito é o que denominámos de perspectiva de género, e não se trata nem mais nem menos que de dotar de significação informativa, de tornar visível, a diferente posição social ocupada pelos homens e as mulheres” (Gallego, 2004, p. 66). Neste trabalho, serão considerados como media as redes sociais que, apesar do objeto de investigação focar apenas na comunicação das mulheres, evidenciarão a desigualdade de género. Essa visão de mundo é evidenciada por Bordieu (1999) na qual concentra-se no sentido de géneros construídos como duas essências sociais hierarquizadas através da diferença entre os corpos biológicos. Saffioti (2001) também traz o género como categoria histórica e substantiva e categoria analítica e adjetiva. O género é, então, apresentado como uma construção social, dissociada da biologia.

As feministas ajudaram a desenvolver uma abordagem que compensa o determinismo marxista tradicional e a sua negligência da experiência, que ignora os constrangimentos estruturais impostos pela realidades económicas e política (McLaughlin, 2004). As postagens previamente analisadas realizadas pelos movimento feministas revelam que não há distinção de realidade económica e política ao falar do confinamento em decorrência da pandemia de Covid-19. Pertencentes ao feminismo pós-moderno, os movimentos buscam através de suas páginas a lista de opressões interligadas, dessa forma, McLaughlin (2004) revela que o pós-feminismo permanece em dívida com a segunda vaga, visto que esta era orientada para o processo de

conscientização, recuperando a voz da mulher como sujeito significativo de análise e como meio de desenterrar as resistências feministas.

Conforme aborda Zoonen (2004), a construção da identidade pública do movimento pelos media é concebida como produto de colisão de discursos sobre o género e a política.

Os discursos sobre género e política, a colisão das formas organizacionais e as preferências individuais construíram uma identidade pública do movimento de mulheres que inclui três elementos centrais: a emancipação é um tema legítimo para o movimento das mulheres, o feminismo não é; existe um fosso entre as preocupações das mulheres comuns e das activistas do movimento; o movimento é hostil para com os homens (Zoonen, 2004, p. 172).

Os movimento feministas são classificados por Zoonen (2004) como Novos Movimentos Sociais (NMSs) constituídos por uma rede de diferentes grupos organizados que partilham um reconhecimento comum de um problema social que resulta num processo contínuo de negociações simbólicas de identidade colectiva de um movimento particular, no caso, o feminismo. Dessa forma, os movimentos feministas que serão analisados terão como objectivo reconhecer o machismo e as consequências que ele provoca, neste caso, focado na violência doméstica.

Nesse sentido, as postagens realizadas pelos movimentos feministas buscam emancipação das mulheres vítimas de violência doméstica na qual torna, de certa forma, o movimento hostil para os homens, visto que as encoraja a denunciarem a partir da divulgação de linhas de apoio especializadas na denúncia desse tipo de violência. “O género pode ser assim entendido como uma significação que um corpo (já) sexualmente diferenciado assume, mas mesmo assim apenas existe em relação com outra significação oposta” (Duarte, 2009, p. 44). Os valores dão lugar às representações sociais e provocam a criação de uma rede de expectativas acerca do desempenho do papel social da mulher e do homem, conforme indica Duarte (2009). Desse modo, segundo Gallego (2004), a perspectiva de género se trata de dotar significação informativa e tornar visível a diferente posição social ocupada por homens e mulheres.

Já Barroso (2011), aponta que, além das determinações sociais, deve-se destacar as diferenças biológicas para compreender as diferentes posições entre homens e mulheres para que seja aberto espaço para a valorização e, desse jeito, atingir a igualdade de género. Bordieu (1999) concorda que essa diferença biológica pode surgir como justificação natural para a diferença social construída entre os géneros. Então, as relações de dominação são inscritas ao mesmo tempo na objectividade e na subjectividade (Bordieu, 1999). Dias (1995) concorda com Bordieu (1999) quando afirma que o género é encarado como resultado de relações complexas que se encontra incessantemente em reconstrução de forma objectivamente e subjectivamente. Baseados em factos objectivos, as postagens realizadas pelos movimentos feministas *Feministas em Movimento*, *Feminismos Sobre Rodas*, *Rede 8 de Março* e *Frequência Feminista* buscam fazer apelo subjectivo às mulheres, enfatizando a problemática da violência doméstica. Segundo Duarte (2009), durante o início da década de 1970, o género foi utilizado como linha de demarcação de diferenças biológicas, além de identificar a maneira como são usadas para comunicar comportamentos e competências. Barroso (2011) indica que definições clássicas atribuem ao género as características socialmente construídas que se constituem como expectativas sociais com base nos conceitos de feminilidade e masculinidade e as formas de estar e agir socialmente apreendidas. O conceito de género é socialmente apreendido quando falamos da violência, ao qual é exercida pelo patriarcalismo, conceito socialmente construído. Amâncio (2003) traz o conceito de *sexe social* como uma reflexão em torno da relação entre sexo e género orientada para a forma como o género constrói o sexo e destaca a assimetria no processo de diferenciação entre sexos como parte integrante dessa construção.

Segundo Bordieu (1999), esse princípios antagónicos da identidade feminina e masculina inscrevem-se sobre a forma de apresentar o corpo e da própria pessoa que resultam na naturalização de uma ética. Conforme Mclaughlin (2004), os estudos culturais buscam explorar as formas de identidade e dominação. Nesse sentido, Mclaughlin (2004) aponta que as feministas precisam de uma abordagem que retenha os estudos culturais e de economia política para representar o outro ao mesmo tempo

que discorrem sobre as realidades político-económicas que resultam no acesso aos meios de representação. McLaughlin (2004) revela que a maioria das feministas estão alinhadas com os estudos culturais, dando ênfase às identidades múltiplas, ao consumo e à cultura popular, mas poucas têm trabalhado na economia política, focado na classe, produção e conhecimento público. As abordagens político-econômicas têm muitas vezes fornecido que a experiência da desigualdade varia não só pela classe mas também pelas dimensões que incluem o gênero, raça, etnia, nação e sexualidade (McLaughlin, 2004). Dessa forma, a abordagem política dos movimento feministas incluem a dimensão do gênero, raça, etnia, nação e sexualidade através das suas postagens nas redes sociais.

Entretanto, Peça (2010) traz a diferença do movimento feminista e do movimento de mulheres ao qual indica que o último deve ser entendido de forma ampla, englobando organizações e formas activismo, feministas e não feministas. Já o movimento feminista, segundo Peça (2010), é um conjunto de mobilizações norteadas pela teoria feminista que procura desafiar a manutenção da submissão da mulher ao homem, sendo um subconjunto do movimento de mulheres.

Os movimentos de mulheres diferem dos feministas na medida em que não desafiam necessariamente o sistema patriarcal, podendo estar ausentes alguns ideais feministas, ao passo que os feministas são sempre apresentados como críticos deste sistema que consideram prejudicial para as mulheres, tendo como objectivo contribuir para a melhoria do estatuto destas e desafiar as hierarquias patriarcais e as diferentes formas de subordinação feminina (Peça, 2010, p. 19).

Dessa forma, neste trabalho, a autora vai considerar o movimento feminista como transmissor da mensagem e o movimento de mulheres como receptor, visto que não buscam desafiar o sistema patriarcal, mas encontrar formas de identificar e denunciar a violência doméstica. Conforme Peça (2010), a aliança desses movimentos traduz-se no acesso às tomadas de decisão e na capacidade para contribuir para mudanças políticas coincidentes às propostas feitas por eles de forma a aumentar a representatividade de mulheres e das mulheres por quem falam.

Segundo Fonseca (2018), nos dias atuais, as mulheres estão mais conscientes da sua função no processo de mudança social em relação às questões de género e nos temas étnicos e raciais para superar as desigualdades que se estabeleceram. No século XIX, os pensamentos das sufragistas tinham como pilares a igualdade jurídica, política, social e laboral e, ao longo do tempo, a luta social passou por ressignificação e tem atendido demandas de mulheres que, para além da luta por direitos, passam a almejar, de forma ampla, o respeito pelas questões de género (Fonseca, 2018). Para trazer a luta das mulheres para o contexto de Portugal, Peça (2010) afirma que o activismo no país confundia-se com personalidades, acontecimentos isolados e com memórias de manifestações públicas transformadas em mitos pelos meios de comunicação social. É importante que a articulação do activismo feminista se dê no espaço público que hoje é lugar de acção política, conforme aponta Peça (2010, p. 22): “É no espaço público que os movimentos podem reivindicar uma agenda que se pretende politicamente influente. Trata-se, assim, de se constituírem como parceiros dos decisores políticos formais”. Neste trabalho, considera-se as redes sociais como espaço público que funcionam como lugar de acção política, representado pelas postagens realizadas pelos movimentos feministas.

As questões de género foram ganhando importância no ambiente de investigação a partir do desenvolvimento da pesquisa sobre a perspectiva de género (Fonseca, 2018). Inicialmente, o género era estudado apenas pela biologia, mais tarde, a questão das diferenças entre os sexos tomou lugar na agenda da investigação social, orientada para as condições históricas e sociais de produção das crenças, dos saberes e da legitimação das divisões sociais baseadas no sexo (Amâncio, 2003). Nos anos 1980, o género surge como discurso político-institucional nas Nações Unidas e integra-se nas políticas dos direitos humanos e de luta contra discriminação do sexo de forma a reflectir as especificidades do contexto histórico (Amâncio, 2003). Segundo Amâncio (2003), a reafirmação do dualismo sexual e a desconceitualização do género tendem a concentrar a análise das diferenças baseadas no sexo aos domínios da realidade sexual onde a pertença sexual está presente, limitando-se numa perspectiva de género. Bordieu (1999) afirma que a divisão entre os sexos parece estar “na ordem das coisas” em todo

o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos habitus dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de acção. “O mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexuentes” (Bordieu, 1999, p. 9). Para Saffioti (2001), o conceito de género se trata de uma modelagem social, mas não necessariamente referida ao sexo, desse modo, ele pode ser construído independentemente do sexo. Dessa forma, Machado (2001), afirma que o feminino tende a ser portador do reconhecimento da impossibilidade da completude humana enquanto o masculino se define como portador da lei simbólica. Para Machado (2001), a inscrição dos sujeitos obedece a ordem simbólica, de tal modo que, mesmo com corpos e sexos masculinos e femininos, podem se inscrever em lugares opostos. Dessa formas, as mulheres e os homens nunca serão tratados como um género único porque sempre estiveram em lados opostos.

Essas regularidades na ordem física e social impõem e calculam disposições que excluem as mulheres de tarefas mais nobres, atribuindo-lhes lugares inferiores e fixando-lhes tarefas penosas, baixas e mesquinhas e, geralmente, tirando partido das diferenças biológicas que parecem fundamentar as diferenças sociais (Bordieu, 1999). As diversas formas de dominação masculina dificultaram o questionamento das relações entre homens e mulheres o que implicou na exclusão das mulheres do debate público devido às formas de naturalização da diferença sexual (Dias, 1995). Welzer-lang (2001) afirma que existe um simbolismo no conjunto social em que atribui aos homens as funções nobres e às mulheres as tarefas e funções afetadas de pouco valor. Segundo Bordieu (1999), esse princípio de inferioridade das mulheres é uma dissemetria fundamental entre o sujeito e objecto e entre o agente e o instrumento que se instaura no terreno das trocas simbólicas. Por vezes, essa inferioridade foi justificada pela força física da mulher ser mais fraca que a do homem. Dessa forma, conforme Bordieu (1999), para as mulheres, os casamentos continuam a ser o meio privilegiado de adquirirem posição social, sendo um produto inconsciente às probabilidades associadas a uma estrutura de dominação. Assim, aplica-se uma lógica paradoxal da dominação masculina e da submissão feminina que acaba por ser espontânea e extorquida que tem em conta os efeitos duradouros e as disposições espontaneamente adaptadas que a ordem social

exerce sobre as mulheres e os homens (Bourdieu, 1999). O mercado matrimonial está no fundamento da ordem social na qual as mulheres não podem figurar aqui senão enquanto símbolos cuja função é contribuir para a perpetuação ou para o aumento do capital simbólico detido pelos homens (Bourdieu, 1999).

A dominação masculina, que constitui as mulheres em objectos simbólicos, cujo ser (esse) é um ser percebido (percipi), tem por efeito colocá-los num sentido permanente de insegurança corporal ou, melhor, de dependência simbólica: existem antes do mais por e para o olhar dos outros, quer dizer enquanto objectos acolhedores, atraentes, disponíveis. Espera-se delas que sejam “femininas”, quer dizer sorridentes, simpáticas, atenciosas, submissas, discretas, reservadas, senão apagadas (Bourdieu, 1999, p. 57).

Já Welzer-lang (2001) analisa as relações entre homens e mulheres como relações sociais de sexo como produto de um duplo paradigma naturalista: a pseudo natureza superior dos homens que remete à dominação masculina, ao sexismo e às fronteiras rígidas entre os géneros masculino e feminino. “O masculino é, ao mesmo tempo, submissão ao modelo e obtenção de privilégios do modelo” (Welzer-lang, 2001, p. 464). Saffioti (2001) define o masculino como patriarca ao qual possui adeptos de implementação e defesa da ordem de género, o que contribui para a manutenção dos privilégios. Bourdieu (1999) destaca que a perpetuação dessa relação de dominação não reside nos lugares visíveis do seu exercício, como no interior da unidade doméstica, na qual o discurso feminista concentrou seus olhares, mas em instâncias como Estado e Escola que, mais tardar, abre-se para os movimentos feministas que acabam por abrir o quadro da luta política contra todas as formas de dominação. Conforme Dias (1995), o contributo do feminismo radical dos anos 1960 e 1970 colocou em causa os papéis sociais atribuídos às mulheres e denunciar as discriminações sofridas por elas através da opressão das mulheres, da exploração pelos homens, do andocentrismo e do patriarcalismo. Saffioti (2001) afirma que o género, apresentar um carácter dominante, deixa sempre espaço para um grau variável de liberdade de opção. Há movimentos feministas que trabalham com o conceito de sexo/género, outras que se focam nas diferenças sexuais para explicar o género e outras que afirmam de tal modo o primado do social, que acabam por ignorar o corpo, abraçando o essencialismo social (Saffioti,

2001). A introdução do conceito de género veio contrariar o argumento biológico de base de sustentação da segregação dos papéis sexuais (Dias, 1995).

As áreas de estudo sobre género e feminismo criaram um ambiente favorável ao debate em países anglo-saxónicos e a constante renovação e transformação do pensamento feminista se destacou sobretudo a uma capacidade de identificar as suas próprias contradições, a uma insatisfação e um olhar crítico sobre a produção científica que não se encontram apenas em países onde essas instituições existem (Amâncio, 2003). Existem duas razões pela generalização de um qualificativo do discurso teórico das quais a afirmação do termo é um acto de resistência face ao significado pejorativo de uma censura para aquelas que ousavam pensar-se e pensar o mundo com o termo que nasceu no século XIX e perdura até hoje, constituindo-se como uma ameaça pelo meio envolvente e acarretava dificuldades de integração e outros riscos para a imagem das mulheres (Amâncio, 2003). “Esta postura crítica não deixa de ser um efeito positivo do distanciamento do movimento das mulheres em relação ao poder e da relativa marginalidade da reflexão feminista no seio das instituições académicas” (Amâncio, 2003, p. 709).

Segundo Welzer-lang (2001), as lutas das mulheres e o feminismo contestaram a supremacia masculina, mas nunca definitivamente, pois a dominação ainda perdura mas tendencialmente ela se pulveriza e, ao mesmo tempo, o género masculino se modifica e integra outros conteúdos e valores. Entretanto, Welzer-lang (2001) enfatiza que isso não quer dizer que não houve recomposição da dominação masculina, que colocação em dúvida da masculinidade seja linear ou que seja necessário esquecer a articulação entre relações sociais de sexo e estruturação em classes sociais. Já Saffioti (2001) traz a adoção de uma matriz de género distinta da dominante, mas essa escolha não recai sobre uma única matriz, podendo tanto homens quanto mulheres, transitar de uma a outras e, dessa forma, permitem resignificação das relações de poder, objetivo principal das diferentes vertentes do feminismo. A partir do individualismo e da destradicionalização, os movimentos feministas impulsionaram e instauraram novas formas de pensamento sobre a divisão sexual de género, enfatizando caminhos desconstrutivistas de género, que se somaram às lutas por igualdade política, fazendo

com que sexo e género compartilhassem valores (Machado, 2001). Segundo Machado (2001), “grupos de homens” passaram a tentar resgatar a sua autonomia emocional para se desvencilhar das armadilhas e de se pensarem como depositários da lei simbólica. Bordieu (1999) ressalta que as instituições escolares tiveram papel fundamental na reprodução da diferença entre géneros, como o acesso das mulheres à instrução e à independência económica, bem como a transformação das estruturas familiares.

Apesar disso, Amâncio (2003) afirma que passados trinta anos da eclosão do debate científico, o sexo, inscrito no corpo, e o género, associado a história e cultura, continuam a estabelecer relações de ambiguidade, como se fossem termos conceptualmente equivalentes. A chegada de uma nova geração, sensível aos movimentos de protesto e com preocupações de novas exigências quanto ao papel da ciência na sociedade, o chamado feminismo da segunda vaga, denunciava a colonização das mulheres pela visão patriarcal das relações entre os sexos que a literatura e a teoria psicanalítica difundiam (Amâncio, 2003). Nos anos 1970, conforme Amâncio (2003), o acolhimento do conceito de género foi facilitado pela reemergência do movimento feminista num contexto social de aumento generalizado da escolaridade e da qualificação das mulheres que conceitua: “O género refere-se a uma relação social, e não a uma propriedade de indivíduos concretos, e essa relação, que é marcada pela assimetria no plano dos significados e define um contexto de dominação, é socialmente construída” (Amâncio, 2003, p. 702). Aplicado às mulheres e aos homens, o género é incapaz de abranger a complexidade dos recortes como classe, cor de pele, etnia, religião ou orientação sexual porque ele não é um atributo dos indivíduos concretos, mas um saber da sociedade e, dessa forma, naturaliza a identidade sexual através do discurso e refere-se às formas de produção da distinção entre os sexos (Amâncio, 2003). Dessa forma, os movimentos feministas que serão analisados buscam comunicar-se para todas as mulheres, sem evidenciar as diferenças de classe, cor de pele, etnia, religião e orientação sexual no contexto da violência doméstica.

Neste subcapítulo, foi abordado o desenvolvimento e contextualização histórica do feminismo em Portugal. Este será o principal tema a ser abordado por essa pesquisa.

No próximo subcapítulo será contextualizado a violência doméstica no ambiente português e a problemática em torno do género feminino.

1.2 A violência doméstica: um problema de género

Essa divisão de mundo baseada no género é regulada por violências múltiplas e variadas as quais tendem a preservar os poderes que se atribuem aos homens à custa das mulheres (Welzer-lang, 2001). A violência doméstica é uma dessas formas de regulação da dominação masculina dos homens sobre as mulheres portuguesas. Para Machado (2001), os atos de violência não interpelam os sujeitos agressores, sendo assumidos como decisões em nome de um poder e de uma lei que encarnam. Segundo Saffioti (2001), a dominação-exploração exercida pelos homens exige que a sua capacidade de autoridade seja auxiliada pela violência. No final dos anos 1960 e no início dos anos 1970, a violência contra as mulheres ganhou maior atenção, transformando-se num problema social (Dias, 1995). Saffioti (2001) relata que não é fácil para as mulheres romperem a relação amorosa com seus parceiros pois a ordem patriarcal é imposta, não requerendo sequer legitimação. Dessa forma, para aquelas que sofrem violência doméstica num contexto de confinamento domiciliar fica ainda mais difícil realizar denúncia, por isso, as redes sociais se tornam ferramentas fundamentais para que elas tenham acesso a informação. Em um contexto em que a mulher exerce enquanto posição de vítima, não há espaço para a ressignificação de poder, o que revela um conceito rígido de género (Saffioti, 2001). Conforme Saffioti (2001), essa posição é essencial socialmente, uma vez que o género é o destino, entretanto, cada ser humano desfruta de certa liberdade para escolher a trajetória a descrever.

Para reverter essa situação, segundo Bordieu (1999), é necessário operar uma transformação duradoura dos corpos e produzir as disposições permanentes que desencadeia na qual torna a acção transformadora ainda mais poderosa por se exercer de maneira invisível e insidiosa, através da familiarização invisível com um mundo físico estruturado simbolicamente e da experiência precoce e prolongada de interacções das estruturas de dominação. Conforme Saffioti (2001), os casais são capazes de construir uma relação igualitária e sem hierarquia, mas isso raramente acontece uma vez que essa

convivência democrática contraria todo o contexto social do qual acontece. A perspectiva da sociologia da violência na família considera que a violência comum resulta da conflitualidade entre o casal que pode ser praticada por homem e mulher (Dias, 1995). As desigualdades vividas pelas mulheres são os efeitos das vantagens dadas aos homens na qual explica a opressão das mulheres exercidas pelos homens (Welzer-lang, 2001). Segundo Saffioti (2001), os homens realizam o seu projecto de dominação-exploração através da força física muitas vezes na frente de filhos menores. Dornelas, Oliveira e Guerreiro (2010, p. 168) trazem o conceito de violência doméstica:

O conceito de violência doméstica integra qualquer acto, inclusive de omissão ou ameaça, que provoque nas suas vítimas danos físicos, psicológicos ou emocionais, que é praticado por pessoas com quem as vítimas têm uma relação de parentesco consanguíneo, legal ou de facto, com uma determinada intenção ou finalidade e que ocorre sob a forma física, emocional, psicológica, verbal, sexual e económica.

Em muitos casos de violência doméstica, é utilizado a lesão corporal dolorosa (LCD) para exercer a dominação masculina. Muitas vezes, testemunhas que possuem grau de parentesco, como filhos menores, são invalidadas, dessa forma, os homens geralmente procuram espancar as mulheres na cabeça, local em que as marcas são disfarçadas pelos cabelos, tornando-se o tipo mais recorrente cometido contra as mulheres e, em seguida, vem o crime de ameaça, também de difícil comprovação (Saffioti, 2001). Nos anos 1960, a violência conjugal era vista como uma normalidade da psicologia feminina e da natureza inconsciente. (Dias. 1995; Dornelas, Oliveira e Guerreiro, 2010). Esta invalidez das denúncias pelas mulheres é vista até hoje, principalmente quando vivem juntamente de seus agressores. A partir dos anos 1970, o conjunto de factores individuais, demográficos, relacionais e situacionais passou a estar associado às práticas de violência (Dias, 1995). Conforme Saffioti (2001), embora não se restrinja ao espaço doméstico, o Estado justifica facilmente a sua não-intervenção no espaço privado e destaca que não se pode separar relações interpessoais e estruturais. Já nos anos 1980, pesquisas demonstraram que as mulheres avaliam constantemente a situação e as oportunidades de mudança e algumas até começaram a procurar ajuda no exterior, portanto, além dos anos que provoca, a violência também pode gerar determinação para acção (Dias, 1995). Dessa forma, houve um aumento expansivo da

busca de ajuda por parte das mulheres que, neste trabalho, será evidenciado através das postagens que divulgam números para denúncia.

Essa desigualdade é dissipada em formas de violência, nesse sentido, Bordieu (1999) afirma que a violência simbólica institui-se por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante, quando não dispõe de instrumentos de conhecimento em comum o que faz com que a relação pareça natural. Para reverter esse quadro, Bordieu (1999) alerta para a revolução simbólica que o movimento feminista clama, na qual não pode reduzir-se a uma simples conversão das consciências e das vontades, mas que, na verdade, o fundamento da violência simbólica se concentra em disposições ajustadas às estruturas de dominação das quais são produto. Os movimentos feministas concentram-se na denúncia das normas contemporâneas que legitimam a autoridade do homem e que fazem com que a agressividade e a violência continuem a ser uma forma da identidade masculina se expressar (Dias, 1995). Conforme Dornelas, Oliveira e Guerreiro (2010), a construção da visibilidade social e científica da problemática da violência doméstica se deu a partir da acção do movimento feminista, o incremento da investigação científica, a produção da legislação nacional e internacional, a conscientização pública do fenómeno, a denúncia pelos *mass media*, a acção das organizações não governamentais e o reconhecimento como uma questão de direitos humanos. Para reverter esse quadro, segundo Dornelas, Oliveira e Guerreiro (2010), diversos organismos internacionais assumem o combate à violência contra a mulher como prioridade na agenda política internacional, conduzindo os países a incluir legislação protectora dos direitos fundamentais das vítimas de violência doméstica. No início dos anos 1980 em Portugal, o fenómeno começou a ganhar visibilidade e a partir dos anos 1990, surgem os primeiros estudos realizados pela Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, outros desenvolvidos no ambiente académico e em centros de investigação (Dornelas, Oliveira e Guerreiro, 2010; Dias, 1995). Desde os anos 1999, foram aprovados e implementados em Portugal cinco Planos Nacionais pela comissão na qual são orientados para o desenvolvimento de políticas com o objetivo de prevenir e intervir no campo da violência doméstica (Perista e Carrilho, 2016). Actualmente, está em vigor o V Plano Nacional de Prevenção e Combate

à Violência Doméstica e de Género que adota uma perspetiva de género explícita nas políticas gerais contra a violência doméstica que está em conformidade com Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica (Convenção de Istambul), ratificada em Portugal em fevereiro de 2013 (Perista e Carrilho, 2016). Segundo Perista e Carrilho (2016), o V Plano organiza-se em cinco áreas estratégicas na qual englobam a proteção às vítimas e a promoção da integridade social. A partir dos anos 1990, a publicação da Lei n.º 107/99 dispôs sobre o comprometimento do Governo na criação, manutenção e funcionamento de casas de apoio de forma a implementar uma casa de abrigo em cada distrito do Continente e em cada uma das Regiões Autónomas do país (Dias, 1995). Perista e Carrilho (2016, p. 14) apresentam então a Lei da Violência Doméstica (Lei n.º 112/2009 de 16 de setembro) em vigor:

Veio estabelecer um quadro legal abrangente aplicável à prevenção da violência doméstica e à proteção e assistência das suas vítimas. Esta legislação especificamente direcionada para a violência doméstica centra-se em medidas que protegem as vítimas de atos continuados de violência, não abordando matérias de criminalização ou punição, mas introduz ferramentas e procedimentos visando a segurança das vítimas; procura promover uma abordagem holística mais apropriada ao fenómeno da violência doméstica, desde logo ao sistematizar legislação dispersa (caso, por exemplo, da Lei n.º 107/99 de 3 de agosto). (Perista e Carrilho, 2016, p. 14)

Desde logo, o contributo das perspetivas feministas afirmou que não existe produção de conhecimento isento de valores, ainda mais quando a análise tem como referência o contexto patriarcal e as relações de dominações entre os sexos (Dias, 1995). No final dos anos 1960 e começo dos anos 1970, o movimento das mulheres e o movimento feminista ressaltou a violência praticada sobre as mulheres enquanto componente do comportamento familiar (Dias, 1995). Conforme Dias (1995), a complexidade da violência contra as mulheres exige modelos cada vez mais integradores e multidimensionais que levem em conta as variáveis da estrutura social e características individuais e de cada género. Os estudos da violência contra as mulheres se concentram na dissipação da informação sobre a violência perpetuada por um parceiro íntimo que

demonstram a violência física, psicologia e sexual praticada pelos homens (Dornelas, Oliveira e Guerreiro, 2010).

Segundo Perista e Carrilho (2016), em 2010 a prisão preventiva passou a ser possível nos casos de violência doméstica no país. Um ano depois, houve uma transposição da Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho de 13 de dezembro de 2011 da decisão europeia de proteção para o quadro legal nacional na qual dispõe:

Uma medida europeia de proteção. na sequência da aplicação de uma pena principal ou acessória que, de alguma forma, pretenda proteger a vítima do condenado, ou na sequência da aplicação ao arguido de uma medida de coação que vise proteger a integridade da vítima, ou ainda na sequência da aplicação de injunções ou regras de conduta, no âmbito da suspensão provisória do processo, em fase de inquérito, com a mesma finalidade de proteção da integridade da vítima (Perista e Carrilho, 2016, p. 17).

Recentemente, houve uma alteração à Lei da Violência Doméstica trazida pela Lei n.º 129/2015 de 3 de setembro que introduziu mudanças relevantes como em relação a denúncia, na qual tem que ser imediatamente registada pela entidade a quem é feita, geralmente ao Ministério Público (MP), que deve ser acompanhada de uma avaliação de risco da vítima efectuada pelos órgãos de polícia criminal, dessa forma, logo que tenha conhecimento da denúncia, o MP tem que requerer ao órgão de polícia criminal a realização de todos os atos processuais urgentes de aquisição de prova que habilitem dentro de 72 horas à tomada de medidas de proteção à vítima e à promoção de medidas de coação à pessoa arguida. Além disso, dispõe sobre questões como a vítima deve ser imediatamente encaminhada para os serviços do apoio à vítima, as decisões que apliquem medidas de coação restritivas de contactos entre progenitores são comunicadas ao tribunal de família e a suspensão da execução da pena da prisão é sempre subordinada ao cumprimento de condições, nomeadamente a proibição de contactos e medidas de afastamento. “Nesta Lei, a proteção é concebida numa ótica holística, não se limitando à dimensão criminal, mas encarando a violência doméstica no seu amplo espectro enquanto problema social complexo” (Perista e Carrilho, 2016, p. 26). Além dos mecanismos da proteção social e judicial, a Lei também estipula alguns mecanismos de resposta às necessidades das vítimas relativamente ao alojamento e as insuficiências económicas (Perista e Carrilho, 2016).

Segundo Perista e Carrilho (2016), o instrumento de avaliação de risco utilizado pelas forças de segurança é composto por 20 perguntas, cujas respostas são “sim” ou “não”, abrangendo os seguintes indicadores:

- uso de violência física contra a vítima e/ou outros elementos da família;
- tentativa de estrangular, sufocar, afogar ou torturar fisicamente a vítima e/ou outros elementos da família;
- necessidade de assistência médica;
- aumento e/ou agravamento dos episódios de violência;
- uso ou ameaça de uso de armas contra a vítima e/ou outros elementos da família;
- fácil acesso a armas;
- a percepção da vítima quanto à capacidade da pessoa agressora para matá-la e/ou matar outros elementos da família;
- tentativas ou ameaça de morte à vítima e/ou a outros elementos da família;
- comportamentos de perseguição, coação, controlo e/ou intimidação relativamente à vítima e/ou a outros elementos da família;
- instabilidade emocional ou psicológica da pessoa agressora;
- tentativas ou ameaças da pessoa agressora em cometer suicídio.

Conforme Dias (1995), em Portugal, apesar da grande preocupação política com esse problema crescente e do esforço que tem vindo a ser desenvolvido na implementação de políticas públicas destinadas ao combate à violência contra a mulher, ainda falta definir as linhas estruturais do sistema de intervenção as quais devem concentrar-se numa cultura de avaliação e diagnóstico, nas necessidades das vítimas e dos cidadãos e numa dinâmica de coordenação e parceria. Essas recomendações concretizam-se no planeamento de políticas e de serviços sociais, obter financiamentos estratégicos e funcionais, criar um sistema único de gestão da informação e de coordenação, dinamizar a capacidade de investigação, enfatizar a priorização de resultados, assegurar uma abordagem equilibrada dos serviços e fomentar a responsabilidade e integração (Dias, 1995).

Neste subcapítulo, apresentou-se a violência doméstica no contexto português. Além disso, foi conceituou-se a violência doméstica a partir de leis dispostas na Constituição Portuguesa. No próximo subcapítulo, será abordada a contextualização da violência doméstica durante a pandemia da COVID-19 que é a delimitação do tema desta pesquisa.

~~1.1~~ 1.3 A violência doméstica em contexto de pandemia derivada da COVID-19

Os primeiros casos de Covid-19 em Portugal foram confirmados no dia 2 de março de 2020 e nove dias depois, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declara o coronavírus como pandemia. No dia 16 de março, o Governo decretou Estado de Alerta, que obrigou ao encerramento de escolas, bares, discotecas, restaurantes e restringiu a circulação de pessoas e dois dias depois, iniciou-se o Estado de Emergência que coloca restrições de circulação a toda população, encerra todos os comércios excepto supermercados, farmácias, postos de combustíveis e restaurantes que funcionam take-away. O Estado de Emergência perdurou até o dia 3 de maio, forçou o confinamento dos portugueses e sucedeu que muitas mulheres ficaram vulneráveis às práticas de violência doméstica pelos seus cônjuges. Entre 2014 e 2019, foi identificado que 16% dos homicídios ocorridos em Portugal resultaram de relações de intimidade, ou seja, de casos de violência doméstica, o que resulta em mais de uma mulher assassinada por mês no país.⁴ Isso em um contexto sem pandemia e confinamento obrigatório, mas a OMS alerta que o número de casos aumentou até 60% nos países europeus na época da pandemia.⁵ A Fundação Vodafone Portugal, em coordenação com o Governo criou uma linha de apoio, gratuita e confidencial, com o número 3060 que permite o envio de mensagens de textos rápidas (SMS) pelas mulheres que queiram pedir ajuda e quem responde as mensagens é a equipa especializada da Comissão para a Cidadania e a

⁴ Henriques, Joana Gorjão. Mais de 100 mulheres mortas em seis anos pelos companheiros. **Público [online]**. Disponível em: <<https://bit.ly/2VAjP41>>. Acesso em: 2 dez. 2020.

⁵ Covid-19: confinamento durante pandemia fez aumentar casos de violência na Europa. **Público [online]**. Disponível em: <<https://bit.ly/2JC1n8z>>. Acesso: 2 dez. 2020.

Igualdade de Género (CIG) em articulação com a Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica.⁶ Ao dia 29 de abril, os serviços de denúncia do Governo receberam 308 pedidos de ajuda desde o dia 19 de março, o que revela 39% a menos de denúncias em comparação a 2019⁷ e vai de encontro com o aumento do número de registos revelado pela OMS. Esse dado revela que muitas mulheres não denunciaram por medo, devido ao facto de estarem confinadas com seus agressores e engloba parte do período que será analisado: dia 18 de abril a 18 de maio de 2020. A partir de 3 de maio, iniciou-se o período de desconfinamento, o que acarretou no maior número de denúncias realizadas pelas mulheres. Segundo o gabinete da secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade e a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), os pedidos de ajuda a Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica duplicaram de 2500 a 4500 denúncias por quinzena.⁸

No dia 25 de novembro, é recordado o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres que foi lembrado pelo primeiro-ministro António Costa que fez pedido para reforçar a vigilância e acção contra esta “pandemia, tantas vezes silenciosa e sempre brutal”⁹. Nesse dia, em 2020, também ocorreu a morte do jogador de futebol argentino Diego Armando Maradona na qual já foi denunciado por violência doméstica. Em 2014, foi acusado de bater na namorada, Rocío Oliva, para lhe tirar o telefone e, três anos depois, Oliva ligou a recepção do hotel que estavam hospedados para informar que ele estava a agredi-la. A ex-mulher e mãe das duas filhas do jogador também o denunciou por violência psicológica ao Escritório de Violência Doméstica em 2019. A morte do ídolo argentino foi fortemente lembrado pela imprensa, que acabou por deixar de lado a lembrança do Dia Internacional para a Eliminação da Violência

⁶ Nova linha de SMS para apoiar as vítimas de violência doméstica. **República Portuguesa [online]**. Disponível em: <<https://bit.ly/3g3vUsg>>. Acesso em: 2 dez. 2020.

⁷ Covid-19: queixas às polícias por violência doméstica diminuíram. Linhas de apoio receberam 308 pedidos. **Público [online]**. Disponível em: <<https://bit.ly/3mz4tJa>>. Acesso em: 2 dez. 2020.

⁸ Tribuna, Mara. Violência doméstica. Pedidos de ajuda duplicaram com o desconfinamento. **Público [online]**. Disponível em: <<https://bit.ly/3qlpNUI>>. Acesso em: 2 dez. 2020.

⁹ Costa pede acção e vigilância contra “pandemia” silenciosa e brutal que é a violência doméstica. **Público [online]**. Disponível em: <<https://bit.ly/3mxQinL>>. Acesso em: 2 dez. 2020.

contra as Mulheres, e causou diversas controvérsias dentro dos movimentos feministas da Argentina.¹⁰

A Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica registou, nos três primeiros meses da primeira vaga da pandemia, 24.692 atendimentos e acolheu 848 pessoas, entre elas, 499 mulheres. Nos primeiros 41 dias desta segunda vaga, somam-se 12.419 atendimentos sendo que, até o momento, nesta nova fase, foram acolhidas 625 pessoas, incluindo 309 mulheres.¹¹

Após atingir a marca de mais de dez mil casos de coronavírus por dia, ao dia 15 de janeiro de 2021, o governo português renovou o Estado de Emergência e decretou dever geral de recolhimento obrigatório a toda população, exceto para deslocações autorizadas, obrigatoriedade de adoção do regime de teletrabalho, regime excecional e temporário de exercício de direito a voto antecipado das eleições presidenciais que ocorreram ao dia 24 de janeiro, o encerramento de um conjunto alargado de instalações e estabelecimentos, incluindo atividades de cultura e lazer e atividades desportivas, suspensão de atividade de comércio e prestações de serviço em estabelecimentos abertos ao público, o estabelecimentos de restauração devem funcionar exclusivamente para entrega a domicílio ou *take-away*, os serviços públicos prestam o atendimento presencial por marcação, o funcionamento de feiras e mercados apenas para venda de produtos alimentares, proibida realização de celebração e outros eventos e permite-se a realização de eventos no âmbito da campanha eleitoral.¹² Inicialmente, o novo Estado de Emergência com as medidas restritivas tinha vigor até o dia 30 de janeiro de 2021, mas foi prolongado até o dia 14 de março de 2021. Neste contexto, houve aumento de casos de violência doméstica e de desigualdades para as mulheres, sendo Portugal o

¹⁰ Centenera, Mar. Diego Maradona enche de contradições o feminismo argentino. **El País [online]**, Disponível em: <<https://bit.ly/39BCogl>>. Acesso em: 2 dez. 2020.

¹¹ Pereira, Ana Cristina. Violência doméstica: pedidos de ajuda na segunda vaga continuam elevados, embora abaixo do desconfinamento. **Público [online]**. Disponível em: <<https://bit.ly/3g7nCPN>>. Acesso: 3 dez. 2020.

¹² Renovação Estado de Emergência – 15 de janeiro. **Covid 19 Estamos ON**. Disponível em: <<http://bit.ly/36gdfFT>>. Acesso em: 26 jan. 2021.

quinto país da União Europeia com maior impacto da pandemia no mercado de trabalho para as mulheres.¹³

Neste subcapítulo foi abordada a violência doméstica no contexto da pandemia de Covid-19, bem como as medidas restritivas decretadas pelo governo português para travar os casos de coronavírus no país. No próximo capítulo serão abordados os conceitos de ciberespaço, ciberativismo e ciberfeminismo. A escolha destes temas foi realizada devido a análise envolver as redes sociais dos movimentos feministas de Portugal, dos quais os conteúdos se encontram disponibilizados nas páginas deles do Facebook.

¹³ Pandemia aumentou casos de violência doméstica e desigualdades para as mulheres. **SIC Notícias [online]**. Disponível em: < <https://bit.ly/3fOFHIW> >. Acesso: 30 mai. 2021.

2 COMUNICAÇÃO NAS REDES

Neste capítulo, serão abordados os conceitos de ciberespaço, ciberativismo e ciberfeminismo, os quais contribuirão para o estudo das postagens sobre violência doméstica durante a pandemia, visto que os objetos de estudos são os conteúdos das páginas do Facebook do *Feministas em Movimento*, *Feminismos Sobre Rodas*, *Rede 8 de Março* e *Frequência Feminista*.

Nos subcapítulos a seguir, serão apresentados conceitos básicos para o entendimento da construção das postagens no ambiente online. Entre eles, a internet e o ciberespaço, em que serão utilizados os autores Costa (2019), Castells (2001), Oliveira (1998), Cogo e Brignol (2010), Fonseca (2018), Sena e Tesser (2017) e Rigitano (2003). Já o ciberativismo será abordado pelos autores Magalhães, Marôpo e Amaral (2018), Câmara (2016), Pereira (2011), Padilla e Gomes (2016), Santos (2011), Silveira (2014) e Bittencourt (2014) e, por fim, o ciberfeminismo será contextualizado por Tomazetti (2015), Maciel (2017) e Reyes (2016).

1.2. 2.1 A internet como canal de comunicação para vítimas de violência doméstica

O ciberespaço foi uma importante ferramenta para a disseminação dos conteúdos dos movimentos sociais. Segundo Costa (2019), funciona como alargador online de causas já debitadas no âmbito offline. A internet, plataforma onde esses movimentos utilizam para disseminar as ideias, é parte do ciberespaço, que, conforme Oliveira (1998), recria o mito do reino da liberdade na qual todos podem estar conectados.

Segundo Cogo e Brignol (2010), a centralidade que a esfera midiática assume na vida cotidiana e nas relações sociais é uma importante reconfiguração com implicações nas relações de tempo e espaço e nas vivências identitárias. A mídia consagra-se como instituição geradora de sentidos e dinamizadora de relações sociais e passa a ocupar espaços e assumir funções pertencentes a outras instituições (Cogo e Brignol, 2010).

Segundo Fonseca (2018), a Internet potencializa a propagação de ideais comuns e possibilita o compartilhamento e fortalecimento das lutas sociais.

Conforme Castells (2001), a cultura da Internet tem uma estrutura de quatro estratos: a cultura tecnomeritocrática, a cultura *hacker*, a cultura comunitária virtual e a cultura empreendedora. Os movimentos sociais utilizam-se da cultura comunitária virtual ao qual Castells (2001) destaca que faz da Internet um meio de interação social seletiva e de pertença simbólica e, assim, acrescenta uma dimensão social à cooperação tecnológica. Do ponto de vista sociológico, as comunidades estavam baseadas em partilhar os valores e a organização social (Castells, 2001). Segundo Cardoso (1998), as comunidades virtuais que habitam o ciberespaço são grupos sociais cuja base de formação está o compartilhamento de interesses comuns. Essa nova noção de espaço é “um campo fértil para a emergência de novas formas de sociabilização, de modos de vida e de organização social” (Cardoso, 1998, p. 3). Para Castells (2001), a noção de comunidades virtuais tenciona para o surgimento de novos suportes tecnológicos para a sociabilidade que eram diferentes às formas anteriores de interação social. Conforme Castells (2001), as comunidades virtuais aumentaram de tamanho e temática a partir do momento que os movimentos sociais aproveitaram a flexibilidade da rede para divulgarem seus pontos de vista e ligarem-se entre si. Para Cogo e Brignol (2010), a mídia penetra todas as instâncias da vida social e estão no foco das discussões sobre globalização, mundialização da cultura e aceleração dos fluxos informacionais, sendo protagonistas de mudanças nas interações sociais e nas formas de reconhecimento. O espaço virtual é um ambiente privilegiado de atuação que oferece ferramentas para a defesa de pensamentos, consistindo-se num prolongamento do espaço real, pois oferece aos grupos sociais maior possibilidade de alcançar o público com seus argumentos (Fonseca, 2018). Segundo Castells (2001), essas comunidades virtuais baseiam-se em duas características culturais partilhadas: o valor da comunicação horizontal e livre, ou seja, a prática da liberdade de expressão a nível global numa era dominada por grandes grupos mediáticos, e a conectividade autodirigida que consiste na capacidade de qualquer pessoa para encontrar o seu próprio destino na rede e, caso não encontre, pode criar e publicar a sua própria informação e assim criar uma nova

rede e assim torna-se instrumento para a organização social, a acção colectiva e a construção do sentido. Para Rigitano (2003), a Internet facilita as atividades, no âmbito de termos e custos, pode unir e mobilizar pessoas e entidades de diferentes locais e quebrar o monopólio da emissão e divulgação de informações alternativas de qualquer assunto. Castells (2001) destaca que a apropriação da capacidade de ligação em rede por parte de redes sociais conduziu à formação de comunas online que reinventaram a sociedade. Além disso, Pereira (2011) ressalta que as campanhas e denúncias promovidas pelas entidades são uma ferramenta poderosa para publicizar factos que não estejam sendo veiculados pelas mídias tradicionais e para aplacar ou diminuir riscos que muitos ativistas sofrem ao desenvolverem as acções de campo. Conforme Pereira (2011), é preciso pensar formas da internet colaborar com a própria construção das esferas públicas, entendidas como espaço de disputa, negociação, definição e redefinição de significados entre atores sociais.

A contemporaneidade e a tecnologia trouxeram novas definições para os movimentos sociais, sempre ligados a perspectiva política (Magalhães, Marôpo e Amaral, 2018). Segundo Rigitano (2003), nos anos 1980, os movimentos sociais foram classificados como de base, enquanto que nos anos 1990, passam a ocupar um papel central na análise das lutas sociais. Para Pereira (2011), o papel dos movimentos sociais contemporâneos é o de promover a democratização das relações sociais dentro da sociedade civil, através da redefinição de papéis, normas, identidades, conteúdos e modos de interpretação de discursos na esfera pública. O utilizador do ciberespaço, neste caso os movimentos feministas, se concentra na interacção com outros sujeitos sociais (Cardoso, 1998). Conforme Castells (2001), os movimentos sociais constroem-se em torno de sistemas de comunicação para partilhar seus valores e, a partir disso, actuar na consciência da sociedade no seu conjunto e tem a tarefa de preencher o vazio deixado pela crise das organizações. Castells (2001, p. 55) entende que os “produtores/utilizadores são aqueles cujo uso da Internet re-alimenta o sistema tecnológico, enquanto que os consumidores/utilizadores são receptores de aplicações e sistemas e não interagem directamente com o desenvolvimento da Internet”.

Por outro lado, segundo Câmara (2016), o internauta deixa de ser um mero consumidor de conteúdo e passa a ser sujeito activo a partir da interacção. Além disso, Cardoso (1998) destaca a potencialidade e os riscos que este local tem de afectar as identidades, a cultura e os equilíbrios de poder. Os movimentos feministas buscam justamente questionar esses conceitos principalmente, no contexto da violência doméstica, os equilíbrios de poder entre homens e mulheres. Ainda conforme Cardoso (1998), a comunicação e a produção de informação nas redes, que actuam como mídias de massa, possuem uma estrutura comunicacional deve-se pensar nas consequências a nível de hábitos de utilização, expectativas, representações, socializações, identidades, sociabilidades e resistência ao nível dos utilizadores. No contexto dos movimentos sociais, a rede permite a eles serem simultaneamente diversificados e coordenados a fim de participarem de um debate contínuo sem ficar paralisado por eles. Segundo Cogo e Brignol (2010), o papel que as redes ocupam traz consequências para a nova configuração e usos das mídias, na qual centra-se na passagem de uma lógica hegemônica de transmissão das informações de forma massiva e generalizada, de um pequeno grupo a um coletivo. para a produção de informação e estabelecimento de comunicação de uma forma mais descentralizada e distribuída para públicos segmentados. Castells (2001) define as redes como um conjunto de nós interligados e que, actualmente, converteram-se em redes de informação de carácter organizativo, devido à flexibilidade e adaptabilidade. O ciberespaço incide sobre o campo de actuação dos novos *media*, de espaço de interacção social onde se desenvolvem comunidades virtuais e dos estudos de comunicação entre utilizadores em organizações específicas (Cardoso, 1998). Dessa forma, os movimentos feministas encontram um espaço para se disseminar a interacção social entre ativistas e articular novo público. “Os media sociais são ferramentas que permitem organizar movimentos e disseminar informações, o que pode ser um instrumento facilitador de mudança porque potencia canais de comunicação para promover a ação coletiva” (Magalhães, Marôpo e Amaral, 2018, p. 33). Conforme Castells (2001), os movimentos sociais transformaram a internet de uma ferramenta organizativa e um meio de comunicação para uma alavanca de transformação social.

Conforme Cardoso (1998), o conceito de tempo está totalmente afastado do ciberespaço, sendo assim, a reflexividade assume nova dimensão pois é o local de troca e circulação de informação aliada a possibilidade de ter acesso a informação relevante e o aumento dessa rapidez de acesso. Para Câmara (2016), a comunicação rápida com grande difusão de ideias abre possibilidade para um maior engajamento e mobilização em torno da causa, promove maior interação e fortalece a construção da identidade por meio da rede formada. Segundo Fonseca (2018), nesse novo ambiente, as pessoas passaram a formar vínculos de convivência, trocar pensamentos, informações e gerar engajamentos para que tomem posicionamentos sobre questões apresentadas virtualmente.

As pessoas procuram locais onde possam estar com outras que possuam interesses comuns ou onde possam desenvolver nova área de interesse, isto através de conversar e ouvir. Quando se lhes depara um local que responda às suas expectativas, em geral retornam e não raras vezes incluem-no no seu espaço usual de interação social (Cardoso, 1998, p. 25)

A análise de conteúdo das postagens dos movimentos feministas busca angariar novas pessoas para que possam participar assiduamente para gerar interação social. Castells (2001) afirma que a internet tem um efeito positivo na interação social e tende a aumentar o grau de exposição a outras fontes de informação. Segundo Cardoso (1998), a necessidade humana pela socialização é tão forte quanto a de informação que são oferecidas pelas comunidades virtuais. A internet enquanto campo de interação social se caracteriza pela descentralização do controle, pois foi concebida para permitir que qualquer um dos computadores possa ser capaz de dar início à comunicação com qualquer outro (Cardoso, 1998). Conforme Castells (2001), a internet é o primeiro meio de comunicação que permite comunicar-se de muitos para muitos em uma escala global. Além disso, permite a convergência de conteúdos que pode ser pensada tanto como modo de apropriação do conteúdo, através do uso combinado de diferentes mídias, como padronização do formato de armazenamento e distribuição e como referência de uma mídia em outras, promovida pela aproximação de linguagens e lógicas (Cogo e Brignol, 2010). Para Cogo e Brignol (2010), deve-se pensar a internet como produto e parte da cultura contemporânea, na sua lógica de redes e na possibilidade de estabelecer conexões e dinamizar as interações sociais entre os sujeitos

que apropriam. No início de 2001, contava com mais de 400 milhões de utilizadores em todo o mundo e estima-se que em 2010 já rondava o número de 2000 milhões de usuários (Castells, 2001). Segundo o relatório de Tendências Digitais de 2020 divulgado pela We Are Social e Hootsuite, já existem 4,54 bilhões de internautas e 3,8 bilhões de utilizadores de redes sociais.¹⁴ Em janeiro de 2020, Portugal possuía 8,52 milhões de internautas e 7 milhões de usuários de redes sociais.¹⁵

Neste subcapítulo, foram apresentadas as definições de ciberespaço e como o conteúdo discorre sobre ele. Foi abordado o ciberespaço pois ele é o espaço onde será realizada a análise de conteúdo. No próximo subcapítulo, será debatido o ciberativismo e a forma que os movimentos feministas o utilizam.

~~1.3.~~ 2.2 O ciberativismo como canal de expressão dos movimentos feministas

O ciberespaço e o desenvolvimento do ativismo digital deram origem ao ciberativismo que, segundo Costa (2019), tem contribuído não só na divulgação das várias causas sociais, políticas e económicas, mas também na própria determinação destes movimentos reivindicatórios. Para Câmara (2016), o ativismo digital teve contributos da propagação mais facilitada dos ideais e do amplo poder informacional da internet. Conforme Câmara (2016), o ciberativismo tem forte poder na manutenção das relações, fortalecimento da rede de interações e relações, além da construção da identidade individual, partindo da identificação coletiva. É por essa perspetiva que será realizada a análise de conteúdo das redes sociais dos movimentos feministas, justamente para identificar esse objetivo de criação da identidade individual nas mulheres. A autora escolheu para análise o Facebook pois, segundo Câmara (2016), contribui para a expressão política e permite formar um espaço discursivo de troca

¹⁴ We Are Social e Hootsuite. Digital 2020: Global Digital Overview. **Bemysself**. Disponível em: <<http://bit.ly/3myJsNJ>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

¹⁵ Kemp. S (2020). Digital 2020: Portugal. **Data Reportal**. Disponível em: <<http://bit.ly/3nwlsfD>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

comunicativa para debates. Para Câmara (2016), o Facebook permite que os ciberativistas se apropriem do espaço virtual como forma de mobilização estratégica em proveito das suas causas de transformação coletiva. “Com esse espaço, ativistas encontraram na Internet um local de expansão de seus pensamentos e motivos de luta” (Câmara, 2016, p. 69).

O ciberativismo é oriundo da possibilidade de expansão dos movimentos feministas, sendo fundamental a participação do usuário em discussões e apresentações de conceitos e temas polêmicos (Câmara, 2016). Para Pereira (2011), quando parte-se do pressuposto do controlo da mídia e da produção simbólica, tanto para a capacidade de mobilização dos movimentos sociais quanto para influenciar a opinião pública e pressionar o sistema político, os movimentos sociais podem desenvolver repertórios de acção para conseguir visibilidade para os meios de comunicação de massa ou desenvolver as suas próprias formas de comunicação para definir e enquadrar as demandas, investir nos potenciais alvos, organizar a acção colectiva e atrair a atenção dos meios massivos. Essa necessidade de criação de novos modelos de se comunicar que deu origem ao ciberativismo. Segundo Castells (2001), a dimensão política na evolução da internet e da sociedade está a ser profundamente transformada a partir da produção e difusão de códigos culturais e conteúdos de informação na qual é importante redefinir a autonomia e pôr em prática a democracia em todos contextos sociais e tecnológicos. Por outro lado, conforme Padilla e Gomes (2016) surge com propósito de contrapor os meios de comunicação de massa tradicionais, pois promove a circulação de outros tipos de informação, de denúncia, de olhares sobre a sociedade e pretende expandir os resultados para além do espaço virtual. Trata-se de uma tentativa de se conquistar certa autonomia em relação aos meios ditos “oficiais” de interpretação das práticas e do próprio significado dos movimentos sociais” (Pereira, 2011, p. 6). Conforme Pereira (2011), as redes permitem um fortalecimento do nível de pressão das demandas e uma troca constante de informações sobre seus respectivos campos de atuação no qual o apoio recíproco na participação das acções colectivas aumenta a pressão sobre outros agentes políticos.

Nesse sentido, conforme Padilla e Gomes (2016), o ciberativismo foi utilizado como ferramenta de mobilização social marcado pela cibercultura e como meio de transmissão de mensagens negligenciadas pela grande mídia. Os fluxos comunicacionais se modificaram e permitiram o indivíduo ter mais autonomia na produção de conteúdo. De acordo com Pereira (2011), eles que atravessam as esferas públicas devem permitir que os indivíduos sejam capazes de reconhecer os problemas, avaliar possibilidades e argumentar. Conforme Silveira (2014), as redes digitais foram viabilizadas pelas tecnologias cibernéticas que tornaram-se indispensáveis ao cotidiano da sociedade, colocando a comunicação como estruturante nos processos sociais, económicos, culturais e políticos. Segundo Silveira (2014), as redes sociais dão aos indivíduos a sensação de liberdade de uso, de possibilidade de criação, de múltipla existência no ciberespaço e de navegação anónima. Este factor possibilita que os movimentos feministas tenham mais visibilidade na disseminação de seus conteúdos. Pereira (2011) conceitua essa difusão de informação no espaço online de cyberdifusão, entendida como uma rápida disseminação de informação através de meios eletrónicos que supera fronteiras territoriais e alcançam locais restritos em função de limitações de outros meios de comunicação.

Os aspetos relacionados com a representatividade, que está vinculada a esse tipo de ativismo, olham se os movimentos sociais são influenciados por vozes de fora e se, dessa forma, acabam por atingir os seus objectivos (Padilla e Gomes, 2016). Nesse sentido, a análise de conteúdo permite mostrar quais são as influências que os quatro movimentos feministas analisados por este trabalho recebem a partir do compartilhamento de postagens postados por outras entidades. Pereira (2011) ressalta que a internet favoreceu a criação da prestabilidade entre os movimentos com diferentes áreas de atuação, fazendo com que haja um reconhecimento sobre o que os une e os adversários a serem conjuntamente combatidos. Dessa forma, a análise comparativa dos conteúdos dos quatro movimentos feministas, apesar de possuírem propostas diferentes, busca identificar esse adversário e os modos de combatê-lo. Para Bittencourt (2014), a atuação dos colectivos midiáticos é guiada por tentativas de práticas comunicacionais diferentes das empregadas pelas mídias de massa a fim de

reconfigurar os processos de produção, circulação e consumo de conteúdos a partir de práticas mais colaborativas e democráticas. As redes sociais entram nessa configuração pois oferecem ao utilizador um espaço acessível e colaborativo que viabiliza uma maior disseminação de conteúdos. Na maioria das vezes, segundo Santos (2011), o ciberativismo é uma movimentação que começa na internet e termina nas ruas. Esse modelo social conceitua-se como o individualismo em rede na qual os indivíduos constroem as suas redes online e offline com base nos seus interesses, valores, afinidades e projectos (Castells, 2001). Conforme Castells (2001), desenvolve-se um híbrido de comunicação no qual se juntam o espaço físico e o *ciberlugar*. Pereira (2011) ressalta que muitas vezes, as acções desenvolvidas pelos ativistas ocorrem em lugares com pouca ou nenhuma presença do Estado como mulheres sem situações de risco em pequenos lugares afastados dos grandes centros urbanos, podendo levar a situações de violência extrema.

O ciberativismo tem sido utilizado para mobilizar multidões de todo o mundo para diversas causas, principalmente ecológicas e defesa dos direitos humanos (Santos, 2011). O empoderamento, a partir da participação das mulheres, é um dos principais objectivos dos movimentos feministas, e, conforme Padilla e Gomes (2016, p. 196): “O empoderamento é um processo e um resultado da identidade, da ação coletiva e da prática política, pelo que é a capacidade em pensamento e ação para reagir à posição e condição de marginalidade”. A troca de mensagens que semeiam a ideia de igualdade de género e divulgam informações e formas de combater práticas machistas e violentas faz com que o ciberespaço se torne um ambiente de empoderamento (Fonseca, 2018). As mulheres se empoderam através de ensinamentos mútuos e da força que são disseminadas nas redes sociais e, nesse sentido, buscam desenvolver o fortalecimento de outras mulheres, formando uma espécie de empoderamento em rede com base no sentimento de irmandade (Fonseca 2018).

Conforme Tomazetti (2015), os canais, espaços e plataformas vão possibilitar às acções feministas o alastramento de informações, demandas, organização e criação de conteúdos. Dessa forma, a análise de conteúdo da autora irá revelar justamente como

essas práticas são utilizadas nas redes sociais no âmbito da violência doméstica. Nesses casos, as chamadas cyberacções tem função de pressionar o Estado e agir limitando as acções violentas por parte dos agressores e a participação de indivíduos isolados outras entidades em diferentes níveis, serve como anteparo à violência ou como forma de pressão em relação às demandas da sociedade civil (Pereira, 2011). Conforme Bittencourt (2014), o aumento da validação das demandas e pelo trabalho que busca impulsionar a visibilidade dos conteúdos ampliam a visibilidade dos conflitos e causas que procura expor em suas publicações. Ao mesmo tempo que o ciberespaço constitui-se como espaço político, ele é marcado por segregações, seja do ponto de vista tecnológico, no acesso à tecnologia, ou no cognitivo, na constituição de meios hegemônicos dentro da cultura digital (Maciel, 2017).

Neste subcapítulo, foram abordados os conceitos de ciberativismo e as questões que permeiam esse debate que consiste na peça-chave para a realização da análise de conteúdo. No próximo subcapítulo, será apresentado o ciberfeminismo, desdobramento do ciberespaço e ciberativismo apresentados anteriormente e que consiste na principal forma de comunicação dos movimentos feministas.

2.3 Do ciberativismo ao ciberfeminismo: a evolução das formas de comunicação online

Conforme Pereira (2011), a internet determina e é determinada pelo ambiente social que está inserido. Quando utilizadas pelos movimentos feministas, a internet passa a ser determinada pelo ambiente do feminismo e, desta forma, dá origem ao ciberfeminismo. A apropriação das mulheres do espaço online e do ciberativismo, consistindo-se num ambiente privilegiado para a acção, gerou um novo conceito que define o seu objectivo final: o ciberfeminismo. A partir dos anos 1990, conforme Tomazetti (2015), os grupos feministas entram na disputa pelo terreno comunicativo da Internet com a perspetiva de criar espaços alternativos de visibilidade, no qual as mulheres poderiam protagonizar posicionamentos ao converterem-se no papel de

autoras, produtoras e transmissoras de conteúdos. Conforme Tomazetti (2015), a amplitude dos campos de acção e a convergência entre as dinâmicas e práticas tradicionais com o universo digital e suas possibilidades é sintomática do diagnóstico e autocrítica feminista a respeito dos espaços que vigoram as estruturas de acção e dominação. Nesse sentido, as redes de conectividade exigem mudanças legislativas que promovam a erradicação da violência (Sena e Tesser, 2017). Para Cogo e Brignol (2010), a noção que se tem de rede consiste em um conjunto de nós interconectados caracterizada pela flexibilidade e adaptabilidade e concebe-se como produto da intervenção e interação humana sobre a materialidade tecnológica. A partir dos anos 1990, iniciou-se os estudos sobre redes, na qual os pesquisadores propõem pensar sobre a ideia de ‘rede’ como articuladora de reconfiguração no modo de pensar as organizações sociais para reconhecer as aproximações entre local e global, responsáveis pela interconexão das identidades (Cogo e Brignol, 2010).

[...] entendimento das redes como estratégias de interações sociais, espaços de intercâmbios flexíveis, dinâmicos e em constante movimento, que não deixam de comportar relações de poder expressas nas disputas, hierarquias e assimetrias que constituem a esfera da comunicação e da cultura. As redes manifestam uma forma de estar junto, de conectar-se e formar laços, ao mesmo tempo em que podem implicarem um modo de participação social cuja dinâmica conduza ou não a mudanças concretas na vida dos sujeitos ou das organizações (Cogo e Brignol, 2010, p. 6).

Para Cogo e Brignol (2010), as redes sociais configuram interações entre sujeitos, podendo ser redes informais, configuradas por demandas subjetivas ou organizadas formal ou institucionalmente. Nesse sentido, Tomazetti (2015) afirma que as feministas utilizam as redes para segmentos múltiplos como organizações ativistas, reflexão, conteúdo irónico, provocativo, de prática institucional e de movimentos mundiais. Entretanto, segundo Bittencourt (2014), a interatividade que se desdobra em participação e compartilhamento amplia o alcance dos discursos e provoca a dependência dos elementos tecnológicos por parte desses grupos que utilizam para alcançar representatividade e transformação das relações sociais em torno da informação que circula.

O movimento das mulheres pode ser considerado como movimento marginalizado, uma vez que se trata de uma minoria social que busca espaço para disseminar as ideias. Dessa forma, utiliza a Folkcomunicação que enfatiza as práticas comunicacionais socialmente marginalizadas (Maciel, 2017). Segundo Maciel (2017), esse tipo de comunicação atenta-se e dedica-se aos aspectos que escapam dos veículos de comunicação de massa e da cultura de massa e procura focar-se nas formas culturais de pouca visibilidade nos sistemas hegemônicos de comunicação. Conforme Tomazetti (2015), o feminismo contemporâneo tende a preconizar as clivagens sociais e as referências culturais dos países onde está situado, sem deixar de lado a luta contra a dominação estrutural, exigindo o olhar do movimento para os mecanismos opressores e para os discursos cristalizados junto aos meios de comunicação. Para Maciel (2017), a Folkcomunicação favorece a compreensão do processo global pois possibilita às minorias e grupos vulneráveis a apropriação de informações e conhecimentos sobre as relações de poder que vigoram na estrutura da sociedade. Nesse sentido, essas relações de poder se dão através da dominação masculina sobre as mulheres, conforme apresentado por Bourdieu (1999). Conforme Maciel (2017), esses grupos ganharam visibilidade na esfera pública e foram inseridos num debate público mais amplo devido à cultura digital, que possibilitou a criação desses espaços de expressão. Os movimentos feministas viram nas redes sociais um espaço privilegiado para a disseminação de seus interesses e começaram a ganhar mais visibilidade.

Os produtos da cultura e as manifestações das minorias sociais e classes subalternas contemplam uma visibilidade nos cenários de representação e podem ser configuradas como circuito de comunicação e informação que incluem, principalmente a capacidade de sentir, pensar e posteriormente agir, características indispensáveis para qualquer reflexão e movimentação cultural. (Maciel, 2017, p. 29).

Por outro lado, Pereira (2011) afirma que é necessário levar em conta que essas tecnologias e os indivíduos que dela se apropriam estão sujeitos às relações de poder existentes no espaço offline. O ciberfeminismo beneficiou-se diretamente da Folkcomunicação. As perspectivas ciberfeministas enfatizam a necessidade de uma apropriação crítica das tecnologias, o que permite a participação das mulheres e outras minorias na geração de novos discursos, novos significados e nova cultura (Reyes, 2016).

Dessa forma, as mulheres utilizam as redes sociais não só para divulgação de conteúdo, mas também para criar novos discursos e significados. Pereira (2011) parte do princípio que esses internautas ocasionais já possuem interesse em questões políticas e salienta que o principal desafio das novas formas de ativismo e uso da internet é a existência da possibilidade de indivíduos, politicamente desinteressados e sem engajamento, passarem a ser politicamente ativos devido a influência da tecnologia. A compreensão dessas narrativas no ciberespaço requer a categoria de género e acção crítica constante diante das reelaborações e resistência à presença de mulheres e valores diversos nesse espaço, que orienta os passos, projetos e definem o espaço do imaginável (Reyes, 2016). Reyes (2016) aponta que ele buscou esclarecer a relação da mulher com a tecnologia e, mais recentemente, surgiu o ciberfeminismo social, que busca utilizar os recursos de rede para desenvolver estratégias de redes colaborativas que permitem conectar projetos de mulheres. Pode-se dizer, então, que os quatro movimentos feministas fazem utilização do ciberfeminismo social, pois divulgam postagens de outras páginas feministas, criando assim uma rede colaborativa. Para Reyes (2016), eles se declaram mais comprometidos com a transformação da acção política por meio do uso estratégico e global da rede.

A partir da década de 1990, o ciberfeminismo desenvolveu-se juntamente com o surgimento das primeiras redes de computadores e, a partir de uma abordagem das tecnologias de comunicação, aflora como uma reinvenção de outros movimentos feministas (Costa, 2019). Com característica multifacetada e polifônica, procura agrupar as diversas manifestações de atores sociais que têm como ponto comum o reconhecimento das diferenças de poder entre mulheres e homens e, dessa forma, lutar pela igualdade de género (Costa, 2019). Segundo Costa (2019), o ciberfeminismo é uma manifestação do pós-feminismo na qual os ideais feministas procuram ser preservados no espaço virtual onde as mulheres cada vez mais tem atuado de forma activa por meio das áreas de tecnologia e informática. A análise de conteúdo dos movimentos feministas pretende mostrar as características presentes do ciberfeminismo e como ele foi utilizado neste contexto. Para Sena e Tesser (2017), o novo espaço de mídia criado interfere decisivamente no exercício e nas oportunidades de participação que os

cidadãos passam a ter na vida política do seu país. Dessa forma, as mulheres ganham mais visibilidade à causa e assim, tornam-se mais activas politicamente. Entretanto, Pereira (2011) define a militância como a lá carte por parte dos internautas, devido ao engajamento periódico e algumas vezes distanciados, pois ele não precisa expor às pressões sociais que acompanham esse tipo de atividade. “Este engajamento possui uma característica fundamental que é a liberdade do militante “não formal” de se envolver quando quiser e onde quiser, sem os altos custos da participação “formal” (Pereira, 2011, p. 16).

A partir deste subcapítulo, entendemos o conceito de ciberfeminismo bem como suas características presentes nas postagens dos movimentos feministas *Feministas em Movimento*, *Feminismos Sobre Rodas*, *Rede 8 de Março* e *Frequência Feminista* que serão analisados no próximo capítulo. Neste capítulo foram abordados conceitos de ciberespaço, ciberativismo e ciberfeminismo que são importantes para a compreensão da violência doméstica durante a pandemia. No próximo capítulo, serão abordados os procedimentos metodológicos para realização da análise de conteúdo.

3 METODOLOGIA

Para conhecer o ciberativismo desenvolvido em torno do aumento da violência doméstica em tempos de confinamento nas páginas *Feministas em Movimento*, *Feminismos Sobre Rodas*, *Rede 8 de Março* e *Frequência Feminista*, esta pesquisa utilizou a técnica de análise de conteúdo. Nesse sentido, foi identificado os conteúdos e a forma como o ciberativismo está a ser utilizado nas páginas do Facebook de movimentos feministas de Portugal sobre violência doméstica durante a pandemia.

Inicialmente, a autora escolheu o método da pesquisa qualitativa para entender o significado que os indivíduos atribuem a um problema social e humano a partir do processo de pesquisa que envolvem os procedimentos e questões que emergem da análise de dados indutivamente construída a partir das particularidades para os temas gerais e as interpretações feitas pelo pesquisador acerca do significado dos dados (Creswell, 2010). Dessa forma, foram criadas concepções para o pesquisador defender as orientações gerais do mundo e a natureza da pesquisa que identificou (Creswell, 2010). Para isso, Creswell (2010) identificou quatro concepções diferentes: pós-positivista, construtivista, reivindicatória/participatória e pragmática. A autora enquadrou esta pesquisa nos paradigmas construtivista e reivindicatório/participativo pois acredita que o trabalho tem uma função social e política por tratar do feminismo. Na concepção construtivista, segundo Creswell (2010), os indivíduos desenvolvem significados subjetivos de suas experiências que são variados e múltiplos na qual levam o pesquisador a buscar a complexidade dos pontos de vista em vez de defini-los em algumas categorias ou ideias. Essa concepção foi escolhida para enquadrar a posição das vítimas de violência doméstica, na qual, na análise de dados, serão revelados os diversos pontos de vista.

Os pesquisadores reconhecem que suas próprias origens moldam sua interpretação e se posicionam na pesquisa para reconhecer como sua interpretação flui de suas experiências pessoais, culturais e históricas. A intenção do pesquisador é extrair sentido dos (ou interpretar) significados que os outros atribuem ao mundo (Creswell, 2010, p. 31)

Já a concepção reivindicatória/participatória defende que a pesquisa precisa estar associada da uma agenda política que tem uma agenda de ação que pode mudar

a vida dos participantes, instituições nas quais os indivíduos trabalham ou vivem e a vida do pesquisador (Creswell, 2010). Além disso, tratam-se de questões específicas relacionadas a questões sociais atuais, como capacitação, desigualdade, opressão e dominação (Creswell, 2010) na qual a autora pode enquadrar a violência doméstica que representa a desigualdade entre homens e mulheres devido a opressão e dominação masculina. “Nesse sentido, os participantes podem ajudar a planejar as questões, a coletar os dados, a analisar as informações ou a colher as recompensas da pesquisa” (Creswell, 2010, p. 32). No caso desta pesquisa, os entrevistados se enquadram como participantes na qual ajudam a coletar os dados, analisar as informações e a recolher dados.

Além disso, foi também utilizada a pesquisa bibliográfica que engloba a identificação, localização e obtenção da bibliografia pertinente sobre o assunto (Stumpf, 2006). O principal motivo para a escolha da técnica é a realização do levantamento teórico e a necessidade de contextualização do tema proposto pela pesquisa, a fim de fazer a comparação entre os conteúdos das páginas dos movimentos feministas, envolvendo análises como periodicidade, quantidade, formato e contexto dos conteúdos publicados. Para Stumpf (2006), durante a realização da pesquisa, a consulta à bibliografia pertinente é uma atividade que acompanha o investigador e quando divulgam os resultados finais obtidos, através do uso da linguagem descritiva que torna possível a transmissão.

A partir de perfil identificado, a mestrande recolheu os dados sobre as postagens para posteriormente realizar a análise de conteúdo. Para estabelecer uma relação entre os objetos de pesquisa e verificar quais foram as abordagens dos movimentos feministas *Feministas em Movimento*, *Feminismos Sobre Rodas*, *Frequência Feminista* e *Rede 8 de Março* nas publicações do Facebook sobre a violência doméstica durante a pandemia, foi utilizado o método de análise de conteúdo. “Os processos de análise de conteúdo obrigam à observação de um intervalo de tempo entre o estímulo-mensagem e a reação interpretativa” (Bardin, 1977, p. 10). Segundo Bardin (1977), a leitura do pesquisador é o realçar de um sentido que se encontra em segundo plano. Dessa forma, a análise de conteúdo foi utilizada para identificar as formas de abordagem da violência doméstica

durante a pandemia pelos movimentos feministas nas redes sociais. Para Bardin (1977), a análise de conteúdo poder ser uma análise dos significados e, ao mesmo tempo, uma análise dos significantes. O recorte de análise de conteúdos que relacionam a violência doméstica e a pandemia, definidas pela autora desta pesquisa como aquelas que discorrem sobre a forma como a violência impacta a vida das mulheres, se deu devido ao objetivo de analisar a forma como o ciberativismo está a ser utilizado nas páginas do Facebook de movimentos feministas de Portugal. Para Bardin (1977), quando existe ambiguidade na referenciação do sentido dos elementos codificados, é preciso definir unidades de contexto que permitam compreender a significação dos itens, colocando-os no seu contexto. “Esta, pretende tomar em consideração a totalidade de um texto, passando-o pelo crivo da classificação e do recenseamento, segundo a frequência de presença (ou de ausência) de itens de sentido” (Bardin, 1977, p. 37). Para a autora, o método divide os itens em categorias que permitem, a partir da escolha de critérios, a classificação dos elementos de significação da mensagem:

- Classificação: repartição dos elementos a fim de organizar as mensagens.
- Categorização: fornecer, por condensação, uma representação simplificada dos dados brutos.

Segundo Fonseca Jr. (2006), a categorização consiste na classificação e reagrupamento das unidades de registo em número reduzido de categorias. A categorização envolve duas etapas: o inventário e a classificação na qual a primeira consiste em isolar os elementos e a segunda em repartir esses elementos, reunindo-os em grupos similares de forma a impor certa organização às mensagens (Fonseca Jr., 2006). Essa classificação destaca a análise de conteúdo como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que faz uso de procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, sendo essa a primeira etapa necessária (Bardin, 1977). Em seguida, elenca a inferência que se consolida como a passagem para a interpretação através da indicação das condições de produção (Bardin, 1977).

Se a *descrição* (a enumeração das características do texto, resumida após tratamento) é a primeira etapa necessária e se a *interpretação* (a significação concedida a estas características) é a última fase, a inferência é o procedimento intermediário, que vem permitir a

passagem, explícita e controlada, de uma à outra (BARDIN, 1977, p. 39).

Além disso, Bardin (1977) refere que a inferência permite atingir através de significantes ou de significados outros significados de natureza psicológica, sociológica, política e histórica. Para Fonseca Jr. (2006), a inferência é uma operação lógica destinada a extrair conhecimentos sobre os aspectos latentes da mensagem analisada e trata-se do momento mais fértil da análise de conteúdo pois está centrada nos aspectos implícitos da mensagem analisada. A análise das postagens realizadas pelos movimentos feministas sobre violência doméstica durante a pandemia revelou as variantes psicológicas, sociológicas, políticas e históricas dentro desse processo. De acordo com Fonseca Jr. (2006), a especificidade da análise de conteúdo reside na articulação entre a superfície do texto no sentido amplo e nos fatores que determinam essas características. Fonseca Jr. (2006) agrupa as inferências em duas modalidades: inferências específicas, que são aquelas vinculadas à situação específica do problema investigado, e as inferências gerais, quando extrapolam a situação específica do problema analisado. Neste trabalho, as inferências específicas buscaram compreender as intenções dos movimentos feministas em divulgar os conteúdos, as intenções dos agressores ao agredir suas parceiras e as inferências gerais trata-se da busca por compreender as consequências do período de confinamento imposto pelo governo português durante a pandemia de Covid-19.

A partir dos autores Fonseca Jr. (2006) e Bardin (1977), a análise de conteúdo foi dividida em cinco etapas: pré-análise, exploração do material, unidade de registo e tratamento dos resultados obtidos e interpretação.

- Pré-análise: período de intuições no qual tem por objectivo formar operacionais e sistematizar as ideias iniciais para conduzir um plano de análise (Bardin, 1977). Para Fonseca Jr. (2006), a pré-análise envolve a escolha dos documentos, a formulação das hipóteses e dos objectivos e a elaboração de indicadores que fundamentam a interpretação final.
- Exploração do material: é a análise propriamente dita que envolve operações de codificação, consistindo-se na administração sistemática das decisões tomadas

na pré análise (Fonseca Jr., 2006). Para Bardin (1977), essa fase consiste nas operações de codificação, na qual é uma transformação dos dados brutos do texto que por recorte, agregação e enumeração permite atingir uma representação do conteúdo para esclarecer o pesquisador acerca das características do texto. “Tratar o material é codificá-lo” (Bardin, 1977, p. 103). Compreende três fases: o recorte (escolha das unidades de registro e de contexto), a enumeração e a classificação e agregação (escolha das categorias). Para Fonseca Jr. (2006), as unidades de registro podem ser consideradas parte de uma unidade de amostragem. Neste trabalho, foram consideradas unidades de amostragem as páginas no Facebook dos movimento feministas e as unidades de registro foram as postagens referentes a violência doméstica durante a pandemia. Fonseca Jr. (2006) elenca a categorização para classificar e reagrupar as unidades de registro em número reduzido de categorias para tornar os dados inteligíveis e destacar a diversidade. Para as unidades de registro serem compreendidas, torna-se necessário fazer referência ao contexto em que estão inseridas (Fonseca Jr., 2006). A unidade de contexto determinada neste trabalho foi a pandemia de Covid-19.

- Tratamento dos dados obtidos e interpretação: os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos e válidos na qual o analista pode propor inferências (Fonseca Jr., 2006). Para Bardin (1977), o analista ainda pode adiantar interpretações a partir propósito dos objetivos previstos ou de descobertas inesperadas.

As principais técnicas utilizadas na análise de conteúdo elencadas por Bardin (1977) são:

- Análise Categorical: funciona por operações de desmembramento do texto em categorias a partir de reagrupamentos analógicos;
- Análise de Avaliação: mede os comportamentos do locutor quanto aos objectos falados e, a partir disso, faz inferências a respeito da fonte de emissão;

- Análise de Enunciação: revela a concepção da comunicação como processo e não como dado na qual na altura da produção da palavra, é feito um trabalho, é elaborado um sentido e são operadas transformações;
- Análise de Expressão: correspondência entre o tipo de discurso e as características do locutor e as características dele e do seu meio;

Além disso, foram realizadas entrevistas com as responsáveis pelas redes sociais dos movimentos *Feministas em Movimento*, *Feminismos Sobre Rodas* e *Rede 8 de Março*, na qual foi utilizada a técnica da entrevista semi-aberta que se caracteriza por ser flexível e permitir explorar ao máximo determinado tema, exigindo que o entrevistador tenha subordinação dinâmica ao entrevistado (Duarte, 2006). Para isso, foi elaborado um roteiro de questões-guia que dão cobertura ao interesse da pesquisa, neste caso, identificar a abordagem das ocorrências de violência doméstica durante a pandemia e compreender as principais formas do ciberativismo e formatos das iniciativas tomadas nesse contexto. “A lista de questões desse modelo tem origem no problema de pesquisa e busca tratar da amplitude do tema, apresentando cada pergunta da forma mais aberta possível” (Duarte, 2006, p. 66). Foram elaboradas seis questões-guias gerais e duas específicas para cada movimento, conforme consta no Apêndice 1. Segundo Duarte (2006), uma entrevista semi-aberta geralmente tem entre quatro a sete questões, tratadas de forma individual como perguntas abertas. “Cada questão é aprofundada a partir da resposta do entrevistado, como um funil, no qual perguntas gerais vão dando origem a específicas” (Duarte, 2006, p. 66). No entanto, ao ouvir as respostas dos entrevistados, a autora também levantou outras questões específicas sobre os assuntos falados. “A entrevista na pesquisa é aberta, ou seja, novas questões podem ser levantadas na ocasião tanto pelo entrevistado, como pelo entrevistador” (Travancas, 2006, p. 102). A autora utilizou seu perfil pessoal do Facebook para entrar em contacto com as responsáveis pelas páginas a solicitar a entrevista, que foram todas realizadas de forma online a partir da plataforma Zoom. A entrevista foi conduzida pelas fontes ajustada ao roteiro do pesquisador, de forma a valorizar o conhecimento do entrevistado (Duarte, 2006). A autora realizou uma pesquisa prévia dos movimentos, bem como a coleta dos dados antes da realização das

entrevistas para que fossem aprofundados os tópicos, conforme indica Duarte (2006). As três entrevistas permitiram um trabalho de comparação das respostas e articulação dos resultados de forma a auxiliar na sistematização das informações dos diferentes informantes (Duarte, 2006). As entrevistadas foram informadas dos objetivos do estudo e consentiram, assim, informadamente, a conceder as entrevistas para esta dissertação. Dessa forma, a seleção dos informantes “está ligada a significação e a capacidade que as fontes têm de dar informações confiáveis e relevantes sobre o tema da pesquisa” (Duarte, 2006, p. 68).

Os períodos de análise escolhidos foram de 18 de abril a 18 de maio de 2020 e 15 de janeiro a 15 de fevereiro de 2021, o primeiro período começa apenas a partir de 18 de abril para analisar os efeitos depois de quase um mês de confinamento e o segundo foi escolhido para englobar os efeitos das medidas restritivas diante da segunda onda de Covid-19 em Portugal em que um novo confinamento foi imposto no país. Foi realizada uma análise comparativa das duas épocas para verificar a ocorrência de casos de violência doméstica. A justificação de escolha dos dois períodos se deveu, respectivamente, para compreender o estado de emergência até a segunda fase do desconfinamento da primeira onda do Covid-19 e para englobar o segundo confinamento da população portuguesa. Nesse sentido, foi utilizada a amostragem não probabilística de Fonseca Jr. (2006) de semanas compostas na qual foram determinados os dias a serem analisados a partir do contexto das medidas restritivas do governo português para o combate da pandemia de Covid-19. Para Fonseca Jr. (2006), a análise de conteúdo oscila entre o aspecto quantitativo e qualitativo, dependendo do interesse do pesquisador. Apesar de realizar a coleta de dados através do computador, que como referencia Fonseca Jr. (2006), é a principal evidência do interesse pela parte quantitativa, neste trabalho, a autora buscará maior destaque aos aspectos qualitativos da pesquisa.

No período escolhido para análise de conteúdo desta pesquisa entre os dias 18 de abril e 18 de maio de 2020, a página Feministas em Movimento teve 10 postagens relacionadas com a violência doméstica durante o período da primeira quarentena e 10 postagens durante o segundo confinamento que engloba o período do dia 15 de janeiro

a 15 de fevereiro. Já a página *Feminismos Sobre Rodas* teve sete postagens durante o período do primeiro confinamento e duas postagens durante a segunda quarentena. A Rede 8 de março também teve cinco postagens divulgadas no primeiro período de quarentena e duas postagens durante o segundo período de confinamento. Por fim, o movimento *Frequência Feminista* teve um total de seis postagens relacionadas com violência doméstica durante a primeira quarentena e nenhuma postagem durante o período da segunda quarentena.

Quadro 1 – Levantamento das postagens durante o primeiro período de análise (18/04/2020 – 18/05/2020)

MOVIMENTO	CONTEÚDOS JORNALÍSTICOS	POSICIONAMENTOS	DIVULGAÇÃO DE EVENTOS ONLINE	DIVULGAÇÃO CAMPANHA	TOTAL
<i>Feministas em Movimento</i>	5	-	4	1	10
<i>Feminismos Sobre Rodas</i>	2	2	-	3	7
<i>Rede 8 de Março</i>	-	4	1	-	5
<i>Frequência Feminista</i>	3	1	1	1	6

Quadro 2 – Levantamento das postagens durante o segundo período de análise (15/01/2021 - 15/02/2021)

MOVIMENTO	CONTEÚDOS JORNALÍSTICOS	POSICIONAMENTOS	DIVULGAÇÃO DE EVENTOS ONLINE	DIVULGAÇÃO CAMPANHA	TOTAL
<i>Feministas em Movimento</i>	10	-	-	-	10
<i>Feminismos Sobre Rodas</i>	1	-	1	-	2

<i>Rede 8 de Março</i>	-	2	-	-	2
<i>Frequência Feminista</i>	-	-	-	-	0

A constituição do *corpus* de análise, que consiste na definição do conjunto de documentos a serem submetidos à análise, passou pela realização da leitura flutuante, que levou à escolha do tema e do referencial teórico, passando pela formulação do problema, dos objectivos e das hipóteses de pesquisa, conforme aponta Fonseca Jr. (2006). Bardin (1977) elenca duas regras para a constituição do *corpus*: regra da exaustividade, na qual todos os documentos relativos ao assunto, no período escolhido, devem ser considerados sem deixar de lado nenhum deles por qualquer motivo, e a regra da representatividade, que consiste na definição do tamanho da amostra e revela uma parte representativa da parte inicial, dessa forma, obtem-se uma amostragem rigorosa. “A dinâmica própria de cada produção é analisada e os diferentes indicadores adaptam-se à irreductibilidade de cada locutor” (Bardin, 1977, p. 175). O discurso está situado e determinado pela posição do emissor nas relações de força e também pela relação com o receptor na qual o emissor e o receptor do discurso correspondem a lugares determinados na estrutura de uma formação social (Bardin, 1977). A análise do conteúdo das páginas dos movimentos feminista buscou entender as intenções do emissor ao transmitir a mensagem e também de que forma a mensagem chegou ao receptor perante as condições sociais em que se encontra.

Neste capítulo foram abordados os procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa, como a Análise de Conteúdo proposta por Bardin (1977) e Fonseca Jr. (2006) a qual analisa os processos de divulgação e produção de conteúdo sobre violência doméstica dentro do contexto da pandemia. A partir da contextualização do ciberespaço, ciberativismo e ciberfeminismo é possível criar um entendimento mais aprofundado sobre as formas que as postagens sobre violência doméstica durante a pandemia foram veiculados pelos movimentos feministas que será temática próximo capítulo.

4 ANÁLISE DE CONTEÚDO

4.1 Análise de conteúdo das postagens do Facebook dos movimentos feminists de Portugal

Para a composição desta pesquisa, foram analisadas 42 postagens, sendo que destes, 20 são dos movimento feministas portugueses *Feministas em Movimento*, nove do *Feminismo sobre Rodas*, sete do *Rede 8 de Março* e seis do *Frequência Feminista*. O material buscou compreender e comparar a abordagem do ciberativismo desenvolvido em torno do aumento da violência doméstica em tempos de confinamento nas redes sociais dos movimentos feministas portugueses a partir do contexto histórico do feminismo e da violência de género e dos canais de expressão online. Além disso, foram realizadas três entrevistas semi-directivas com as responsáveis pelas redes sociais dos movimentos sendo Almerinda Bento, do *Feministas em Movimento*, Patrícia Martins, do *Feminismos Sobre Rodas* e Aline Nunes do *Rede 8 de Março*.

Os conteúdos foram publicados nos movimentos feministas *Feministas em Movimento*, *Feminismo Sobre Rodas*, *Rede 8 de Março* e *Frequência Feminista* nos períodos entre 18 de abril a 18 de maio de 2020 e 15 de janeiro a 15 de fevereiro de 2021. A análise foi realizada conforme as dimensões definidas pela autora desta pesquisa: Violência de género, violência doméstica, violência no namoro e violência racista para comparar a abordagem dos movimentos feministas sobre a violência em tempos de confinamento. As postagens e as entrevistas com as representantes dos movimentos foram essenciais para compreender e comparar a abordagem do ciberativismo sobre a ocorrências de violência doméstica durante a pandemia pelos movimentos feministas portugueses. A partir da análise individual das 42 postagens do *Feministas em Movimento*, *Feminismos Sobre Rodas*, *Rede 8 de Março* e *Frequência Feminista*, conforme as dimensões definidas pela autora desta pesquisa: Violência de género, violência doméstica, violência no namoro e violência racista, organizou-se uma grelha de análise, conforme consta no Apêndice 2. A análise de dados foi dividida em dois subcapítulos na qual o primeiro diz sobre o ciberativismo como forma de combate à violência doméstica e o segundo, após contextualizado o ciberativismo, aborda o

ciberfeminismo como forma de combate à violência de gênero em que serão realizadas, utilizando-se novamente inferências que se consolidam como passagem para a interpretação (Bardin, 1977).

4.2 O ciberativismo como forma de combate à violência doméstica

Em Portugal, só em 1980 que a violência doméstica foi reconhecida como problema social com a ratificação da Convenção sobre a Eliminação de Todas Formas de Discriminação contra as Mulheres (Perista e Carrilho, 2016). Desde 2000, as queixas de violência doméstica no país cresceram 11,2% a cada ano (Dias, 1995). Na postagem 19, no compartilhamento da matéria “Violência doméstica em tempo Covid. Especialista receia aumento de casos” do Renascença publicado pela página *Feministas em Movimento (FEM)*, conforme consta em anexos, que apresenta um alerta do coordenador da Equipa de Análise Retrospectiva de Homicídios em Violência Doméstica para o aumento do número de casos de violência doméstica em tempos de confinamento. Já a postagem 37, conforme consta em anexos, indica que o confinamento durante a pandemia já fez aumentar casos de violência na Europa conforme registado em Bélgica, Bulgária, França, Irlanda, Rússia, Espanha e Reino Unido entre parceiros íntimos e crianças.

Todos os dias eu recebo por parte da presidente da FEM, a Elisabete Brasil, um email com os tipos jornalísticos focados nas questões da violência, da violência sobre as mulheres, e, de facto [...] Eu penso que foi em finais de janeiro que foram publicados uma série de estudos feitos sobre o impacto da pandemia e questões muito focadas sobre a violência de género [Entrevista online de Almerinda Bento concedida à autora dia 10/03/2021 às 10h].

Os movimentos feministas concentram-se na denúncia das normas contemporâneas que legitimam a autoridade do homem e que fazem com que a agressividade e a violência continuem a ser uma forma da identidade masculina se expressar (Dias, 1995). Destaca-se a influência conquistada por eles ao longo dos anos como os movimentos feministas latino-americanos que são articulados e possuem um

grande histórico de luta pelo direitos das mulheres, como na morte de Diego Maradona que dividiu a opinião do feminismo argentino.¹⁶

Para reverter esse quadro de denúncias, as autoridades passaram a investir em campanhas de combate a violência doméstica, como a “#violenciaOFF” da Direção-Geral da Saúde (DGS) divulgada pelo *Feministas em Movimento* na postagem 6, conforme consta nos anexos, é um compartilhamento de seis imagens para o combate da violência doméstica acompanhada de um texto que divulga as linhas de apoio para denúncias de violência.

Nós temos aquela visão de olhar e publicitar também ações ou tomadas de posição de outras associações feministas, de outras associações de mulheres e até outras associações que de alguma forma tem uma visão e uma perspectiva que não está longe da realidade da sociedade que as mulheres têm em particular. [Entrevista online de Almerinda Bento concedida à autora dia 10/03/2021 às 10h].

As ocorrências de violência doméstica acontecem devido a dominação masculina presente nas relações sociais de sexo, conforme aponta Welzer-lang (2001). “Os homens dominam coletiva e individualmente as mulheres. Esta dominação se exerce na esfera privada ou pública e atribui aos homens privilégios materiais, culturais e simbólicos” (Welzer-lang, 2001, p. 461). Essa dominação sobre as mulheres gerou 302 pedidos de ajuda de vítimas a partir de casa, conforme indica a notícia da SIC Notícias compartilhada a postagem 7 compartilhada pelo *Feministas em Movimento* e analisada nos anexos que traz a divulgação de dados das denúncias de violência doméstica sofridas durante o primeiro confinamento e destaca a diminuição do número de homicídios no primeiro trimestre em relação a 2019, mas indica que não significa que os casos de violência tenham diminuído. Na postagem 20, conforme consta em anexos, no compartilhamento da matéria “Violência doméstica: 683 casos reportados à APAV no primeiro confinamento” do Expresso promovido pela página *Feministas em Movimento* apresenta a divulgação de dados da segunda edição do relatório “Violência Contra as

¹⁶ Centenera, Mar. Diego Maradona enche de contradições o feminismo argentino. *El País* [online]. Disponível em: <<https://bit.ly/39BCogI>>. Acesso em: 2 dez. 2020.

Mulheres e Violência Doméstica em Tempos de Pandemia” da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) na qual verificou-se que a maioria das vítimas são mulheres e a maioria ocorreu num contexto de intimidade. Aline Nunes destaca as poucas denúncias realizadas durante o primeiro período de confinamento.

Na primeira fase do confinamento foi um período que até nem houve muitas queixas reportadas às autoridades policiais porque as mulheres estavam confinadas com o agressor, mas nós também percebemos que isso não correspondeu a menor violência [Entrevista online de Almerinda Bento concedida à autora dia 10/03/2021].

Na postagem 15, o compartilhamento da matéria “Violência doméstica cresceu com a pandemia” do RTP Notícias publicado pelo *Feministas em Movimento*, conforme consta em anexos, aborda a divulgação do estudo do Estudo Nacional de Saúde Pública, na qual a APAV alerta para o número elevado de casos que não foram denunciados e foi realizado no segundo confinamento, o que revela o aumento no número de denúncias após os primeiro período de confinamento, conforme indicou a responsável pelas redes sociais do movimento. Conforme Saffioti (2001), embora não se restrinja ao espaço doméstico, o Estado justifica facilmente a sua não-intervenção no espaço privado e destaca que não se pode separar relações interpessoais e estruturais. Foi possível verificar essa tendência também na postagem 16, no compartilhamento da matéria “Violência doméstica. Menos queixas e mais medidas de afastamento aplicadas” do Expresso publicado pela mesma página na qual destaca a divulgação dos dados que apontam para diminuição das queixas de violência doméstica no ano passado, mas indica a pesquisa realizada pelo Estudo Nacional de Saúde Pública em que revela que um terço das vítimas foi agredida pela primeira vez durante a pandemia. O investimento nas redes sociais foram uma mudança para o *Rede 8 de Março* e propiciou novas formas de produção de conteúdo, conforme indica Aline Nunes.

No início do primeiro confinamento, pouco tempo depois que nós estávamos confinados, eu lembro que existiu um feminicídio em confinamento, acho que logo depois teve outro e começaram a sair muito as notícias. Nós somos pessoas que somos influenciadas pelas notícias então, nós obviamente sentimos essa necessidade de produzir o conteúdo [Entrevista online de Aline Nunes concedida à autora no dia 12/03/2021 às 21h].

No Brasil, uma vítima de violência doméstica partilhou um vídeo ao vivo em que denunciava as agressões do ex-marido em que a transmissão do relato com quase 12 minutos alcançou 238 mil partilhas e foi visualizado mais de cinco milhões de vezes.¹⁷ Na postagem 34, que é um comunicado contra a violência doméstica em tempos de quarentena divulgado pelo *Rede 8 de Março*, conforme consta em anexos, foi publicado durante o primeiro período de confinamento e faz um alerta para as mulheres ficarem atentas a esse tipo de ocorrência.

Nós pagamos mais publicações, nós pagamos no Instagram e no Facebook, patrocinamos porque é a nossa única maneira de chegar a pessoas. Em relação a nível de produção de conteúdo, realmente talvez tenham sido utilizados critérios, pois houve também uma necessidade que foi muito sentida de passar a informação de o que as mulheres poderiam fazer para estarem seguras e então nós divulgamos os números para denúncia e ali foi realmente uma necessidade que começou a vir, aquelas informações muito assustadoras das mulheres, do momento de violência doméstica, por as pessoas estarem confinadas [Entrevista online de Aline Nunes concedida à autora no dia 12/03/2021 às 21h].

¹⁷ Canha, Carolina. Costa, Natacha Nunes. Vítima de violência doméstica faz denuncia através do Facebook. **Correio da Manhã [online]**. Disponível em: < <https://bit.ly/2SpP7gf> > . Acesso em: 9 jun. 2021.

A postagem 24 divulga novamente a campanha promovida pelo *Feminismos Sobre Rodas* na qual é um compartilhamento de oito imagens da campanha “Nem tudo tem de ficar entre quatro paredes” do próprio movimento. Os movimentos feministas encontraram no espaço online um meio de organização apropriado (Castells, 2001) e uma forma de divulgar a causa e articular cada vez mais pessoas para lutar pela causa e alcançam, assim, a liberdade e conhecimento que procuravam (Câmara, 2016). A postagem 42, é o compartilhamento da matéria “Covid-19: Violência doméstica é uma “epidemia escondida” no confinamento do Público divulgado pelo *Frequência Feminista*, conforme anexos, que revela a quarentena um espaço propício para as práticas de violência. Patrícia Martins, organizadora do movimento, acredita que a diminuição do número de postagens do segundo confinamento não está relacionada com a diminuição dos casos de violência doméstica.

Não é propriamente uma mudança social entre o primeiro confinamento e o segundo confinamento para que determinadas práticas se alterassem, tanto o nosso grupo e muitos outros grupos são grupos informais, que as pessoas não são profissionalizadas nesse grupo, portanto, quando nós somos profissionalizadas também não tem tanta possibilidade de desenhar estratégias a longo prazo [...] Há um conjunto de questões que não intencionalmente faz com que as pessoas desviem a sua atenção para algumas coisas e deixam de prestar atenção para outras e que tem a ver com as características do movimento feminista em Portugal [Entrevista online de Patrícia Martins concedida a autora dia 12/03/2021 as 12h].

Para entender como essas violências são desencadeadas, Saffioti (2001) reitera que o vetor da agressão não é especificado, dessa forma, o estresse funciona como desencadeador do fenômeno, não como causa, desse modo, não existe “aceitação da violência”, sendo esse um termo derivado da ordem patriarcal de gênero, ou seja, do privilégio masculino. A partir da análise da postagem 14, conforme consta em anexos, do compartilhamento da matéria “Estudo conclui que 34% de casos de violência doméstica durante a pandemia corresponderam a vítimas pela primeira vez” pelo *Feministas em Movimento* traz a divulgação dos dados do Estudo Nacional de Saúde Pública sobre os casos de violência doméstica entre abril e outubro de 2020 a partir de

inquérito online aplicado ao qual foi identificado que 15% relataram casos e 72% não denunciou às autoridades, foi possível identificar os sentimentos de mal-estar e estresse frequentes, o consumo de álcool, medicamentos ou drogas ilícitas foram os mais encontrados nas situações de violência.

Devido a frequência das agressões, a mulher vai diminuindo a sua motivação para reagir e tende a ser submissa devido às constantes agressões de que é vítima e torna-se passiva e desprotegida (Dias, 1995). Conforme analisado na postagem 13 que consta nos anexos, a matéria “Violência doméstica. Estudo conclui que um terço dos inquiridos foi vítima pela primeira vez na pandemia” do SIC notícias, publicado pelo *Feministas em Movimento* divulga os dados de um estudo realizado com vítimas de violência doméstica e destaca as mulheres como principais vítimas e revela que não procuraram ajuda nem denunciam as situações de violência por considerarem “desnecessárias” e serem constrangidas diante das autoridades. Aline Nunes, organizadora do *Rede 8 de Março*, destaca como a violência doméstica foi abordada no primeiro e segundo confinamento.

Há com certeza a correspondência a questão da violência doméstica ser mais falada durante o primeiro confinamento, no início dele principalmente, acho que como tudo na pandemia nesse segundo confinamento também já era normal, mas também tem essa questão que a nossa energia tava diferente em um confinamento e no outro porque num foi após o 8 de março quando as coisas a nível de organização e de eventos nosso estava totalmente em baixa e nesse foi quando nós estávamos a tentar decidir tudo [Entrevista online de Aline Nunes concedida à autora no dia 12/03/2021 às 21h].

Para Perista e Carrilho (2016), a vítima enquanto elemento central do processo é fonte ao mesmo tempo de uma dupla frustração: a sua própria, na medida em que não vê resultados positivos e a de agentes judiciais, pois a sua ausência de colaboração leva, de forma frequente, a uma decisão de não condenação. No entanto, muitas delas buscam rede de apoio nos próprios movimentos feministas, conforme relata Aline Nunes.

Foi mesmo no início da pandemia, nós tivemos algumas mulheres a nos mandarem mensagens a expor uma situação de violência doméstica e a pedir ajuda e assim, isso nunca tinha acontecido e não voltou a acontecer. As pessoas estavam tão desesperadas até no sentido de não saber por onde se virar, de não terem um apoio psicológico porque eu acho que qualquer pessoa que falasse alguma coisa era “ok, eu estou sendo ouvida” porque a rede de apoio das mulheres que muitas vezes são amigas, são irmãs e as pessoas ficaram sem essa rede de apoio, então de certa forma, quando nós falamos da questão da violência algumas mulheres viram naquilo que alguém se importa e pediram informação [Entrevista online de Aline Nunes concedida à autora no dia 12/03/2021 às 21h].

Segundo Perista e Carrilho (2016), é requerido um trabalho conjunto do sistema de apoio social e do sistema judicial, assim como a promoção de redes de apoio. “Promoveria, de igual modo, uma intervenção mais responsável, focada nos resultados, mas também nas especificadas sócio-culturais das vítimas” (Dias, 1995, p. 168). Na postagem 28, conforme consta nos anexos, o compartilhamento da matéria “Com a violência doméstica agravada pelo preconceito, ela aceitou ajuda e libertou-se” do Público pelo *Feminismos Sobre Rodas*, foi possível analisar que a vítima teve apoio social a partir do acolhimento na casa-abrigo, no entanto, verifica-se que o sistema a judicial ainda é muito falho em casos de mulheres vítimas de violência doméstica.

A postagem 17, o compartilhamento da matéria “Violência doméstica. Governo lança novo programa para agressores” do Wort publicado pela página *Feministas em Movimento*, conforme consta em anexos, destaca a divulgação de um programa de formação para ajudar os agressores a mudarem o comportamento violento promovida pela organização sem fins lucrativos Inter-Actions e o Ministério para a Igualdade, o que revela um trabalho realizado em conjunto com apoio social e o sistema judicial. A vulnerabilidade das mulheres agravada durante a pandemia foi destacada pela psicóloga Raquel Gomes na matéria publicada no Ecclesia publicada pela página *Feministas em Movimento* na qual destaca a importância do apoio social em tempos de confinamento na postagem 18, conforme consta em anexos.

Conforme Dornelas, Oliveira e Guerreiro (2010), a violência também é uma questão política, pois os especialistas podem influenciar nas políticas sociais e orientar os programas de prevenção, seja mais centrados nas vítimas, seja nos agressores e na sua reabilitação. Como forma de combater e conscientizar a população, os movimentos feministas passaram a promover conversas online sobre o assunto e até mesmo criar campanhas. O *Feminismos Sobre Rodas* criou a campanha “Nem tudo tem de ficar entre quatro paredes”, conforme é divulgado na postagem 21 e 22, conforme consta nos anexos. Patrícia Martins, organizadora do movimento, explica como surgiu a campanha.

Essa campanha surge no primeiro confinamento e parte também do questionamento de que primeiro começaram a chegar essas notícias e reflexões de que a violência doméstica no contexto da pandemia iria aumentar e que aumentando os números, poderia não aumentar o número de denúncias, por aquilo que vivamos, das vítimas estarem a viver com os agressores, mais difícil, etc. E então, nós fizemos essa reflexão de que pode nem sequer ter acesso ao saber onde estão os números de denúncia, de apoio, não só para pessoas que sofrem de violência doméstica mas também para pessoas que possam ouvir o vizinho ou familiar [Entrevista online de Patrícia Martins concedida a autora dia 12/03/2021 as 12h].

A campanha ainda foi criada com outras associações e organizações feministas como a União Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR) e Associação Plano i, conforme consta na postagem 23, analisada nos anexos que traz a divulgação da campanha “Nem tudo tem de ficar entre quatro paredes” do *Feminismos Sobre Rodas* no compartilhamento da matéria “Mesmo em confinamento, a violência doméstica não tem de ficar ‘entre quatro paredes’” do Público. Além de buscar representação na política, as mulheres também tiveram de buscar representatividade nos media. “As mulheres, com efeito, iam tomando uma consciência crescente de que muito do poder social e político se jogava na representação” (Silveirinha, 2004, p. 5). É ainda compartilhada nessa postagem uma matéria do Público sobre a campanha “Mesmo em confinamento, a violência doméstica não tem de ficar ‘entre quatro paredes’” na qual tem entrevista com Patrícia Martins e apresenta o vídeo produzido pelo *Feminismos*

Sobre Rodas na qual é possível identificar essa busca por representação na política. Nos comentários da postagem, é possível identificar uma usuária que informa que o serviço de SMS para denúncias não está a funcionar e, logo abaixo, o movimento responde a informar que vai encaminhar a situação para as entidades responsáveis o que revela que a página é interativa e prestativa em relação ao público. A rede se torna um espaço público na qual os ativistas podem se manifestar, otimizando o impacto de suas ideias e promove a conscientização através da internet (Santos, 2011). Na postagem 25, foi divulgado o vídeo da campanha pelo movimento, conforme consta em anexos, a que se refere Patrícia Martins.

A campanha do *Feminismos Sobre Rodas* foi compartilhada também pelo *Rede 8 de Março* e *Frequência Feminista* na postagem 33 e na postagem 41, respetivamente, conforme consta em anexos.

Muitas vezes também o que acontece é alguns coletivos ou grupos, talvez por acharem que nós tenhamos uma plataforma maior, pedem para nós divulgarmos uma ação, um evento ou uma publicação. Nesse sentido, é efectivamente a informação chegar as pessoas [Entrevista online de Aline Nunes concedida à autora no dia 12/03/2021 às 21h].

O *Feministas em Movimento* também idealizou um projeto em Lisboa de acolhimento a mulheres vítimas de violência doméstica na qual tem a Universidade Nova de Lisboa e a Câmara Municipal como promotoras intitulado de Grupo de Coordenação do II Plano Municipal de Prevenção e Combate à Violência Contra as Mulheres, Doméstica e de Género da cidade de Lisboa.

É um projeto de atendimento a mulheres vítimas de violência [...] A Universidade Nova de Lisboa teve um financiamento, contratou a FEM para fazer esse projeto que é uma equipa, penso que são três pessoas, que estão em permanência nesse espaço e que atendem e acolhe mulheres vítimas de violência. O projeto iniciou-se a 17 de agosto de 2020 e depois teve um período experimental de seis meses e está a continuar a funcionar, portanto, é, neste momento, um projeto que tem uma utilidade grande para atender e para aconselhar mulheres vítimas de violência na cidade de Lisboa [Entrevista online de Almerinda Bento concedida à autora dia 10/03/2021 às 10h].

Castells (2001) indica que os movimentos sociais e os agentes políticos transformaram a internet numa ferramenta privilegiada para actuar, informar, recrutar, organizar, dominar e contradominar. De acordo com Oliveira (1998), o virtual só existe quando configurado pelo real. Os movimentos feministas analisados articularam-se fisicamente para depois ocupar o espaço virtual. Com a pandemia de Covid-19 e o confinamento, os movimentos tiveram que se adaptar completamente ao ciberespaço, conforme indica Aline Nunes.

Nós demoramos a voltar em reuniões e tudo mais, porque nós ficamos muito tempo a espera para que desse para fazer presencial. Como ficou claro que isso não seria possível, a nossa dinâmica mudou completamente porque passou a ser tudo online, e nós dentro do nosso movimento, nós temos pessoas que diziam assim “não quero imprimir panfletos, não quero fazer nada por causa da questão ambiental” e havia um outro grupo que falavam assim, “não, mas nós temos que distribuir panfletos nas ruas, porque é assim que nós chegamos as mulheres, porque as redes sociais são elitistas”. As redes sociais hoje são a única coisa que nós temos, nós não vamos poder fazer esse tipo de panfletos na rua e, na verdade, está todo mundo usando as redes sociais [Entrevista online de Aline Nunes concedida à autora no dia 12/03/2021 às 21h].

De acordo com Sena e Tesser (2017), a internet permite que o usuário não seja apenas um receptor passivo de informação, mas que interaja activamente com ela, produzindo-a. Segundo Castells (2001), a Internet transforma o modo como nos

comunicamos, por outro lado, ao utilizarmos para múltiplas tarefas, também transformamos-a por ser uma tecnologia maleável.

As pessoas conseguem ter uma linguagem mais fácil, aí as pessoas conseguem fugir um pouco do academicismo como eu ia falar, que muitas vezes afasta as pessoas e não alcança as pessoas e parece uma coisa mais distante [Entrevista online de Aline Nunes concedida à autora no dia 12/03/2021 às 21h].

O desenvolvimento das novas tecnologias de comunicação tem permitido que o ativismo político se organize de maneira que se superem constrangimentos temporais, financeiros, espaciais ideológicos e identitários no qual as redes de articulação que são criadas entre os diferentes movimentos têm caráter nitidamente democrático (Pereira, 2011). É o que relata Almerinda Bento, representante do *Feministas em Movimento*.

Eu acho que o trabalhar aqui através das redes sociais permite chegar a muita gente, a muitas organizações e permite partilhas e a criação de redes de ativismo que ajudem aqueles objetivos de uma associação feminista sejam alcançados, portanto, nós sabemos que hoje em dia as redes sociais são o rosto das organizações. Naturalmente nós sabemos que as redes sociais têm a intenção de publicitar aquilo que são as tomadas de posição da associação [Entrevista online de Almerinda Bento concedida à autora dia 10/03/2021 às 10h].

Conforme Castells (2001), a formação de comunidades virtuais, baseadas na comunicação online, foi o culminar de um processo histórico de dissociação entre localidade e sociabilidade na qual novos e selectivos modelos de relações sociais substituem formas de interacção humana limitadas territorialmente. É possível identificar esse rompimento de limites territoriais a partir da divulgação de eventos online como analisado na postagem 2, na divulgação da conversa sobre o impacto da Covid-19 na Violência Doméstica “Impacto da COVID-19 na Violência Doméstica” que menciona os participantes, entre eles, Elza Pais, presidente das Mulheres Socialistas, Jorge Lação, deputado, Elisabete Brasil, presidente do *Feministas em Movimento* e Manuel Lisboa, diretor do Observatório Nacional de Violência e Género e na postagem 5, do tema “Nem mais uma: Travar a violência doméstica”, divulgados pelo *Feministas em Movimento*, que é um evento criado no Facebook acompanhada de um texto que

menção as participantes Sandra Cunha, deputada do Bloco de Esquerda, Elisabete Brasil, presidente do Feministas em Movimento e Cecília Honório, gabinete da vereação do Bloco na Câmara Municipal de Lisboa, a data e horário do evento.

O uso da internet pelos ciberativistas é um meio de “driblar” os meios de comunicação tradicionais que, na maioria das vezes, não oferece espaço para que a opinião pública se manifeste (Santos, 2011). É a partir dela que eles expandem as suas atividades e desenvolvem outras para difundir informações e reivindicações com objectivo de buscar apoio e mobilização para uma causa, criar espaço de discussão e troca de informação e organizar e mobilizar indivíduos para acções e protestos (Rigitano, 2003). É possível identificar a expansão de atividades e informações a fim de buscar mobilização na causa a partir do comunicado sobre o combate de violência contra as mulheres a partir de um caso de feminicídio de uma mulher assassinada no dia 18 de janeiro de 2021 morta pelo ex-companheiro, na postagem 35 divulgado pelo *Rede 8 de Março*, conforme consta nos anexos. Almerinda Bento, organizadora do *Feministas em Movimento* destaca a finalidade da página.

Gostaríamos, efectivamente que a nossa página fosse um meio de formação de públicos de chegar a pessoas e, de alguma forma, sermos um instrumento que ajude as pessoas a procurarem ajuda ou encontrarem uma forma de responder os seus problemas, portanto, é este também o nosso objetivo com a nossa página e com a nossa associação [Entrevista online de Almerinda Bento concedida à autora dia 10/03/2021 às 10h].

O ciberativismo é feito pelos colectivos que são compostos de indivíduos que, através das redes sociais e plataformas de comunicação digital, produzem e divulgam conteúdos de protestos e atos decorrentes de mobilizações organizadas dentro e fora das redes digitais que atuam independentemente da mídia de massa (Bittencourt, 2014). Patrícia Martins, organizadora do *Feminismos Sobre Rodas*, revela a estratégia de divulgação de conteúdo nas redes sociais.

Quando nós divulgamos especificamente essa estratégia fora do nosso círculo, nós divulgamos dentro desses grupos específicos de Facebook que estão muito presentes no dia a dia acho que num primeiro momento é para quando a pessoa está a fazer um scroll lembrar-se [...] as pessoas que não pensam tanto isso no dia a dia, muitas vezes só veem por via das redes sociais ou por via do telejornal e como também a comunicação social não deu tanto atenção sobre a violência doméstica durante o confinamento porque todos os dias o que aparecia era os números de infetados, os números de mortes, as medidas sanitárias, etc. [Entrevista online de Patrícia Martins concedida a autora dia 12/03/2021 as 12h].

Para Padilla e Gomes (2016), o que interessa mesmo é a mensagem e não a mensageira, mas deve-se atentar para o papel da mensageira que pode ter empoderamento pois, as feministas e ativistas devem promover a causa e ser conscientes na multiplicidade de posicionamentos. Na postagem 32, do *Rede 8 de Março* conforme consta em anexos, é possível identificar um comunicado com posicionamento sobre as mulheres trabalhadoras em quarentena, a pedir que as mulheres partilhem em vídeo, fotografia ou testemunho sobre a experiência no período do confinamento a fim de marcar o dia 1 de maio.

Eu diria que nós temos duas ideias com as redes sociais, uma que é o óbvio que é chamar pessoas para o movimento, para participar das nossas reuniões [...] Acho que chegar a novas pessoas, mas nós também queremos fazer a informação chegar, não é só no sentido de angariar pessoas pro nosso movimento [Entrevista online de Aline Nunes concedida à autora no dia 12/03/2021 às 21h].

As novas media propiciaram maior difusão e discussão de causas ativistas como o feminismo, onde os utilizadores trocam informações, experiências e buscam maior conhecimento e identificação, contribuindo para a construção da identidade (Câmara, 2016).

Nós queremos que de facto as pessoas saibam o que nós pensamos, o que nós, rede, pensamos [...] as pessoas que nós queremos alcançar não querem frases feitas e coisas que não significam nada, elas querem saber o que de facto nós pensamos e se quiserem se juntar a nós, saber o que estão a se juntar [...] nós entendemos que é assim que se faz a luta [Entrevista online de Aline Nunes concedida à autora no dia 12/03/2021 às 21h].

Através da necessidade de construção de um discurso próprio para provocar mudanças e empoderar mulheres, o movimento feminista passa a organizar sistematicamente a produção de seus espaços de comunicação (Tomazetti, 2015). Almerinda Bento é a responsável pela gestão da página do Facebook do *Feministas em Movimento*.

Hoje em dia qualquer organização, qualquer associação não pode viver sem as redes sociais porque a sua ligação mais ampla ao mundo que nos fez pensar nesta área que criamos um grupo de trabalho na área da comunicação em que temos quatro pessoas que, de alguma forma, se organizam entre si e que distribuem trabalho [Entrevista online de Almerinda Bento concedida à autora dia 10/03/2021 às 10h].

O feminismo passou a conferir às ferramentas e espaços comunicacionais um enlace estratégico e com o avançar dos processos tecnológicos, a internet amplia a relação do movimento com suas políticas de comunicação e de género (Tomazetti, 2015). Na postagem 40, conforma consta nos anexos, é possível identificar que o movimento *Frequência Feminista* compartilhou um evento promovido pelo União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR) e, nos comentários, a organização agradece a divulgação. Dessa forma, há um apoio mútuo entre as duas organizações.

Na medida em que queremos de uma forma até solidária postarmos, publicitarmos e divulgarmos posições de outras associações que de alguma forma se associam a nós e tem ligação a nós, nós achamos que de facto esta partilha e essa capacidade de nos solidarizarmos é também uma forma importante de criarmos redes e, de alguma forma, ajudar a criar movimentos sociais e movimentos de luta pela igualdade, de luta contra a discriminação, de luta por um mundo melhor [Entrevista online de Almerinda Bento concedida à autora dia 10/03/2021 às 10h].

Conforme Magalhães, Marôpo e Amaral (2018), o ativismo feminista está conectado à defesa dos direitos humanos por meio do uso estratégico do espaço virtual para a transformação social. Pereira (2011) conclui que o ciberativismo se relaciona com estratégias de acções desenvolvidas através da utilização da internet e das potencialidades pelos movimentos sociais e Organizações Não Governamentais (ONG's), seja através da articulação com outras entidades ou da tentativa de um convencimento de um universo de indivíduos que se encontram na rede prontos para serem seduzidos a participar de campanhas que os ativistas promovem. Patrícia Martins, organizadora do *Feminismos Sobre Rodas* fala sobre uma campanha promovida no dia 25 de novembro, dia Mundial no combate à violência doméstica.

A ideia dessa campanha foi começar pelo nível um que é desmitificar o conceito de feminismo e usar a pluralidade de vozes que há sobre a questão feminista e pedir a pessoas que tenham um grupo que tenha mais projeção para explicarem e gravarem um vídeo em que nós publicamos nas nossas redes mas que também pedimos a essas outras pessoas que publiquem nessas redes, portanto, todo esse trabalho envolveu uma rede de contactos [Entrevista online de Patrícia Martins concedida a autora dia 12/03/2021 as 12h].

As postagem 29 é a divulgação do *Feminismos Sobre Rodas* de um evento online “VD@Covid19 – Violência nas relações de intimidade em tempos de Covid-19: desigualdades de género e (novos) contornos da violência doméstica”, conforme consta em anexos. Para Fonseca (2018), o ciberespaço assegura os direitos das mulheres, construindo e fortalecendo o empoderamento feminino para que possam enfrentar situações adversas que ocorrem na sociedade. O ciberativismo permite que os próprios

movimentos sociais criem suas estratégias de divulgação de conteúdo. Patrícia Martins destaca como é formado esse grupo de gestão de redes sociais do *Feminismos Sobre Rodas*.

O objectivo era que as pessoas começassem a ligar os pontos de que a questão da crise pandêmica é uma constelação de consequências de problemas e que através de uma informação simples, as pessoas pudessem criar uma espécie de alerta e ficar com certas imagens na memória e que, eventualmente, isso pudesse ser até o motivo de comentar, nem que fosse depreciativo e se comentam, faz com que aumente a visibilidade [...] O nosso objectivo foi um engrossar um discurso social sobre a questão da violência doméstica [Entrevista online de Patrícia Martins concedida a autora dia 12/03/2021 as 12h].

A distância causada pelas medidas de confinamento veio intensificar a atividade online dos movimentos. Almerinda Bento, organizadora do *Feministas em Movimento* retira a importância das redes sociais nesse processo.

Para uma associação muito nova como é a nossa o facto que vos ter surgido este problema de distanciamento e de menor capacidade de intervenção devido a pandemia, de alguma forma, não nos ajudou muito nessa fase inicial, de qualquer forma, temos continuado a intervir e é através das redes sociais que nós tentamos dar algum sinal da nossa presença e da nossa vida [Entrevista online de Almerinda Bento concedida à autora dia 10/03/2021 às 10h].

Organizadora do *Rede 8 de Março*, Aline Nunes, relata a dificuldade de manter o trabalho feito pelo movimento nas redes sociais.

Houve uma desmobilização nossa porque acho que quando a pandemia surgiu, ela surgiu para todo mundo e ninguém sabia muito bem o que fazer e nós éramos só pessoas que gostavam muito da presença. O que nós queremos é isso, um movimento feminista onde nós fazemos um espaço seguro e então houve da nossa parte uma reticência em fazer reuniões online então, a página ficou um pouco de tempo parada, não teve tanto conteúdo, porque foi realmente um momento de nós nos reorganizarmos assim um pouco [Entrevista online de Aline Nunes concedida à autora no dia 12/03/2021 às 21h].

Neste subcapítulo, foi abordada a análise de dados realizada em torno do ciberativismo como forma de combate a violência doméstica no *Feministas em Movimento*, *Feminismos Sobre Rodas*, *Rede 8 de Março* e *Frequência Feminista*. No próximo subcapítulo, será abordada a análise dados a partir do ciberfeminismo contextualizada com a violência de gênero.

4.3 Do ciberativismo a cibefeminismo: uma luta contra a violência de gênero

Segundo Duarte (2009), o discurso de gênero é uma questão social, sendo parte social e cultural do ser humano numa determinada sociedade, espaço, contexto histórico que é dinâmico e reúne várias épocas consoante os modos de desenvolvimento, de produção e o sistema de valores. O gênero é um assunto amplamente abordado pelos movimentos feministas analisados como na postagem 31, conforme consta em anexos, em que o evento online “Coimbra | Reunião aberta – COVID 19 e as mulheres” é divulgado pelo *Rede 8 de Março*.

Machado (2001) reflecte se os valores da alta modernidade que conduziram a uma desconstrução e reconstrução das categorias de gênero e uma suavização do masculino enquanto outras tendências actuais parecem reforçar certas articulações entre as categorias culturais da masculinidade e o reaparecimento de valores que positivam os atos de agressividade e violência numa estética imaginária de masculinidade violenta. É possível identificar o reaparecimento desses valores que induzem a agressividade na postagem na postagem 4, na divulgação de uma conversa

online Violência Doméstica e Violência de Género promovido pelo Associação Profissional dos profissionais da Educação Social (Aptses), compartilhado pelo *Feministas em Movimento*, conforme consta em anexos que menciona a participante Anabela Figueiredo, técnica superior de educação social na comissão para a cidadania e igualdade de género do Núcleo Violência Doméstica e Violência de Género. Na postagem 12, conforme consta em anexos, no compartilhamento da matéria “O confinamento é ‘uma lua-de-mel para os agressores’?” do Diário de Notícias publicado pelo *Feministas em Movimento*, é possível identificar uma diminuição do número de casos de violência doméstica em 2020 do que em 2019, mas houveram mais presos por esse crime na qual tem a participação da presidente do movimento Elisabete Brasil.

De início, as mulheres buscavam representatividade na política e presença nos discursos de poder, como o direito ao voto feminino que foi conquistado em 1911 em Portugal¹⁸ e mais tarde, foram conquistadas pautas como a legalização do aborto em 2007 e, dez anos depois, foi identificado uma diminuição de 10% dos procedimentos realizados no primeiro ano da aprovação.¹⁹ Mais, tarde, surgiram os movimentos de mulheres que são entendidos como um conjunto de actos colectivos de objectivo comum que reúne participantes individuais e colectivos femininos que pretendem ter voz no espaço público e na tomada de decisões na qual a base de suas acções se dá na luta por problemáticas que afectam particularmente as mulheres (Peça, 2010).

Houve ali um período em que de facto eu coloquei no site essencialmente notícias jornalísticas que achei que tinham interesse. Foram vários posts sobre o tema da violência de género e associados a estudos que surgiram nos média e em um desses posts até havia um destaque a uma declaração feita pela nossa presidente, Elisabete Brasil, e, portanto, houve de facto essa preocupação de fazer isso [Entrevista online de Almerinda Bento concedida à autora dia 10/03/2021 às 10h].

¹⁸ Matos, Rui. Esta é a história de como as mulheres conseguiram o direito ao voto em Portugal. **Vogue [online]**. Disponível em: < <https://bit.ly/2TQkqkK>>. Acesso em: 8 jun. 2021.

¹⁹ O que aconteceu em Portugal 10 anos após a legalização do aborto. **Hypnoss [online]**. Disponível em: < <https://bit.ly/2RzvuSn>>. Acesso em: 8 jun. 2021.

Mclaughlin (2004) aponta que a construção do movimento feminista transnacional tem em conta as realidades económicas e políticas e o imaginário social representado na esfera pública. “Um movimento feminista transnacional verdadeiramente inclusivo deve reconhecer os lugares de diversidade cultural e as experiências que existem dentro, ao lado, e por vezes a despeito, da categoria transnacional” (Mclaughlin, 2004, p. 118).

A Rede é uma Rede, um conjunto de coletivos independentes, e houve então essa junção de coletivos que já existiam e que aos poucos já faziam a sua luta e se juntaram para construir o 8 de Março. A primeira vez teve uma reunião juntando os coletivos de várias cidades e depois então se decidiu fazer por núcleos, cada cidade tem o seu núcleo e vai resolvendo as coisas a nível da cidade, mas nós também temos a integração nacional, o encontro nacional uma vez por mês, tanto que as nossas redes em geral são nacionais e são de núcleos [Entrevista online de Aline Nunes concedida à autora no dia 12/03/2021 às 21h].

Apesar disso, Mclaughlin (2004) reconhece a importância de as feministas não deixarem o reconhecimento das diferenças e, em consequência, a subordinação das identidades sociais são mantidas pelo controlo igual de recursos políticos e económicos. Dessa forma, Bordieu (1999) infere que a identidade social é associada a representação que o conjunto dos homens e das mulheres formam, aplicando-lhe os esquemas de percepção e de apreciação universalmente partilhados. No compartilhamento da matéria “Dos 284 casos de violência no namoro, 11,6% das vítimas correram risco de vida” do Público postada pela página *Feministas em Movimento*, na postagem 10, conforme consta em anexos, que traz a divulgação de dados do Observatório da Violência no Namoro que aponta o perfil dos agressores e das vítimas e é possível identificar o perfil dos agressores e das vítimas na qual é possível verificar a identidade social associada a representação dos homens e das mulheres.

Entretanto, segundo Saffioti (2001), isso não quer dizer que as mulheres sejam responsáveis pela ordem patriarcal de género e por seus resultados, como a violência e ressalta que ao longo da história da humanidade, desde a implementação, elas têm oferecido muita resistência ao domínio masculino. Através da postagem 38, conforme

consta em anexos, de um comunicado divulgado combate a violência machista durante a quarentena publicado pelo *Frequência Feminista* e divulga as formas das vítimas denunciarem a violência doméstica sofrida em Portugal e é possível identificar que as mulheres resistem até hoje ao domínio masculino. A postagem 36, conforme consta em anexos, é um comunicado na qual indica que “A violência no namoro também é uma violência doméstica” do Rede 8 de Março na qual divulga um estudo realizado em que revela que mais de 50% das jovens relatam já terem sido vítimas de comportamentos violentos e convocar as mulheres para a greve feminista organizada pelo movimento.

Esses grupos marginalizados usam a Internet para reduzir a desigualdade através do aumento da heterogeneidade da rede (Maciel, 2017). A utilização da internet se torna mais relevante quando esses cidadãos ocupam grupos historicamente oprimidos e cujos direitos vem sendo sistematicamente negligenciados, no caso dos grupos marginalizados, e que hoje, mediados pela conectividade, ganham maior visibilidade e fortalecimento de suas reivindicações (Sena e Tesser, 2017). É possível verificar isso na abordagem do público LGBT, conforme consta em anexos na postagem 8, no compartilhamento da matéria “Jovens LGBT+ e a pandemia de covid-19: quando a casa não é um porto de abrigo” do Público postada pela página *Feministas em Movimento*, traz o impacto na saúde mental de jovens LGBT+ como efeito do isolamento social.

A associação tem uma perspectiva bastante ampla de trabalho porque achamos que a interseccionalidade é fundamental no trabalho de uma associação feminista e, portanto, temos uma visão em termos do trabalho social e o trabalho das áreas do feminismo que não se restringe apenas ao trabalho com as mulheres, mas tem uma visão holística e interseccional porque achamos que o mundo tem que ter de facto esta abrangência em questões adiantais e nomeadamente as questões do racismo, as questões dos direitos sexuais, as questões relacionadas as diferentes idades das mulheres e as questões dos direitos LGBT [Entrevista online de Almerinda Bento concedida à autora dia 10/03/2021 às 10h].

Para Martins (2015), a presença de mulheres na Assembleia Nacional ajudará no desenvolvimento de competências em circunstâncias pouco habituais de elucidação

política e de combate pelas ideias e propostas, a formação de subjetividade política feminina em divergência com a atuação masculina, o alargamento da agenda política a algumas questões restringidas ao domínio privado, conduzindo a politização de assuntos que afectavam a vida das mulheres. Na postagem 1, na matéria “Meio milhão de euros para estudar impacto da Covid-19 na desigualdade de género” do Público divulga a abertura das candidaturas da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) para estudos sobre o impacto da pandemia de Covid-19 na desigualdade de género na qual recebeu uma iniciativa de meio milhão de euros. Na postagem 3, no compartilhamento da matéria “Confinamento durante pandemia fez aumentar em 60% casos de violência na Europa, diz OMS” do Observador que traz o alerta para o aumento de casos de violência doméstica durante o confinamento imposto pela pandemia de Covid-19 na Europa, segundo a OMS, ambas compartilhadas pelo *Feministas em Movimento*, conforme consta em anexos, é possível identificar que o movimento deu visibilidade a uma prática que valoriza o estudo de género. A análise de dados permitiu identificar que o principal formato recorrente nas postagens foram os conteúdos jornalísticos.

As nossas fontes são várias, temos a preocupação de olhar para os jornais e perceber o que dos jornais nos interessa a ver, há muitas notícias que às vezes são notícias avulsas, o que nos interessa mais são notícias que tenham de facto uma abrangência e um impacto e que tem uma visão da situação das mulheres. O que nos interessa mais são notícias que tenham de facto uma abrangência e um impacto e que tem uma visão da situação das mulheres [Entrevista online de Almerinda Bento concedida à autora dia 10/03/2021 às 10h].

Segundo Mclaughlin (2004), o feminismo atravessa o fosso entre o público e o privado que, além de politizar e promover as necessidades e interesses que emergem dentro da esfera privada, busca revelar que todas as esferas, sejam públicas ou privadas, estruturam a vida das mulheres. A postagem 26 é um comunicado que conta a história de como surgiu o *Feminismos Sobre Rodas* e traz quatro imagens para representar o trabalho do movimento, conforme consta em anexos. Patrícia Martins conta como surgiu o movimento *Feminismos Sobre Rodas*.

Numa primeira fase o que eu fiz foi contactar uma série de pessoas conhecidas do movimento feminista e perguntar se queria participar dele e então começamos a desenhá-lo, perceber onde vamos e quem é que conhecemos. Fizemos uns contactos prévios, em alguns locais eu fui até fazer reuniões com umas pessoas e perceber o que se faria mais sentido organizar nessas localidades. Depois, começamos a desenvolver os materiais de divulgação, a própria imagem do projecto, o nome e, então, começamos a desenhar o programa, os materiais, etc. [Entrevista online de Patrícia Martins concedida a autora dia 12/03/2021 as 12h].

Segundo Peça (2010), as acções individuais e contribuições intelectuais das mulheres foram fundamentais para uma sociedade mais democrática e participativa. As mulheres enquanto participantes no espaço político formal, na comunidade ou em movimentos sociais se mobilizam pela politização dos aspetos da vida cotidiana e pelo combate às injustiças baseadas nas construções estereotipadas da feminilidade e masculinidade (Peça, 2010). O caminho por este espaço na sociedade foi desmerecido e visto como desnecessário por muitos que trouxe o enfrentamento cotidiano de novas formas de preconceito e violência, no entanto, para as mulheres que sofreram barreiras e violências físico-sociais advinda da limitação de direitos, o reconhecimento desse ambiente e dos direitos tem grande relevância (Fonseca, 2018). Na postagem 9, conforme consta em anexos, no compartilhamento do *Feministas em Movimento* da divulgação de uma conversa online “Respostas à violência doméstica em tempo de isolamento” promovido pela *Associação Vidas Cruzadas*, que é o compartilhamento de uma imagem com o tema da conversa “Respostas à violência doméstica em tempos de isolamento” que menciona a palestrante Elisabete Brasil, presidente do *Feministas em Movimento*, mostra a forma que os movimentos sociais se mobilizam para politizar a violência doméstica, um aspeto cotidiano recorrente.

Para Tomazetti (2015), o ciberfeminismo é movido pela compreensão do uso das tecnologias para práticas enunciativas e está relacionado com a convergência entre mulher, mundo digital e arte. Patrícia Martins, organizadora do *Feminismos Sobre Rodas*, destaca estratégias utilizadas na campanha do dia 25 de novembro, dia da eliminação da violência contra as mulheres.

O feminismo é propriamente a forma como o nosso colectivo geral se identifica, mas a ideia é criar onda no espaço das redes sociais sobre esta questão e então, por exemplo, na questão do dia 25 de novembro que é o dia da eliminação da violência contra as mulheres, as pessoas que se envolveram no grupo de trabalho, decidimos realizar um conjunto ações online em que contactamos outras associações e fizemos também uns cartazes que colamos em zonas periféricas da cidade do Porto. [Entrevista online de Patrícia Martins concedida a autora dia 12/03/2021 as 12h].

Segundo Fonseca (2018), ele assume proposta de potencializar as ações dos movimentos de mulheres no enfrentamento do aumento da violência contra a mulher e no desenvolvimento de práticas que valorizam as questões de género. Na postagem 40, conforme consta em anexos, verifica-se o compartilhamento do evento online “Conversas Soltas: Mulheres em tempos de Quarentena” promovido pelo *Frequência Feminista* ressalta a importância das ações dos movimentos feministas no combate a violência de género. Aline Nunes, organizadora do *Rede 8 de Março*, pondera a presença dos movimentos feministas em Portugal.

Nós, movimento feminista, estamos correndo atrás do prejuízo porque ainda há muitas pessoas tradicionais no sentido de “ah as coisas se fazem na rua” e resistência a fazer eventos online, a falar com pessoas no online, e, então, acho que houve muita dificuldade em geral das pessoas compreenderem o momento e se adaptarem ao ativismo digital. Também houve, e é uma crítica que eu faço a nós também, falta de olhar no sentido de que está muito complicado as coisas, ninguém sabe o que tá acontecendo, são tempos sombrios em vários sentidos e acho que era um momento de maior união dentro do movimento feminista, de deixar de lado certas divergências e não ficar parado a discutir com questões internas, então acho que há muito o que correr atrás de tempo perdido [Entrevista online de Aline Nunes concedida à autora no dia 12/03/2021 às 21h].

A Internet torna-se um mecanismo essencial à atuação e para a discussão de questões sociais que se propagam com rapidez de forma a contribuir com a apropriação

de conteúdos e na divulgação de acontecimentos, sejam construídos dentro ou fora dos espaços virtuais (Fonseca, 2018). Para isso, os movimentos feministas optaram pelas redes sociais pois, conforme Fonseca (2018), possibilitam interacção mais rápida entre as pessoas de diferentes localidades, o que resulta em uma militância globalizada que promove acções coletivas e práticas de diversas formas de ativismos.

Nós, através das redes sociais, conseguimos falar para outros públicos que não os nossos, porque muitas vezes verificamos que as associações feministas num geral dentro do público LGBT, muitas vezes tem uma audiência um pouco maior nas redes sociais mas questionamos até que ponto isso se transcreve efectivamente numa disputa no senso comum sobre a importância do feminismo na sociedade, sobre uma mudança de mentalidades, então, a nossa questão também nas redes sociais é sobretudo perceber como se consegue furar a bolha [Entrevista online de Patrícia Martins concedida a autora dia 12/03/2021 as 12h].

Todo indivíduo que não se enquadre nos padrões hegemônicos vive em condições menos favoráveis e passa a ser alvo de preconceito e discriminação, resultando na exclusão da cidadania e falta de acesso e fruição de direitos fundamentais (Maciel, 2017). As organizações ativistas que são classificadas na categoria de conscientização e apoio têm como objectivo principal proteger e reivindicar direitos de segmentos marginalizados, como as mulheres (Rigitano, 2003). Na postagem 30, conforme consta em anexos, que é uma nota de repúdio contra todos os tipos de violência racista, exclusão social e subalternidade divulgada pelo *Rede 8 de Março*, é possível identificar que foi reivindicado os direitos de um segmento marginalizado: as mulheres negras.

Segundo Pereira (2011), essas redes se baseiam principalmente em práticas descentralizadas entre as entidades, as bases e os internautas ocasionais através da construção de um espaço cooperativo que oferece informações e diversas fontes e que enriquece as práticas colectivas. O Facebook é uma das redes sociais mais utilizadas na qual os movimentos feministas encontraram o empecilho do algoritmo sempre acabar por mostrar o que é de interesse do usuário, no entanto, a própria rede social identificou que os usuários não gostam das postagens que aparecem porque um amigo curtiu ou comentou, por isso, tornou-o menos frequente.²⁰

Nós privilegiamos essa questão de furar a bolha nessa intervenção direta com as pessoas, mas e, nas redes sociais, como é que nós conseguimos fazê-los, tendo em conta que nós não temos recursos para pagar publicações, não temos equipe profissional para fazer isso, então como nós a partir dos nossos meios conseguimos construir outros tipos de pontos e de alvos [Entrevista online de Patrícia Martins concedida a autora dia 12/03/2021 as 12h].

Segundo Castells (2001), as redes online transformam-se em comunidades especializadas que consistem em formas de sociabilidade construídas em torno de interesses específicos, como é o caso das mulheres. De acordo com Reyes (2016), os valores, papéis e estereótipos em nossas sociedades também ajudam a moldar a forma como usamos, projetamos e produzimos tecnologias.

Se alguma de nós vê alguma notícia, vamos divulgar, porque isso faz sentido divulgar, ou seja, se uma mulher é assassinada, é um caso de feminicídio que é uma pauta importante para nós porque nós somos um grupo feminista. A situação da violência contra mulheres e isso obviamente vai entrar, mas nós também entendemos, por exemplo, que a luta pelo direito da habitação também são a nossa pauta e tudo relacionado a luta antirracista e a luta antifascista [Entrevista online de Aline Nunes concedida à autora no dia 12/03/2021 às 21h].

²⁰ Alecrim, Emerson. Facebook muda algoritmo (de novo) para priorizar postagens de amigos no Feed de Notícias. **Tecnoblog [online]**. Disponível em: < <https://bit.ly/3zhEAUQ> >. Acesso em: 9 jun. 2021.

Segundo Tomazetti (2015), esses movimentos buscam o deslocamento das mulheres de objetos a sujeitos de seus próprios corpos, enquanto lugares discursivos tomados de poder através de seus enlaces como nas políticas de conformação midiáticas. Na postagem 11, foi possível identificar no compartilhamento da matéria “UE/Presidência. Impacto da Covid-19 nas mulheres domina agenda da igualdade” do Observador, publicado pela página *Feministas em Movimento*, indica que a presidente portuguesa pediu um estudo sobre o impacto da Covid-19 nas mulheres para que sirvam de base para a tomada de decisões políticas e económicas e que as mulheres estão a ocupar um lugar discursivo de poder, neste caso, a discussão da pauta por parte da presidência da União Europeia do impacto da Covid-19 nas mulheres, conforme consta em anexos.

Segundo Pereira (2011), as diferentes formas de acção desenvolvidas pelos movimentos são frutos de atividades que se adequam às necessidades de cada processo específico que as entidades da sociedade civil desenvolvem, o que implica na mudança de repertórios de acção que se modificam com o tempo em função das mudanças tecnológicas que podem ser apropriadas de formas distintas, do contexto político e também das expectativas que outros atores terão em relação às acções tomadas. Patrícia Martins, organizadora do *Feminismos Sobre Rodas*, indica que as redes sociais não são tidas como prioridade pelo movimento, no entanto, Patrícia Martins reitera que a pandemia mudou a forma de trabalho do movimento.

Nós começamos a dar mais de atenção a questão das redes sociais porque em 2019 estávamos mais preocupadas primeiro em criar uma ideia de grupo e de colectivo e, sobretudo, de participação. A verdade é que quando nós começamos a desenvolver esse projecto enquanto colectivo tinha quase sempre como preocupação a questão dessas novas pessoas que estavam a entrar e que tinha muita pouca participação e como elas poderiam ter voz dentro do grupo, porque pode ser um espaço em que podem construir as suas ideias e criarem o seu projecto em conjunto com outras pessoas, por isso, a questão das redes sociais sempre foi secundária ao grupo e ainda continua a ser [Entrevista online de Patrícia Martins concedida a autora dia 12/03/2021 as 12h].

Para Reyes (2016), o ciberfeminismo é amplo e plural e tem utilizado novas ferramentas conceituais para pensar e agir politicamente de forma diferenciada e libertadora. Aline Nunes, organizadora do *Rede 8 de Março*, destaca como se dá a produção de conteúdo sobre a causa feminista nas redes sociais.

Primeiro que tudo tem que ser rápido, curto e pequeno, então nem há tempo para você ficar discutindo que a razão de tudo é o patriarcado é mais “olha, tá aqui essa coisa, tá aqui essa informação”, então tenho certeza que chegariam pessoas que não chegariam pelo ativismo normal, até porque não procurariam esse ciclo de pessoas, esse ciclo de debates, mas se é uma imagem que é muito facilmente partilhada, pode chegar no seu perfil mesmo você não seguindo a página Rede 8 de Março ou uma página feminista mas porque alguém partilhou e chegou em você e pode ser uma coisa que te impacta [Entrevista online de Aline Nunes concedida à autora no dia 12/03/2021 às 21h].

Considerações finais

O presente estudo estabeleceu como objetivo inicial conhecer o ciberativismo desenvolvido em torno do aumento da violência doméstica em tempos de confinamento nas páginas *Feministas em Movimento*, *Feminismos Sobre Rodas*, *Rede 8 de Março* e *Frequência Feminista*. Nesse sentido, foi identificada a abordagem dos conteúdos e a forma como o ciberativismo está a ser utilizado nas páginas do Facebook de movimentos feministas de Portugal sobre violência doméstica durante a pandemia a levar em consideração a contextualização do feminismo no ambiente português. Na busca para atingir os objetivos propostos, foram abordados o desenvolvimento do feminismo em Portugal, a problemática do gênero e a violência doméstica no contexto da Covid-19 que traçaram a contextualização desse problema. Além disso, foi discutido o papel da internet como canal de comunicação, trazendo os conceitos de ciberespaço, ciberativismo e o ciberfeminismo que auxiliaram na compreensão de como os movimentos feministas trataram o acontecimento.

Com base na análise das postagens realizadas durante os dois períodos, verificaram-se no primeiro período 10 postagens do *Feministas em Movimento*, sete do *Feminismos Sobre Rodas*, cinco do *Rede 8 de Março* e seis do *Frequência Feminista* e no segundo, foram identificados 10 postagens do *Feministas em Movimento*, duas postagens do *Feminismos Sobre Rodas* e duas postagens do *Rede 8 de Março*. Além disso, as entrevistas foram concedidas pelas responsáveis pelas redes sociais do *Feministas em Movimento*, Almerinda Bento, *Feminismos Sobre Rodas*, Patrícia Martins e Aline Nunes, do *Rede 8 de Março*. A partir da coleta das postagens, foram elaboradas as questões-guias gerais e específicas, na qual, a partir da resposta dos entrevistados, a autora permitiu-se fazer mais perguntas para ampliar a abordagem do tema, conforme indica Duarte (2006).

O combate ~~à~~ violência doméstica

Na fase inicial da pré-análise, verificaram-se 28 postagens no primeiro período e 14 postagens no segundo, ao qual corresponde a metade e revela que o assunto foi novidade em uma primeira fase de confinamento. No entanto, as entrevistadas foram

unânicos em dizer que isso não refletiu directamente em uma diminuição dos casos, e revelam que, na verdade, houve uma euforia no primeiro confinamento e no segundo todas estavam com a saúde mental mais desgastada, o que culminou na diminuição das postagens. Além disso, verificou-se uma maior quantidade de mulheres que não denunciaram as violências sofridas durante o segundo confinamento, o que revela um medo de “retaliação” e que reforça o facto de já virem sofrendo essas agressões desde o início da pandemia, já no primeiro confinamento essa problemática foi amplamente abordada pelos media, como pode-se perceber pela grande quantidade de postagens identificadas neste período, mas não reflectiu em um aumento de denúncias às autoridades. O segundo confinamento revelou ~~conseguiu abordar~~ a dificuldade das mulheres em denunciar os casos às autoridades durante a pandemia e que, a partir da análise, foi possível concluir que as responsáveis pelos movimentos sociais tiveram a percepção de que as mulheres ficaram com medo de denunciar a violência doméstica tanto durante o primeiro confinamento quanto no segundo, porque acreditavam que seria desnecessário e não tinham em mente a “epidemia” de casos de violência doméstica que a pandemia causaria. O assunto foi muito mais falado durante o primeiro confinamento pelos media e porque ainda não havia sido “reconhecido” como uma consequência da pandemia, uma vez que inicialmente a media preocupou-se em informar os números de casos e mortes de Covid-19 e, ao passar do tempo, passou também a colocar questões relativas ao impacto económico e social na população. O medo de denunciar casos de violência doméstica não ocorre somente num contexto de pandemia, como pode-se observar pela história da tia Luci, relatada inicialmente neste trabalho. Muitas vezes, as vítimas se veem também em uma situação de dependência financeira dos cônjuges, como foi o caso da tia da autora, e, por isso, acabam por sofrer as agressões em silêncio.

Foi verificado também uma cooperação entre os movimentos na divulgação de campanhas promovidas por eles, como a campanha “Nem tudo tem de ficar entre quatro paredes” promovida pelo *Feminismos Sobre Rodas*. Tanto o *Rede 8 de Março* quanto o *Frequência Feminista* divulgaram o movimento, o que revela uma sororidade entre eles que não buscam a competitividade nas redes por curtidas e engajamento,

mas o apoio mútuo entre as instituições. A campanha chegou a ser divulgada pelo Público, um dos jornais de maior relevância em Portugal, e contou também com a entrevista de Patrícia Martins, o que chamou bastante atenção da autora na qual revela uma estratégia de comunicação bem planeada e ressalta a importância desse trabalho realizado pelos movimentos feministas nas redes sociais. A visibilidade dada pela campanha por parte de grande veículo de comunicação revela também a preocupação das grandes instituições no combate a violência doméstica, como também observa-se no compartilhamento de campanhas das instituições de saúde como a de “#violenciaOFF” da Direção-Geral da Saúde (DGS). Os movimentos feministas acabam por ser uma grande forma de divulgação informal dos trabalhos dessas instituições, o que permite fugir do formalismo e atingir outros públicos. A intenção dessas postagens é justamente apresentar as formas de denunciar esses casos a essas mulheres, que muitas vezes não tem acesso as informações.

A divulgação do trabalho de outras associações promove a articulação dos colectivos para o combate da violência doméstica na qual as vítimas encontram um sistema judicial lento e falível que não ajuda na denúncia às autoridades. Das 42 postagens analisadas, 22 delas tratam-se de conteúdos jornalísticos, que trazem dados estatísticos dos casos de violência na qual ressalta a credibilidade que os veículos de comunicação têm na divulgação de dados para combater as fake news. Além disso, as notícias transmitem às mulheres maior segurança para denunciarem os casos às autoridades e cooperar para a que o sistema judicial seja mais eficaz no combate a violência doméstica.

A cooperação e articulação entre os movimentos feministas

Os movimentos feministas estudados surgiram de grupo de mulheres que já tinham experiência no ativismo feminista o que revela o aumento do impacto social na difusão do discurso de género. A autora conversou com algumas organizadoras de movimentos feministas académicos em Portugal antes de definir o tema desta dissertação e constatou que existe a percepção de que o movimento é muito menos articulado que em outros países da Europa e no Brasil, visto que já houve uma série de conquistas nos direitos das mulheres. A autora conversou com a organizadora do

Coletivo Feminista de Letras da Universidade do Porto que, por ser brasileira, pode contextualizar a autora das dificuldades de trabalho dos movimentos feministas nas universidades de Portugal devido a grande resistência dos estudantes homens e da pouca adesão de mulheres. Conforme demonstrado na análise de dados, os movimentos feministas latino-americanos são articulados e possuem um grande histórico de luta pelos direitos das mulheres. O facto do jogador de futebol, Diego Maradona, com histórico de agressões pelas mulheres, ter falecido no Dia Internacional da Eliminação da Violência Doméstica foi uma coincidência, ~~mas que incomodou os movimentos feministas~~ (11), pois a mídia abordou amplamente a morte do jogador, no entanto, esqueceu-se de lembrar-se de um problema que está em crescimento em tempos de pandemia.

Ciberfeminismo: engajamento feminista nas redes sociais

Quanto ao investimento das redes sociais, observou-se que o *Rede 8 de Março* pagou publicações tanto no Facebook quanto no Instagram para alcançar o máximo possível de pessoas, enquanto que o *Feminismos Sobre Rodas* não pode fazer o mesmo por falta de condições financeiras. Dessa forma, conforme aponta Patrícia Martins, o movimento acaba por não priorizar as redes sociais e busca fazer o trabalho na rua. Contudo, observou-se uma mudança de comportamento durante a pandemia visto as medidas de confinamento, na qual destaca ter sido um período de difícil adaptação para o *Feminismos Sobre Rodas*. Com exceção da campanha “Nem tudo tem de ficar entre quatro paredes”, observou-se a baixa frequência de postagens do movimento, o que confirma a afirmação da responsável pelo movimento. Mesmo aqueles que já faziam investimento nas redes sociais e possuem páginas com grande engajamento como o *Rede 8 de Março*, observou-se a resistência de algumas ativistas do movimento na realização de eventos online por acreditarem não serem tão eficazes como os presenciais, na qual Aline Nunes ressaltou que, neste momento, estão a correr atrás do prejuízo de não ter dado atenção às redes sociais, conforme demonstrado na análise de dados. Foi possível identificar a diferença de recursos de um movimento feminista recente e pequeno para um que antigo e grande, visto que o *Rede 8 de Março* acaba por dispor de mais estrutura que movimentos feministas menores, como o *Feminismos*

Sobre Rodas, devido a grande articulação e reconhecimento e das fontes de financiamento para gerar visibilidade.

Como principal vantagem das redes sociais, as entrevistadas deram destaque para a linguagem mais fácil e acessível que permite chegar a mais pessoas. Também foi destacado a forma de chegar a pessoas fora do círculo e a importância de “furar a bolha” do algoritmo, conforme indica Patrícia Martins. O algoritmo das redes sociais é um grande empecilho para os movimentos feministas que buscam divulgar os conteúdos para conscientizar o público, mas por vezes acabam por atingir apenas pessoas que já seguem a página do Facebook, conforme demonstrado na análise de dados. Ao escolher o tema para essa dissertação, a autora reparou na grande quantidade de postagens com a temática feminista no feed de notícias do Facebook, o que comprova a dificuldade de fazer esse trabalho de furar a bolha.

No entanto, Aline Nunes, a responsável pelo *Rede 8 de Março*, indica que as redes sociais propiciaram a banalização da pauta, conforme e consta na análise de dados, como frases prontas que muitas vezes as pessoas compartilham sem saber o significado por trás. Grandes marcas lançaram coleções de camisetas com frases feministas na qual a autora acredita que deslegitima o movimento, uma vez que normalmente quem compra esse tipo de produto, muitas vezes não procura saber o significado por trás da luta feminista, por isso, foi ressaltada a importância da mensagem e da construção por parte dos movimentos do próprio discurso.

Conforme a autora identificou na análise, o *Rede 8 de Março* foi o movimento que mais compartilhou postagens com comunicados escritos pelas próprias ativistas do movimento, o que revela novamente a preocupação de construção do próprio discurso. ~~Além disso, as mulheres utilizaram as mensagens privadas como alternativa para denunciar casos de violência doméstica que vinham sofrendo o que revela que, uma vez confinadas com os próprios agressores, viam nas páginas uma forma de obter amparo e ajuda perante as agressões.~~^[12] Conforme demonstrado na análise de dados, no Brasil, uma vítima de violência doméstica partilhou um vídeo ao vivo em que denunciava as agressões do ex-marido. A intenção das postagens também foi causar alertas no público,

pois foi identificada a alta de casos de vítimas agredidas pela primeira vez durante a pandemia.

A utilização das redes sociais passou a ser tão recorrente pelos movimentos feministas que ganhou até um termo próprio: o ciberfeminismo. Dessa forma, foi dado espaço e local de fala para os segmentos marginalizados da sociedade pois houve uma mudança de repertórios de ação na disseminação da causa. A partir da análise das postagens, foi possível concluir que os movimentos buscaram politizar as necessidades desses segmentos como a representatividade cultural da pauta LGBT que também foi abordada. ~~_, porque uma vez engajadas com o feminismo, as mulheres também identificam-se com pautas minoritárias.~~ ^[13] Considera-se que as pautas que envolvem minorias como racismo, feminismo e homofobia estão amplamente ligadas, tal como têm demonstrado várias abordagens interseccionais às desigualdades sociais, e revelam ainda um grande caminho a ser percorrido em busca de igualdade e representatividade.

Quanto as categorias de análise organizadas pela autora, na violência de gênero, observou-se uma maior quantidade de notícias jornalísticas sobre o tema, assim como na violência doméstica e na violência no namoro e a violência racista foi a categoria que teve uma única postagem que foi um comunicado. A partir da análise das postagens, foi possível identificar que a maioria das matérias eram assinadas e buscaram introduzir o leitor na temática da violência como um problema de gênero, um assunto que a autora identificou ser pouco abordado na mídia portuguesa.

Pistas de investigação para o futuro

A violência doméstica durante a pandemia é um acontecimento em desdobramento e que, depois do período analisado, muitos outros elementos continuam por aparecer. Passado o segundo confinamento, com a chegada da vacina, a população portuguesa voltou a sair de casa, mas, até o momento de entrega dessa dissertação, não foram identificados aumento nas denúncias de violência doméstica como o esperado, o que, futuramente, após a vacinação em massa da população e a “volta a vida normal”, deverá render pesquisas acadêmicas nas áreas da sociologia e de

outras ciências sociais e humanas, principalmente no campo da violência de género, e na comunicação, no campo dos media e da sociedade.

Neste trabalho, as áreas da sociologia e da comunicação estiveram directamente relacionadas uma vez que a abordagem teórica e metodológica desenvolvida bebeu de referências das duas áreas do conhecimento. No domínio empírico, foi possível perceber que a partir da repercussão de casos de violência doméstica nas redes sociais, pode-se identificar a importância da comunicação na divulgação de um assunto que é consequência da violência de género, tema amplamente abordado sociologicamente. Os estudos desenvolvidos no âmbito das áreas da comunicação e da sociologia tornam-se ainda mais relevante quando os canais de comunicação fazem a divulgação o que os torna elemento essencial para a disseminação do tema.

Este trabalho não conseguiu apanhar grande número de denúncias de violência doméstica por contemplar um período ainda de confinamento das mulheres, o que já era esperado pela autora, apesar disso, a autora conseguiu responder os objetivos inicialmente propostos a respeito da abordagem da violência doméstica durante a pandemia e os períodos de confinamento, abordando igualmente as semelhanças e diferenças entre as estratégias dos movimentos feministas de Portugal. Além disso, observou-se que a violência de género e o ciberativismo possibilitaram diversos desdobramentos sobre o impacto do tema na sociedade. Diante disso, a campanha “Nem tudo tem de ficar entre quatro paredes” do *Feminismos Sobre Rodas* buscou alertar a população para o tema com a divulgação do vídeo, em que mostra uma situação de uma vítima estar a sofrer agressões e os vizinhos a escutarem recorrentemente, representando casos que acontecem no quotidiano. O engajamento é importante para uma maior disseminação do tema nas redes sociais e assim, clarificar o público sobre a problemática da violência doméstica.

Esta análise buscou contribuir para o estudo da abordagem das redes sociais sobre temas de importante divulgação para conscientização do público como a violência doméstica, o que revela a importância do estabelecimento de pontes entre a área da comunicação e da sociologia.. Por ser o movimento com maior número de postagens, o *Feministas em Movimento* teve maior destaque nessa análise e contribuiu

principalmente ao trazer a dados sobre os casos de violência doméstica em Portugal, o *Feminismos Sobre Rodas* destacou-se por conta da divulgação da campanha “Nem tudo tem de ficar entre quatro paredes”, o movimento que apresentou maior posicionamento perante ao assunto foi o *Rede 8 de Março* e, por fim, o *Frequência Feminista* foi o que desenvolveu uma comunicação mais atrativa devido aos designs chamativos desenvolvidos nas postagens. Cada movimento com a sua particularidade e característica conseguiu passar a mesma mensagem para o público: combater a violência doméstica.

Os casos de violência doméstica não surgiram com a pandemia, pois há diversas mulheres pelo mundo que sofrem diariamente agressões em silêncio há anos e não denunciam às autoridades. É um problema que assola a sociedade e está longe de ser solucionado, dessa forma, a autora acredita que este trabalho sirva para conscientizar as pessoas da epidemia de violência doméstica que está a acontecer e espera que, de alguma forma, este trabalho sirva para diminuir a desigualdade social entre homens e mulheres provocada pela cultura patriarcal.

Referências Bibliográficas

Alecrim, Emerson. Facebook muda algoritmo (de novo) para priorizar postagens de amigos no Feed de Notícias. **Tecnoblog [online]**. Disponível em: < <https://bit.ly/3zhEAUQ>>. Acesso em: 9 jun. 2021.

Amâncio, Lígia (2003). O género no discurso das ciências sociais. *Análise Social*, vol. XXXVIII (168), 2003, 687-714. Disponível em: < <https://bit.ly/37yEX1s>>. Acesso em: 2 dez. 2020.

Barroso, M.; Nico, M.; Rodrigues, E. (2011). Género e sociologia: uma análise das desigualdades e dos estudos de género em Portugal. *Revista da Associação Portuguesa de Sociologia*, n. 4, Lisboa.

Bittencourt, M. C. A. (2014). A midiatização do ativismo nas coberturas do G1 e do Mídia Ninja. *Dossiê*, n. 30, v. 11, ano 11, p. 83-105, jan./abr.

Bordieu, P. (1999). *A Dominação Masculina*. Oeiras: Celta Editora.

Castells, M. (2001). *A Galáxia Internet: Reflexões sobre Internet, Negócios e Sociedade*. 2 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Câmara, M. T. P. (2016). O ativismo inserido no ciberespaço: uma análise da página 'Feminismo sem demagogia – Original'. *International Journal of Marketing, Communication and New Media*, Porto, dez.

Canha, Carolina. Costa, Natacha Nunes. Vítima de violência doméstica faz denúncia através do Facebook. **Correio da Manhã [online]**. Disponível em: < <https://bit.ly/2SpP7gf>> . Acesso em: 9 jun. 2021.

Cardoso, G. (1998) *Para uma Sociologia do Ciberespaço: Comunidades Virtuais em Português* Celta Editora, Oeiras.

Centenera, Mar. Diego Maradona enche de contradições o feminismo argentino. **El País [online]**, Disponível em: < <https://bit.ly/39BCogI>>. Acesso em: 2 dez. 2020.

Cogo, D. Brignol, L. D. (2011). Redes sociais e os estudos de recepção na internet. *Matriz*, São Paulo, jan./jun. 2(4), p. 75-92.

Costa, J. L (2019). Memória e des-memória discursivas no movimento ciberfeminista. *Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, n. 18, jan./abr. Universidade Federal de São Carlos.

Costa pede acção e vigilância contra “pandemia” silenciosa e brutal que é a violência doméstica. **Público [online]**. Disponível em: < <https://bit.ly/3mxQinL>>. Acesso em: 2

dez. 2020.

Covid-19: confinamento durante pandemia fez aumentar casos de violência na Europa. **Público [online]**. Disponível em: <<https://bit.ly/2JC1n8z>>. Acesso: 2 dez. 2020.

Covid-19: queixas às polícias por violência doméstica diminuíram. Linhas de apoio receberam 308 pedidos. **Público [online]**. Disponível em: <<https://bit.ly/3mz4tJa>>. Acesso em: 2 dez. 2020.

Creswell, J. W (2010). Projeto de pesquisa : métodos qualitativo, quantitativo e misto - 3. ed. - Porto Alegre: Artmed.

Dias, I. (1995). Violência e género em Portugal: abordagem e intervenção. Cuestiones de género: de la igualdad y la diferencia – n. 3 (2008). p. 153-171.

Dornelas, A.; Oliveira, L.; Guerreiro, M. D. (org.) (2010) Portugal Invisível. Lisboa: Editora Mundos Sociais.

Duarte, C. (2009). *O género como espartilho: moda e feminismo (s)*. (Tese de Doutoramento). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal. Recuperado de: <https://bit.ly/3xndSZ8>

Duarte, J. Entrevista em Profundidade. In: Duarte, J.; Barros, A. (2006). Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São Paulo: Atlas. pp. 62-83.

Fonseca, I. I. A. (2018). Ciberativismo, empoderamento feminino e novas dinâmicas de enfrentamento à violência de gênero contra a mulher. Revista Eletrônica Direito e Sociedade, v. 6, n.1, Canoas. Disponível em: <<http://bit.ly/34rPJVm>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

Fonseca Jr., W. C. Análise de conteúdo. In: Duarte, J.; Barros, A. (2006). Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São Paulo: Atlas. pp. 280-304.

Freire, I. (2010). Amor e Sexo em tempos de Salazar. Lisboa: A Esfera dos Livros.

Gallego, J. Produção informativa e transmissão de estereótipos de género. In: Silveirinha, M. J. (2004). As Mulheres e os Media. Lisboa: Livros Horizonte.

Gallagher, M. O imperialismo de batom e a nova ordem mundial: as mulheres e os media no final do século XX. In: Silveirinha, M. J. (2004). As Mulheres e os Media. Lisboa: Livros Horizonte.

Henriques, Joana Gorjão. Mais de 100 mulheres mortas em seis anos pelos companheiros. **Público [online]**. Disponível em: <<https://bit.ly/2VAjP41>>. Acesso em: 2 dez. 2020.

Kemp, S (2020). Digital 2020: Portugal. **Data Reportal**. Disponível em: <<http://bit.ly/3nwlsfD>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

Machado, L. Z. (2001). Masculinidades e violências: gênero e mal-estar na sociedade contemporânea. Brasília: Série Antropologia, nº 290. Disponível em: <<https://bit.ly/34sc84L>>. Acesso em: 10 out. 2020.

Maciel, B. (2017). Redes sociais ciberativismo e grupos marginalizados: reconhecimento do campo a partir da teoria Folkcomunicação. XV Congresso IBERCOM, Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa.

Maia, C. J. (2017). Feminismo e narrativa nacional no Brasil e em Portugal. Estudos Feministas. Florianópolis, n. 25(3). set./dez.

Magalhães, M; Marôpo, L; Amaral, I (2018). Ativismo feminista no Facebook: uma análise comparada das páginas Não me Kahlo (Brasil) e Capazes (Portugal). 2018.

Martins, C. (2015). Mulheres, liderança política e media. Lisboa: Alétheia.

Matos, Rui. Esta é a história de como as mulheres conseguiram o direito ao voto em Portugal. **Vogue [online]**. Disponível em: <<https://bit.ly/2TQkqkK>>. Acesso em: 8 jun. 2021.

Mclaughlin, L. Para além das esferas separadas: o feminismo e o debate dos estudos culturais/economia política. In: Silveirinha, M. J. (2004). As Mulheres e os Media. Lisboa: Livros Horizonte.

Miranda, Giuliana. Abortos caem 4% em Portugal, mas aumentam 28% entre brasileiras. **Diário de Notícias [online]**. Disponível em: <<https://bit.ly/2I9wDeJ>>. Acesso em: 3 dez. 2020.

Monteiro, R. (2012). A descriminalização do aborto em Portugal: Estado, movimentos de mulheres e partidos políticos. *Análise Social*, 204, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Nova linha de SMS para apoiar as vítimas de violência doméstica. **República Portuguesa [online]**. Disponível em: <<https://bit.ly/3g3vUsg>>. Acesso em: 2 dez. 2020.

Oliveira, J. M. P. Prefácio. In: Cardoso, G. (1998) Para uma Sociologia do Ciberespaço: Comunidades Virtuais em Português Celta Editora, Oeiras.

O que aconteceu em Portugal 10 anos após a legalização do aborto. **Hypness [online]**. Disponível em: <<https://bit.ly/2RzvuSn>>. Acesso em: 8 jun. 2021.

Padilla, B.; Gomes, M. S. (2016). Empoderamento, Interseccionalidade e Ciberativismo: Uma Análise do “Manifesto Contra o Preconceito às Mulheres Brasileiras em Portugal”. Tomo, 28, 169-201.

Peça, M. P. M. C. (2010). Os movimentos de mulheres em Portugal. Uma análise da noticiabilidade na imprensa portuguesa. Dissertação de mestrado em Sociologia. Universidade de Coimbra, Coimbra.

Perista, H.; Carrilho, P.; Ferreira, A. (2016). Violência Doméstica Necessidades Específicas e Proteção. Relatório Nacional | Portugal. SNAP - Proteção a vítimas com necessidades específicas.

Pereira, Ana Cristina. Violência doméstica: pedidos de ajuda na segunda vaga continuam elevados, embora abaixo do desconfinamento. **Público [online]**. Disponível em: <<https://bit.ly/3g7nCPN>>. Acesso: 3 dez. 2020.

Pereira, M. (2011). Internet e mobilização política: os movimentos sociais na era digital. Atas do IV Encontro da Compólitica, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Acesso em: <<https://bit.ly/3auZmGw>>. Acesso em: 18 dez. 2020.

Renovação Estado de Emergência – 15 de janeiro. **Covid 19 Estamos ON**. Disponível em: <<http://bit.ly/36gdfFT>>. Acesso em: 26 jan. 2021.

Reyes, I. P. (2016). Género y tecnologías. Ciberfeminismos y construcción de la tecnocultura actual. Revista iberoamericana de ciencia, tecnologia y sociedade, v. 11, n. 31, Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Disponível em: <<https://bit.ly/2WulOrk>> . Acesso em: 3 mai. 2020.

Ribeiro, Naiana. Como é a segurança em Portugal? Descubra se é seguro morar no país. **Viva Mundo**. Disponível em: <<https://bit.ly/36MKx05>>. Acesso em: 4 dez. 2020.

Rigitano, M. (2003). Redes e ciberativismo: notas para uma análise do centro de mídia independente. In: FACOM-UFBA (Org.), Anais, I Seminário Interno do Grupo de Pesquisa em Cibercidades, Salvador: FACOM-UFBA. Disponível em: <<https://bit.ly/2WwYJ7j>> . Acesso em: 15 dez. 2020.

Saffioti, H. I. B. (2001). Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. Cad. Pagu, Campinas: n. 16, 2001 cadernos pagu (16), pp. 115-136. Disponível em: <<https://bit.ly/37zObdL>>. Acesso em: 12 nov. 2020.

Santos, F. (2011). O ciberativismo como ferramenta de grandes mobilizações humanas: das revoltas do Oriente Médio às ações pacíficas do Greenpeace no Brasil. Revista Anagrama: Revista Científica Interdisciplinar da Graduação. Ano 5 – Edição 1. Disponível em: <<https://bit.ly/37CXsIE>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

Sena, L. M.; Tesser, C. D. (2017). Violência obstétrica no Brasil e o ciberativismo de mulheres mães: relato de duas experiências. *Interface Comunicação Saúde Educação*, 21(60), 209-20.

Silveira, S. A. Para analisar o poder tecnológico como poder político. In: Silveira, S. A.; Braga, S.; Penteado, C. *Cultura, Política e ativismo nas redes digitais*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.

Silveirinha, M. J. (2004). *As Mulheres e os Media*. Lisboa: Livros Horizonte.

Stumpf, I. R. C. Pesquisa bibliográfica. In: Duarte, J.; Barros, A. (2006). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas, pp. 51-61.

Travancas, I. Fazendo etnografia no mundo da comunicação. In: Duarte, J.; Barros, A. (2006). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas, pp. 98-109.

Tomazetti, T. P. (2015). O feminismo na era digital e a (re)configuração de um contexto comunicativo para políticas de gênero. *Razón y Palabra*, 90, 1-17. Disponível em: <<https://bit.ly/3h7jNuM>>. Acesso em: 17 dez. 2020.

Tribuna, Mara. Violência doméstica. Pedidos de ajuda duplicaram com o desconfinamento. **Público [online]**. Disponível em: <<https://bit.ly/3qlpNUI>>. Acesso em: 2 dez. 2020.

We Are Social e Hootsuite. Digital 2020: Global Digital Overview. **Bemysself**. Disponível em: <<http://bit.ly/3myJsNJ>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

Welzer-Lang, D. (2001). A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Revista Estudos Feministas* 2001; 2:460-82. Disponível em: <<https://bit.ly/3avNmou>>. Acesso em: 30 out. 2020.

Zoonen, E. A. V. O movimento das mulheres e os media: a construção de uma identidade pública. In: Silveirinha, M. J. (2004). *As Mulheres e os Media*. Lisboa: Livros Horizonte.

Anexos

Anexo 1

Análise individual das postagens

A postagem 1 é um compartilhamento da matéria “Meio milhão de euros para estudar impacto da covid-19 na desigualdade de género” do Público postada pela página *Feministas em Movimento* no dia 15 de maio de 2020 e foi enquadrada como Violência de género.

A matéria é assinada por Ana Cristina Pereira e divulga a abertura das candidaturas da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) para estudos sobre o impacto da pandemia de covid-19 na desigualdade de género na qual recebeu uma iniciativa de meio milhão de euros. De acordo com a análise categorial de Bardin (1977), o primeiro parágrafo consiste no lead da notícia, que apresenta informações o que, quando, onde e porque da iniciativa. Já o segundo parágrafo traz falas da secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, Rosa Monteiro sobre a desigualdade entre homens e mulheres e a carência de políticas públicas na qual prossegue no terceiro parágrafo no que diz respeito à sobrecarga de tarefas domésticas desempenhadas pelas mulheres. O quarto parágrafo ainda fala sobre Rosa Monteiro na qual indica ter buscado ajuda com o ministro da Ciência, Tecnologia, e Ensino Superior, Manuel Heitor, em que foram lançados programas relacionados com a covid-19. Já o quinto parágrafo destaca um dos programas criados intitulado de “Gender Research 4 COVID 19” na qual apresenta as linhas de orientações e o sexto parágrafo apresenta novamente a fala de Rosa Monteiro sobre a importância da clareza dos questionários online aplicados. Por fim, o último parágrafo tem informações gerais sobre a submissão dos trabalhos no quesito de prazos e investimento estimado do projecto.

Segundo a análise de avaliação de Bardin (1977), o locutor utiliza as falas da entrevistada para posicionar-se perante ao assunto o que demonstra um dos artifícios utilizados pelo jornalismo para manter a imparcialidade nos conteúdos jornalísticos. Dessa forma, a partir das falas da entrevistada, é realizado um processo de criação de

sentido e transformação do processo comunicacional. Conforme a análise de enunciação de Bardin (1977), o Público utilizou trechos da entrevista para valorizar um conteúdo que tinha carga informativa sobre o processo de candidatura Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). O discurso informativo é interpelado pelos trechos da entrevistada e revela um método comumente utilizado em conteúdos jornalísticos de grandes veículos de comunicação, conforme indica a análise de expressão de Bardin (1977). Como foi apenas um compartilhamento de notícia, a página *Feministas em Movimento* não se posicionou perante a notícia e deixou esse posicionamento a cargo da própria matéria o que revela não permitiu a autora fazer uma análise de expressão sobre o movimento feminista.

“Nós todos os dias olhamos para as notícias e vamos selecionar dentre as notícias aquelas que de alguma forma temos interesse e que sejam colocadas no Facebook, portanto, as origens são muito diversas mas o critério é que sejam notícias credíveis”
[Entrevista online de Almerinda Bento concedida a autora no dia 10/04/2021 às 10h].

A postagem 3 é um compartilhamento da matéria “Confinamento durante pandemia fez aumentar em 60% casos de violência na Europa, diz OMS” do Observador postada pela página *Feministas em Movimento* no dia 7 de maio de 2020 e foi enquadrada como Violência de Género.

A matéria é assinada pela Agência Lusa e traz o alerta para o aumento de casos de violência doméstica durante o confinamento imposto pela pandemia de Covid-19 na Europa, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS). Segundo a análise categorial de Bardin (1977), o primeiro parágrafo consiste no lead da notícia, mas que traz informações do que, quando e quem em apenas uma frase, não se tratando de um lead completo. O segundo parágrafo reforça o primeiro e traz a fala do diretor para a região europeia Hans Kluge que destaca os países europeus em que mais houve casos de violência contra parceiros íntimos e crianças, mas Portugal não se encontra na lista. Já o terceiro parágrafo traz o dado que é título da matéria e se encontra destacado na grelha de análise no Apêndice 2, e o quarto parágrafo ainda apresenta trechos do diretor a destacar o papel da OMS que é obrigada a disponibilizar serviços de apoio às vítimas. Já

o quinto parágrafo aponta para a causa do aumento dos casos de violência doméstica e destaca a perda do emprego e o consumo excessivo de álcool e drogas como principais responsáveis de um problema que perdurará ainda por anos, o sexto parágrafo consiste em uma frase que remete ao papel dos vizinhos a informar que “a violência não é privada” desses casos e o sétimo parágrafo salienta a importância das denúncias por parte deles de qualquer tipo de violência. O oitavo parágrafo remete ao lado das vítimas, na qual traz destaque a fala de Hans Kluge que salienta que a violência sofrida nunca é culpa delas, o nono parágrafo destaca a adoção de estratégias de outros países como Espanha e França como a denúncia para farmacêuticos e o décimo parágrafo aponta para estratégias de outros países que utilizaram hotéis como centro de acolhimento para as vítimas. Por fim, o último parágrafo destaca novamente um trecho falado por Hans Kluge que pondera “tolerância zero” com a violência doméstica e assente em ser um problema que assola a região europeia há anos.

De acordo com análise de avaliação de Bardin (1977), o locutor traz diversos trechos do diretor da OMS ao longo da matéria, que é dividida em onze parágrafos, número relativamente alto para um conteúdo jornalístico. Essa característica permite inferir que o locutor buscou destacar a gravidade do problema através de frases de Hans Kluge, o que trouxe mais credibilidade por tratar-se de uma fonte oficial, mesmo que nessa matéria fosse uma fonte indireta.

Segundo a análise de enunciação de Bardin (1977), a partir dos onze parágrafos da matéria, foi possível criar uma linearidade dos acontecimentos com base nos dados, causas e soluções para a problemática da violência e, desta forma, foi elaborado um sentido no conteúdo. Os trechos de Hans Kluge remetem a uma construção de credibilidade dos dados. Por fim, de acordo com a análise de expressão de Bardin (1977), o discurso do autor na reportagem foi imparcial, visto que trata-se de um conteúdo jornalístico, característica recorrente neste tipo de conteúdo. Os trechos da fonte revelam uma estratégia que o autor utilizou para poder se posicionar perante o assunto.

O que nos interessa mais são notícias que tenham de facto uma abrangência e um impacto e que tem uma visão da situação das mulheres [Entrevista online de Almerinda Bento concedida à autora dia 10/03/2021 às 10h].

A postagem 4 é um compartilhamento do *Feministas em Movimento* da divulgação de uma conversa online Violência Doméstica e Violência de Género promovido pelo *Associação Profissional dos profissionais da Educação Social (Aptses)*, no dia 5 de maio de 2020 e foi enquadrada como Violência Doméstica e Violência de Género.

A postagem é um compartilhamento de uma imagem com o tema da conversa “Violência Doméstica e de Género” que menciona a participante Anabela Figueiredo, técnica superior de educação social na comissão para a cidadania e igualdade de género do Núcleo Violência Doméstica e Violência de Género. A imagem também traz informações sobre data, horário e o link para mais informações e inscrição. De acordo com a análise categorial de Bardin (1977), a frase da postagem feita pelo movimento feminista “Divulgamos” tem carácter informativo. Junto da imagem, há um texto escrito pela Aptses que busca apresentar o que e quem irá conduzir a conversa, funcionando como uma espécie de lead.

Segundo a análise de avaliação de Bardin (1977), o comportamento do locutor é pontual e informativo, visto que permite inferir que mesmo não tendo participação direta no evento, o *Feministas em Movimento* fez questão de divulgar um evento que acredita ser importante para o combate a violência. A fonte de emissão, neste caso, o Aptses utilizou a imagem de uma mulher com mão em frente ao rosto nas cores preto e branco que remete a uma vítima de violência a pedir para parar com as agressões e, a seguir, um texto escrito nas cores laranja e branco que busca transmitir tranquilidade a situação de tensão. Dessa forma, é possível inferir que a fonte de emissão buscou sensibilizar o público com um problema grave mas que há forma de solução.

De acordo com a análise de enunciação de Bardin (1977), foi elaborado um sentido entre a divulgação da frase e da imagem visto que, dessa forma, são

complementados, apesar de terem sentido contrários. O contraste de sentidos torna a postagem mais atrativa ao público, que não se torna apenas informativo com mais uma divulgação de evento. Nesse sentido, a análise de expressão de Bardin (1977) revela que o discurso do locutor condiz com o seu meio no que diz respeito a divulgação de eventos de outras associações.

Nós estamos no mundo, portanto, nós não somos uma ilha e temos a preocupação também de ir dando notícias sobre o que se passa no mundo [Entrevista online de Almerinda Bento concedida à autora dia 10/03/2021 às 10h].

A postagem 8 é um compartilhamento da matéria “Jovens LGBTQ+ e a pandemia de covid-19: quando a casa não é um porto de abrigo” do Público postada pela página *Feministas em Movimento* no dia 27 de abril de 2020 e foi enquadrada como Violência de Género.

A matéria é assinada por Jorge Gato, doutor em Psicologia pela Universidade do Porto, e traz o impacto na saúde mental de jovens LGBTQ+ como efeito do isolamento social. Segundo análise categorial de Bardin (1977), o primeiro parágrafo diz sobre as medidas de isolamento social adotadas e os impactos no bem-estar psicológico e utilizou como fonte a revista científica *The Lancet*. O segundo parágrafo refere o público mais vulnerável perante as situações de isolamento social como pessoas com menos recursos económicos, as mulheres ou as pessoas LGBTQ+ e destaca o último com maior vulnerabilidade colocar em risco a vida e, em seguida, o terceiro parágrafo ressalva o problema do estigma social e o cruzamento, em uma mesma pessoa, de múltiplas discriminações pode agravar riscos. Já no quarto parágrafo ressalta o papel da família e amigos perante pessoas LGBTQs, podendo ser fonte de apoio ou reprodução de preconceito social existente e divulga um estudo realizado em Portugal com 700 jovens LGBTQ+ que identificaram como principal fonte de apoio os amigos e a família, em alguns casos, foi vista como protectora, no entanto, em outros foi identificado como fonte adicional de discriminação e divulga uma investigação que pretende ouvir experiências de jovens LGBTQ+ que vivem na casa dos pais. Por fim, o quinto e último capítulo indica

que para se ter um verdadeiro combate aos efeitos da pandemia, é necessário ter consideração a necessidade de todas as pessoas, incluindo jovens LGBT+.

De acordo com a análise de avaliação de Bardin (1977), visto que o movimento feminista não se posicionou perante o caso, o comportamento do locutor foi parcial e opinativo perante aos objetos falados. Percebe-se uma proximidade do autor com o tema, o que é inferido no penúltimo parágrafo, quando cita o projeto de investigação que está a desenvolver sobre os jovens LGBT+ em ambiente familiar. Segundo a análise de enunciação de Bardin (1977), a matéria introduz o assunto para depois desenvolvê-lo a partir dos dados do estudo citado e, dessa forma, é elaborado um sentido entre a problemática do público LGBT+ em situação de isolamento social quando reforçada pelos dados obtidos apresentados.

Ao utilizar a análise de expressão de Bardin (1977), verificou-se que discurso opinativo está directamente relacionado com o facto do locutor ser um investigador na área da Psicologia e o conteúdo jornalístico ser uma coluna, característica comum deste tipo de texto em jornais.

Tenho de facto uma visão de escolher aquilo que eu acho que é relevante para dar uma ideia global daquilo que se passa e daí estar a escolher por exemplo as tais notícias jornalísticas em que aparece um estudo ou que aparece uma conferência sobre um determinado tema porque acho que isso é mais relevante para a formação e a visão de quem lê o Facebook sobre o fenómeno da violência de género [Entrevista online de Almerinda Bento concedida à autora dia 10/03/2021 às 10h].

A postagem 11 é um compartilhamento da matéria “UE/Presidência. Impacto da Covid-19 nas mulheres domina agenda da igualdade” do Observador publicado pela página *Feministas em Movimento* no dia 26 de janeiro de 2021 e foi enquadrada como Violência de Género.

A matéria é assinada pela Agência Lusa indica que a presidente portuguesa pediu um estudo sobre o impacto da Covid-19 nas mulheres para que sirvam de base para a tomada de decisões políticas e económicas. Segundo a análise categorial de Bardin (1977), o primeiro parágrafo destaca é a mesma frase da linha de apoio e, em seguida,

o segundo parágrafo traz um trecho da declaração da presidente da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), que não cita o nome, ao dizer que já estão a ver muitas diferenças no impacto entre homens e mulheres. O terceiro parágrafo aponta para quais esferas o impacto é visível, destacando o desemprego, a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional e no teletrabalho, conforme indica Sandra Ribeiro, que entende-se ser a presidente portuguesa. Já o quarto parágrafo destaca a reunião Grupo de Alto Nível para o Mainstreaming de Género de apoio à Comissão Europeia em que Portugal falará sobre a prioridade perante a questão de igualdade entre homens e mulheres, a seguir, o quinto parágrafo destaca-as sendo a primeira um debate sobre os impactos socioeconómicos da covid-19 numa perspetiva de género. Em seguida, no sexto parágrafo, destaca o pedido de Portugal para o Instituto Europeu para a Igualdade de Género para elaboração de uma nota de pesquisa sobre o impacto da pandemia na igualdade e o sétimo parágrafo informa que o relatório será apresentado na reunião e será responsável por incorporar as conclusões que a presidência remeterá ao Conselho Europeu. Já o oitavo parágrafo indica que o teletrabalho também será alvo do relatório do ponto de vista da igualdade de género e o nono parágrafo utiliza um trecho de Sandra Ribeiro para alertar a vulnerabilidade das mulheres ao trabalharem de casa. O décimo parágrafo indica que a violência doméstica terá um capítulo específico sobre o impacto da covid-19 nas mulheres e, em seguida, o décimo primeiro parágrafo explica, através de um trecho de Sandra Ribeiro, que indica a fase de risco enorme de retrocessos na igualdade de género e revela a realização de um estudo em tempo real sobre o impacto da covid. Já o décimo segundo parágrafo destaca que a outra prioridade da agenda é assinalar os dez anos da Convenção de Istambul, um documento do Conselho da Europa para a prevenção e o combate a violência contra as mulheres e à violência doméstica. O décimo terceiro parágrafo aponta a data da conferência que participará a presidência portuguesa para que os princípios da Convenção possam ser respeitados e o décimo quarto parágrafo destaca outros temas a serem debatidos, como o do equilíbrio de género nos conselhos de administração das empresas através da imposição de quotas e o da transparência salarial. Em seguida, o décimo quinto parágrafo destaca, a partir de trechos de Rosa Ribeiro, que o primeiro não tem tido evoluções nas últimas presidências

por oposição de vários Estados-membros e o décimo sexto parágrafo apresenta uma afirmação da ministra da Presidência, Mariana Vieira da Silva, que Portugal pretende adotar medidas para transparência salarial e, por fim, o décimo sétimo parágrafo é um trecho de Sandra Ribeiro que afirma serem dossiês complicados, mas que será feita tentativa para trazer de novo à discussão.

De acordo com a análise de avaliação de Bardin (1977), apesar de tratar-se de uma matéria longa, o comportamento do locutor perante os objectos falados foi imparcial, no entanto, foram utilizados trechos de fontes oficiais para posicionar-se sobre o assunto, característica comum encontrada em conteúdos jornalísticos deste género. É possível inferir que a fonte de emissão utilizou demasiados trechos para elencar a importância do debate da violência de género.

Segundo a análise de enunciação de Bardin (1977), a matéria introduziu o assunto esclarecendo o leitor sobre a problemática do impacto da pandemia na igualdade de género e, ao longo do texto, trouxe trechos das fontes o que transmitiu credibilidade à matéria e, dessa forma, foi elaborado um sentido na discussão dos impactos da covid-19 na Comissão Europeia. De acordo com a análise de expressão de Bardin (1977), o discurso do locutor é imparcial, o que corresponde com a característica de seu meio, pois trata-se de um formato comum em conteúdos jornalísticos veiculados em veículos de comunicação. Apesar do grande número de parágrafos não ser comum neste tipo de conteúdo, o locutor deixou a leitura dinâmica para o leitor, o que torna a matéria mais atrativa.

A postagem 31 é a divulgação de um evento online “Coimbra | Reunião aberta – COVID 19 e as mulheres” promovida pelo *Rede 8 de Março* no dia 1 de maio de 2020 e foi enquadrada como Violência de Género.

A postagem é um compartilhamento de um evento criado no Facebook com o tema “Covid 19 e as mulheres” acompanhada de um texto com informações de data, hora e local, neste caso, o link da reunião a ser realizada na plataforma Zoom. De acordo com a análise categorial de Bardin (1977), o texto da postagem feita pelo movimento feminista tem carácter informativo complementar pois, apesar das informações já

estarem no evento, o movimento feminista fez uso de um lead que menciona, o que, quando e quem, o que torna a postagem mais atrativa para o público. No evento, há um pequeno texto reflexivo e apelativo onde indica que o vírus não afecta todos igualmente, atingindo mais a população vulnerável como os pobres, emigrantes e mulheres.

Segundo a análise de avaliação de Bardin (1977), o comportamento do locutor é opinativo e informativo, visto que está a divulgar um evento realizado pelo próprio momento. A fonte de emissão, neste caso, o *Rede 8 de Março* fez uma introdução e abaixo colocou o evento com um vídeo em preto e branco que mostra desenhos de uma diversidade de mulheres com diferentes características, todas de máscara, que aparecem uma a uma e, ao final, a frase escrita a mão “Mulheres na luta contra o Covid 19 e contra a sua opressão” com um desenho do coronavírus. Dessa forma, é possível inferir que a fonte de emissão buscou a atenção do público com figuras desenhadas à mão em preto e branco, o que refere uso da criatividade sem perder a credibilidade para a discussão de um assunto sério.

De acordo com a análise de enunciação de Bardin (1977), foi elaborado um sentido entre a divulgação do texto e da vídeo, de forma que o vídeo complementa o texto sendo o primeiro de carácter apelativo e o segundo informativo. Dessa forma, o leitor não precisa necessariamente aceder ao evento para ter acesso ao link do evento. Nesse sentido, a análise de expressão de Bardin (1977) revela que o discurso do locutor condiz com o seu meio ao utilizar a criatividade no vídeo para militar por uma causa séria: o feminismo.

A postagem 32 é um comunicado sobre mulheres trabalhadoras em quarentena promovido pelo *Rede 8 de Março* no dia 29 de abril de 2020 e foi enquadrado como Violência de Género.

A postagem é um comunicado publicado a pedir que as mulheres partilhem em vídeo, fotografia ou testemunho escrito a experiência no período do confinamento a fim de marcar o dia 1 de maio, Dia Mundial do trabalho. Segundo a análise categorial de Bardin (1977), o primeiro parágrafo faz um pedido para que as mulheres partilhem as mídias para a campanha #trabalhadorasemquarentena a fim de destacar que os

problemas que as mulheres enfrentam são efeitos da opressão que estão sujeitas. Já o segundo parágrafo destaca que elas são as que mais acumulam tarefas domésticas e são sobrecarregadas pelo teletrabalho e teleescola e o terceiro parágrafo destaca aquelas que não conseguem deixar de trabalhar fora de casa bem como o risco diário de exposição ao vírus e o risco de demissão aliada a falta de apoio do governo. Em seguida, o quarto parágrafo destaca o aumento da violência física e psicológica como principal forma de impacto da saúde mental. O quinto parágrafo destaca a forma que as restrições e sobrecarga do Serviço Nacional de Saúde (SNS) e o cancelamento e adiamento de consultas e tratamentos afectam as mulheres. Por fim, o último parágrafo destaca a economia e o lucro acima das vidas e do bem estar como principal debate da luta feminista.

Segundo a análise de avaliação de Bardin (1977), o locutor expressa-se de forma opinativa perante aos objectos falados uma vez que ele mesmo é a fonte da emissão. Por tratar-se de um movimento feminista mundial, é visível ver que o *Rede 8 de Março* tem maior credibilidade nos posicionamentos, por isso, o texto possui uma forte característica opinativa. A seguir há uma fotografia de uma menina com alti-falante em mãos ao que parece gritar palavras de ordens e atrás uma multidão o que reforça o posicionamento do movimento feminista.

De acordo com a análise de enunciação de Bardin (1977), foi elaborado um sentido complementar entre o texto e a imagem de forma que o segundo complementa o primeiro. Dessa forma, a comunicação dá-se como processo primeiro pelo texto e depois pela imagem, que transmite autoridade no local e fala. Segundo a análise de expressão de Bardin (1977), o discurso opinativo e militante revela justamente o papel e importância do movimento feminista mundial *Rede 8 de Março* no combate a violência, uma forte característica do ciberativismo.

A postagem 35 é um comunicado sobre o combate de violência contra as mulheres divulgado pelo *Rede 8 de Março* no dia 21 de janeiro de 2021 e foi enquadrado como Violência de Género.

A postagem é um comunicado sobre a violência contra a mulher a partir de um caso de feminicídio de uma mulher assassinada no dia 18 de janeiro de 2021 morta pelo ex-companheiro. Segundo a análise categorial de Bardin (1977), o primeiro parágrafo traz o caso da mulher, destacando para o crime em que foi esfaqueada até a morte pelo ex-companheiro na presença do filho do casal. Em seguida, o segundo parágrafo traz um dado sobre os feminicídios em Portugal em que na maioria dos casos já existia violência prévia e o terceiro parágrafo indica a causa da problemática relatando a crise econômica e o confinamento como principais dificuldades de sair da situação. Já o quarto parágrafo faz uma dura crítica ao sistema capitalista e a instituições como a polícia e a justiça e o quinto parágrafo aponta para uma reivindicação para punição de responsáveis por maus-tratos físicos e psicológicos, assassinatos e desaparecimento de mulheres. Em seguida, o quinto parágrafo aponta para a importância da mulher ser economicamente independente e apresenta novas reivindicações. O sexto parágrafo consiste em três frases espaçadas que indicam palavras de ordem para o combate a violência contra a mulher, aponta para a importância da articulação do movimento feminista e chama o leitor para integrar a Greve Feminista do 8 de Março.

De acordo com a análise de avaliação de Bardin (1977), o locutor expressa-se de forma opinativa e convicta sobre os objectos falados, visto que, neste caso, é a própria fonte de emissão. A credibilidade do movimento novamente é notável a partir de trechos da postagem, fazendo duras críticas até mesmo a instituições oficiais como a justiça e a polícia. A seguir do texto, há uma fotografia de uma manifestação do movimento feminista e com os dizeres “Basta de violência contra as mulheres! Nem uma a menos!” nas cores branca e roxa, que fazem alusão ao feminismo, e, abaixo da fotografia, há um texto a chamar militantes para o movimento.

Segundo a análise de enunciação de Bardin (1977), novamente foi elaborado um sentido complementar entre o texto e imagem, uma das principais características das postagens do *Rede 8 de Março*. Dessa forma, o texto fortemente opinativo seguido da imagem com design apelativo desperta o leitor para a abordagem de um tema sério. Ao analisar a postagem, inicialmente é destacada a imagem com as palavras de ordem que chamam o público para a leitura do texto. Segundo a análise de expressão de Bardin

(1977), o discurso opinativo e militante do movimento junto de sua credibilidade revelam as principais reivindicações do movimento em relação a luta contra o machismo, o fascismo e o racismo, discurso fortemente utilizado no seu meio.

A postagem 38 é um comunicado sobre combate a violência machista durante a quarentena publicado pelo *Frequência Feminista* no dia 29 de abril de 2020 foi enquadrada como Violência de Gênero.

A postagem divulga as formas das vítimas denunciarem a violência doméstica sofrida em Portugal. Segundo a análise categorial de Bardin (1977), o primeiro parágrafo divulga o serviço de mensagens curtas para denunciar e a linha telefônica e o segundo parágrafo fala sobre a agressão, os modos como ela pode se estabelecer, os tipos de violência e em que circunstância da relação do casal podem ocorrer. Apesar da postagem tratar de violência doméstica, foi enquadrada pela autora como violência de gênero por abordar as consequências das práticas violentas na vida das mulheres.

De acordo com a análise de avaliação de Bardin (1977), o locutor expressa-se de forma informativa e opinativa sobre os objectos falados, visto que, neste caso, é a própria fonte de emissão. A seguir do texto, há uma imagem com uma ilustração de uma mulher com as mãos ao rosto suja de sangue com fundo lilás, representando uma vítima de violência, e os dizeres “A violência machista não está em quarentena”. As cores da ilustração utilizadas remetem ao feminino de forma a transparecer feminilidade e seriedade.

Segundo a análise de enunciação de Bardin (1977), foi elaborado um sentido complementar entre o texto e a ilustração. Esta última remete a principal característica do *Frequência Feminista*: o texto opinativo e o design apelativo chamam a atenção do público para a abordagem de um tema sério. Segundo a análise de expressão de Bardin (1977), o discurso opinativo do movimento busca conscientizar o leitor para ele analisar a imagem de forma crítica e, dessa forma, consegue impactá-lo. A estratégia de investir na ilustração é a principal característica da página que utiliza a arte para impactar o público e torna-se um discurso fortemente utilizado no seu meio.

A postagem 40 é a divulgação de um evento online “Conversas Soltas: Mulheres em tempos de Quarentena” promovido pelo *Frequência Feminista* no dia 20 de abril de 2020 e foi enquadrada como Violência de Género.

A postagem é um compartilhamento de um evento criado no Facebook com o tema “Conversas Soltas: Mulheres em tempos de Quarentena” acompanhada de um texto com informações sobre a inscrição no evento nas páginas União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR) e Centro de Cultura e Intervenção Feminista (CCIF/UMAR). Segundo a análise categorial de Bardin (1977), o texto da postagem feito pelo movimento feminista tem carácter informativo sobre como se inscrever no evento. Já no próprio evento, há um texto a indicar data, hora, local para o debate sobre assuntos que afectam a vida das mulheres na actualidade, como se inscrever no evento e onde aconteceria.

De acordo com a análise de avaliação de Bardin (1977), o comportamento do locutor é pontual e informativo, visto que está a divulgar um evento organizado por outra associação. A fonte de emissão, neste caso o próprio movimento, colocou uma imagem no evento em que apresenta o nome, data e hora e local em cima escritos com o desenho de uma mulher de máscara ao fundo, outras pessoas atrás e um homem gritando com ela ao que remete a uma mulher sofrendo violência psicológica. Dessa forma, é possível inferir que a fonte de emissão buscou atenção do público através de um design chamativo para a discussão de um assunto sério.

De acordo com a análise de enunciação de Bardin (1977), foi elaborado um sentido entre a divulgação da imagem e do texto, visto que a primeira tem informação de se tratar de uma sessão online e a segunda de como realizar a inscrição. Nesse sentido, a análise de expressão de Bardin (1977) revela que o discurso do locutor condiz com o seu meio ao utilizar o design chamativo a exemplificar um episódio de violência.

A postagem 2 é um compartilhamento do *Feministas em Movimento* da divulgação de uma conversa online sobre o impacto da Covid-19 na Violência Doméstica promovido pelo *Mulheres Socialistas* no dia 10 de maio de 2020 e foi enquadrada como Violência Doméstica.

A postagem é o compartilhamento de uma imagem com o tema da conversa “Impacto da COVID-19 na Violência Doméstica” que menciona os participantes, entre eles, Elza Pais, presidente das Mulheres Socialistas, Jorge Lacão, deputado, Elisabete Brasil, presidente do *Feministas em Movimento* e Manuel Lisboa, diretor do Observatório Nacional de Violência e Género. A imagem também traz informações sobre a data, horário e o link onde será transmitido o evento. De acordo com a análise categorial de Bardin (1977), a frase da postagem escrita pelo *Feministas em Movimento* é meramente informativa onde apresenta a data, horário, o tema da conversa e atenta pelo fato de contar com a participante do movimento e é completada pela imagem a seguir que indica o nome.

Segundo a análise de avaliação de Bardin (1977), o comportamento do locutor é pontual e informativo, na qual busca apenas dar informação sobre o evento. A fonte de emissão, neste caso, o *Mulheres Socialistas* utilizou cores e texto no design que remetem a uma linguagem clara e objectiva. Dessa forma, é possível inferir que a fonte de emissão organizada e articulada na divulgação de eventos. De acordo com a análise de enunciação de Bardin (1977), foi elaborado um sentido entre a divulgação da frase e da imagem visto que, dessa forma, são complementados o que traz clareza e objectividade na linguagem. Nesse sentido, a análise de expressão de Bardin (1977) revela que o discurso do locutor condiz exatamente com o seu meio, que revela uma linguagem pontual e informativa sobre o assunto, assim como infere-se sobre as características do *Feministas em Movimento* e do *Mulheres Socialistas*.

Nós temos aquela visão de olhar e publicitar também ações ou tomadas de posição de outras associações feministas, de outras associações de mulheres e até outras associações que de alguma forma tem uma visão e uma perspectiva que não está longe da realidade da sociedade que as mulheres tem em particular [Entrevista online de Almerinda Bento concedida à autora dia 10/03/2021 às 10h].

A postagem 5 é a divulgação de um evento online “Nem mais uma: Travar a violência doméstica” promovida pelo *Feministas em Movimento* no dia 4 de maio de 2020 e foi enquadrada como Violência Doméstica.

A postagem é um compartilhamento de um evento criado no Facebook com o tema “Nem mais uma: Travar a violência doméstica” acompanhada de um texto que menciona as participantes Sandra Cunha, deputada do Bloco de Esquerda, Elisabete Brasil, presidente do Feministas em Movimento e Cecília Honório, gabinete da vereação do Bloco na Câmara Municipal de Lisboa, a data e horário do evento. De acordo com a análise categorial de Bardin (1977), o texto da postagem feita pelo movimento feminista tem caráter informativo complementar, pois apesar das informações já estarem no evento, o movimento feminista fez uso de um lead que menciona, o que, quando e quem, o que torna a postagem mais atrativa para o público.

Segundo a análise de avaliação de Bardin (1977), o comportamento do locutor é pontual e informativo, visto que está a divulgar um evento que conta com a participação da presidente do movimento. A fonte de emissão, neste caso o próprio movimento, fez uma introdução e abaixo colocou o evento com uma imagem com as cores roxa e rosa que remetem ao feminismo que apresenta o nome, data, horário e nome das participantes o que torna a postagem mais atrativa para o leitor. Dessa forma, é possível inferir que a fonte de emissão buscou a atenção do público através de um design chamativo, sem perder a credibilidade, para a discussão de um assunto sério.

De acordo com a análise de enunciação de Bardin (1977), foi elaborado um sentido entre a divulgação da frase e da imagem de forma complementar, apesar de ambos terem a mesma informação. Dessa forma, o leitor não precisa necessariamente aceder ao evento e as informações gerais. Nesse sentido, a análise de expressão de Bardin (1977) revela que o discurso do locutor condiz com o seu meio ao utilizar o design com cores que remetem a causa que estão a lutar: o feminismo.

A postagem 6 é um compartilhamento do *Feministas em Movimento* da divulgação de uma campanha “#violenciaOFF” da Direção-Geral da Saúde (DGS) promovida pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, no dia 3 de maio de 2020 e foi enquadrada como Violência Doméstica.

A postagem é um compartilhamento de seis imagens da campanha da DGS “#violenciaOFF” para o combate da violência doméstica acompanhada de um texto que

divulga as linhas de apoio para denúncias de violência. De acordo com a análise categorial de Bardin (1977), o texto da postagem tem caráter informativo e resume o conteúdo das imagens divulgado através de um lead com o que, quem e como denunciar as práticas de violência. A imagem 1 coloca em causa a questão da vulnerabilidade das vítimas perante o isolamento social com a imagem de um coração partido seguido da imagem 2 que atenta para os sinais de violência em vizinhos principalmente em crianças, mulheres e pessoas idosas representados por figuras e, após isso, a imagem 3 destaca a violência contra mulheres e raparigas com as figuras de uma avó, mãe e filha abraçadas. Já a imagem 4 traz um dado referente a mulheres vítimas de violência com a figura de uma menina com as mãos no rosto seguida da imagem 5 que destaca a violência doméstica também como um problema de saúde e destaca que as vítimas podem buscar apoio nos Centros de Saúde e hospitais com a figura de uma mão com um coração e, por fim, a imagem 6 destaca a gravidade de situações de conflito familiar e violência que o isolamento pode levar e traz quatro figuras uma de um homem gritando com uma mulher, a segunda de um homem gritando com outro, a terceira de uma mulher gritando com uma criança e quarta de uma mulher gritando com uma idosa.

Segundo a análise de avaliação de Bardin (1977), o comportamento do locutor é pontual e informativo através da frase “Divulgamos Campanha da DGS” e junto ao texto, existem as seis imagens acompanhado do texto com espécie de lead escrito pela entidade. A fonte de emissão, nesse caso, a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género utilizou a série de imagens descritas acima com mesmo design nas cores azul, vermelho e branco que transmitem acolhimento e seguido do texto com “!” que atenta para ser um alerta referente a campanha. Dessa forma, é possível inferir que a fonte de emissão buscou, inicialmente, sensibilizar o público através das figuras mas também alertar com o texto informativo sobre as formas de denunciar.

De acordo com a análise de enunciação de Bardin (1977), foi elaborado um sentido entre a divulgação das imagens e do texto de forma complementar, apesar de ambos apresentarem informações similares. Com o texto, o leitor não precisa necessariamente aceder as imagens para saber como denunciar casos de violência.

Nesse sentido, a análise de expressão de Bardin (1977) revela que o discurso do locutor condiz quando fala-se da divulgação de conteúdos de outras organizações.

A postagem 7 é um compartilhamento da matéria “Covid-19: 302 vítimas de violência doméstica já pediram ajuda a partir de casa da TVI postada pela página *Feministas em Movimento* no dia 28 de abril de 2020 e foi enquadrada como Violência Doméstica.

A matéria é assinada por Emanuel Monteiro e traz a divulgação de dados das denúncias de violência doméstica sofridas durante o primeiro confinamento e destaca a diminuição do número de homicídios no primeiro trimestre em relação a 2019 mas indica que não significa que os casos de violência tenham diminuído. Segundo a análise categorial de Bardin (1977), o primeiro parágrafo traz o número de denúncias que a Comissão para a Igualdade de Género (CIG) recebeu pelo número de SMS. Em seguida, há um olho com o trecho da fala de Rosa Monteiro, secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade e a perscrutadora da Linha SMS, sobre a importância do meio de denúncias e o tipo de apoio que as vítimas mais procuram. O segundo parágrafo aponta para uma citação indireta da mesma fonte na qual afirma que há muitos pedidos de informação, mas destaca os casos em que é necessário intervenção de meios de emergência e forças de segurança. Em seguida, o terceiro parágrafo destaca o número de denúncias recebidas por correio eletrônico e linha telefônica e o total de denúncias recebidas desde o início do primeiro confinamento pelos serviços de apoio criados pelo Governo. Depois, há novamente um olho com trecho da mesma fonte sobre a dificuldade das mulheres de saírem das situações de violência, visto que estão confinadas vivendo com seus agressores. Um subtítulo divide o olho do quarto parágrafo com a informação apresentada na linha de apoio, sobre a diminuição do número de homicídios e, então, o quarto parágrafo destaca a quantidade de casos de homicídios no contexto de violência doméstica de 2020 e 2019. A seguir, há um olho com o trecho da mesma fonte que indica a expectativa para o aumento do número de denúncias quando forem implementadas medidas de desconfinamento e, por fim, o último parágrafo destaca as estruturas criadas para o acolhimento das vítimas de violência doméstica.

De acordo com a análise de avaliação e de expressão de Bardin (1977), o locutor apresenta-se imparcial perante os objectos falados, característica comum em grandes veículos de comunicação como a TVI. É possível perceber que o locutor utilizou os trechos da fala da fonte de emissão para mostrar a relevância dos dados apresentados, o que apresenta uma forma de dar informação sem demonstrar indiferença perante ao assunto ou perder a credibilidade.

Hoje em dia as fake news são o pão nosso de cada dia e portanto é preciso ter muita atenção relativamente aos critérios, de forma que a página do Facebook não seja um instrumento de transmissão de notícias falsas, mas sim de garantia que as notícias que postamos são verdadeiras [Entrevista online de Almerinda Bento concedida à autora dia 10/03/2021 às 10h].

A matéria tem uma foto de uma mulher com os olhos vendados com um cartaz na mão escrito “crime passionnal” riscado, dessa forma, a imagem chama a atenção do público para a leitura do texto e, dessa forma, é elaborado um sentido em que são operadas transformações, como indica Bardin (1977) na análise de enunciação.

A postagem 9 é um compartilhamento do *Feministas em Movimento* da divulgação de uma conversa online “Respostas à violência doméstica em tempo de isolamento” promovido pela *Associação Vidas Cruzadas*, foi divulgado no dia 20 de abril de 2020 e foi enquadrado como Violência Doméstica.

A postagem é o compartilhamento de uma imagem com o tema da conversa “Respostas à violência doméstica em tempos de isolamento” que menciona a palestrante Elisabete Brasil, presidente do *Feministas em Movimento*. A imagem também traz a informação sobre data, horário e local onde irá ocorrer o evento com fundo azul e o desenho do coronavírus com máscara com os dizeres “Stay Home” (fique em casa em português) e, ao lado, nas cores branca há as frases “Fica em casa. Fica bem” acompanhado de uma fotografia da palestrante e, abaixo, a informação de que a conversa será transmitida no Grupo do Facebook da Associação Vidas Cruzadas “Fórum da promoção do bem-estar infantil e familiar”. De acordo com a análise categorial de Bardin (1977), a frase da postagem é informativa e funciona como um lead na qual

apresenta o que, quem, quando e onde, entre eles, neste último há o link a direcionar directamente para o grupo do Facebook onde o evento será transmitido. Abaixo, há a postagem da *Associação Vidas Cruzadas* que traz a imagem de divulgação do evento e, abaixo, um texto a indicar que a presidente do *Feministas em Movimento* foi uma das mulheres que mais tem lutado pelo país contra a violência doméstica e, abaixo, há novamente o link que direciona para o grupo do Facebook.

Segundo a análise de avaliação de Bardin (1977), o comportamento do locutor é pontual e informativo, de forma que o *Feministas em Movimento* apenas procurou divulgar o evento promovido por outra entidade, visto que, neste caso, a fonte de emissão é a *Associação Vidas Cruzadas*. A entidade utilizou cores e texto no design que remetem a uma linguagem clara e objectiva e, dessa forma, é possível inferir que se trata de uma associação organizada e articulada na divulgação de eventos. Segundo a análise de enunciação de Bardin (1977), há a elaboração em sentido complementar na divulgação da frase e da imagem, o que indica clareza e objectividade na mensagem. Dessa forma, a análise de expressão de Bardin (1977) revela que o discurso do locutor condiz com o meio ao revelar-se informativo sobre o assunto e, assim, é possível inferir que consistem em características do *Feministas em Movimento* e *Associação Vidas Cruzadas*.

A postagem 13 é o compartilhamento da matéria “Violência doméstica. Estudo conclui que um terço dos inquiridos foi vítima pela primeira vez na pandemia” do SIC notícias publicado pelo *Feministas em Movimento* no dia 28 de janeiro de 2021 e foi enquadrado como Violência Doméstica.

A matéria é assinada pela Agência Lusa e divulga os dados de um estudo realizado com vítimas de violência doméstica e destaca as mulheres como principais vítimas. Segundo a análise categorial de Bardin (1977), é possível verificar que há duas linhas de apoio, uma que indica as mulheres como principais vítimas e a segunda aponta que 15% delas reportaram a ocorrência do crime em suas próprias casas e mostra que um terço delas diz ter sido agredida pela primeira vez. O primeiro parágrafo destaca a Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) como realizador do estudo e destaca que os homens também foram vítimas de violência doméstica, ainda que menos que as

mulheres. A seguir, há um olho em que destaca um trecho de um comunicado do ENSP na qual analisa o contexto dos episódios, sendo mais relevantes nos mais jovens e menos escolarizados e pessoas com dificuldades económicas ou que a atividade profissional foi prejudicada na pandemia. O segundo parágrafo expõe como o estudo foi realizado relativamente a tipos de violência e o período em que foi aplicado o questionário online a população que obteve 1062 respostas. Em seguida, há novamente um olho com um trecho do ENSP a indicar que o desenho do estudo proporcionou que a maioria do público respondente possui ensino superior e destaca para a baixa participação deles em estudos de violência doméstica.

Já o terceiro parágrafo repete a informação da linha de apoio mas de forma a destacar a porcentagem de participantes que relataram a ocorrência no domicílio e das vítimas que dizem ter sofrido violência doméstica pela primeira vez durante a pandemia e o quarto parágrafo revela o tipo de violência mais relatado e indicara a coocorrência dos dados. O quinto parágrafo destaca um trecho do estudo revelado pelos investigadores a apontar um maior risco de violência doméstica em um contexto de medidas de combate ao vírus nos determinantes sociais e de saúde e o sexto parágrafo destaca as vítimas que não procuram ajuda nem denunciam as situações de violência por considerarem “desnecessárias” e constrangidas. O sétimo parágrafo revela o motivo por não terem denunciado às autoridades policiais e complementa dizendo que maioria procurou ajuda junto de profissionais da saúde mental. A seguir, há novamente um olho que aponta para o trecho da entrevista da coordenadora do estudo, Sônia Dias, na qual pontifica uma complexidade na ocorrência de violência doméstica e violência de género em tempos de Covid-19, em que há pontos que precisam de mais aprofundamento. No oitavo parágrafo, destaca-se novamente uma citação de Sônia Dias em que afirma ter havido um aumento de casos não reportados oficialmente e que, por isso, é necessário continuar a investir na recolha dos dados e, por fim, o nono parágrafo traz novamente um trecho da entrevista em que defende os esforços para planeamento e implementação de ações concretas para o combate a violência doméstica e de género.

De acordo com a análise de avaliação e de expressão, citada por Bardin (1977), permite inferir que o locutor neste caso, o SIC notícias pois o *Feministas em Movimento* apenas fez o compartilhamento da matéria, manteve a imparcialidade perante ao assunto, de forma a afirmar a característica recorrente em grandes veículos de jornalísticos. A fonte de emissão, a Agência Lusa, trouxe dinamismo e posicionamento perante ao assunto através de trechos do comunicado do ENSP e da entrevista com a coordenadora do estudo Sônia Dias. Segundo a análise de enunciação de Bardin (1977), foi elaborado um sentido complementar entre a fotografia de uma mulher com as mãos ao rosto, ao que remete a uma vítima de violência, e o texto que traz os dados referentes ao estudo em que a imagem apelativa chama o público para a leitura da reportagem.

Houve uma altura, nomeadamente no final de janeiro, que houve uma série de notícias relacionadas com violência doméstica e violência de género que são duas questões diferentes em que eram essencialmente estudos feitos por instituições credíveis e por instituições europeias e nacionais [Entrevista online de Almerinda Bento concedida à autora dia 10/03/2021 às 10h].

A postagem 14 é o compartilhamento da matéria “Estudo conclui que 34% de casos de violência doméstica durante a pandemia corresponderam a vítimas pela primeira vez” do Público promovido pelo *Feministas em Movimento* no dia 28 de janeiro de 2021 e foi enquadrada como Violência Doméstica.

A matéria é assinada por Joana Gorjão Henriques e traz a divulgação dos dados do Estudo Nacional de Saúde Pública sobre os casos de violência doméstica entre abril e outubro de 2020 a partir de inquérito online aplicado ao qual foi identificado que 15% relataram casos e 72% não denunciou às autoridades, conforme indica a linha de apoio. Segundo a análise categorial de Bardin (1977), o primeiro parágrafo aponta o dado que está no título da matéria, funcionando como uma espécie de lead e o segundo parágrafo indica a amostra de participantes do estudo, a forma que foi realizado e em qual período se deu a recolha de dados e aponta para os tipos de violência como objectivos de análise. O terceiro parágrafo traz o trecho da entrevista em citação directa de Sônia Dias, coordenadora do estudo e professora da Escola Nacional Saúde Pública que indica que

os dados agravam os factores associados à violência doméstica. Já o quarto parágrafo traz uma citação indirecta da fonte a destacar a situação do confinamento e a diminuição de condições económicas durante a pandemia. O quinto parágrafo aponta que os novos casos de violência doméstica ocorreram entre pessoas com ensino superior e sem dificuldades económicas e traz um dado relativo ao histórico das vítimas. O sexto parágrafo destaca que há pessoas que sofreram violência e se encontram em teletrabalho sem dificuldades económicas e não denunciaram às autoridades e destaca uma citação directa da coordenadora. Já o sétimo parágrafo aborda o facto das 72% das vítimas não denunciarem na qual mais da metade relatou não ter percepção de ter vivido situações de violência e apresenta um trecho de citação directa da coordenadora a dizer que é necessário fazer um trabalho a nível cultural. O oitavo parágrafo destaca que as respostas recolhidas foram a maioria de mulheres entre 25 e 54 anos com ensino superior e que o formato do estudo permitiu incluir grupos sociais com menor participação em estudos de violência. No nono parágrafo foi possível identificar se os participantes já tinham vivenciado situação de violência doméstica ou se foram as próprias vítimas, trazendo destaque aos tipos sofridos sendo a maioria delas psicológica.

Para separar o nono parágrafo do décimo, foi utilizado o título Jovens denunciam mais trazendo a informação de que o maior número de denúncias foram com os mais jovens, menos escolarizados e pessoas com dificuldades económicas na qual a maioria dos pedidos de ajuda foi realizado com profissionais de saúde mental. O décimo primeiro parágrafo aponta para as características em comum das vítimas a dar destaque para os sentimentos de mal-estar e estresse frequentes, o consumo de álcool, medicamentos ou drogas ilícitas e o não procurar ajuda nem denunciar. Já o décimo segundo parágrafo revela que os resultados que já são reflectidos em outros países como a diminuição da denúncia não ser uma diminuição do fenómeno por consideraram a ajuda desnecessária, que não alteraria a situação pois acreditam que não foi grave e as autoridades não fariam nada. O décimo terceiro parágrafo traz os últimos dados semestrais que o Governo publica com base em denúncias a Polícia de Segurança Pública (PSP) e Guarda Nacional Republicana (GNR) em que os casos de violência doméstica tiveram pouco aumento em relação a 2019. Já o décimo quarto parágrafo indica dados

divulgados pelo Observatório de Mulheres Assassinadas (OMA) da União Mulheres Alternativas e Resposta (UMAR) em que coletou dados reportados nos media entre 1 de janeiro e 15 de novembro em que mostrou que em 2020 em que identificou o número de mulheres assassinadas e a quantidade de casos que já tinham registo de violência prévia. O décimo quinto parágrafo indica que a OMA não registou aumento de feminicídios durante a pandemia, conforme indica a criminóloga Cátia Pontedeira na qual faz uma análise dos dados da ENSP em que acredita que a pandemia fez aumentar o número de situações de violência doméstica e destaca o convívio frequente das pessoas, o aumento do estresse e do risco de violências mais grave e frequente em famílias onde já se tem casos de violência doméstica. O décimo sexto parágrafo destaca que as privações de liberdade causadas pela pandemia podem causar situações de controlo e como a redução de contactos sociais faz com que as vítimas fiquem sem testemunhas e que seja mais difícil de pedir ajuda. Por fim, o décimo sétimo parágrafo indica que segundo o relatório, não houveram aumento de número de feminicídios, o que não se pode dizer das tentativas que aumentaram demasiadamente.

De acordo com a análise de avaliação e de expressão de Bardin (1977), o locutor apresentou-se informativo perante os objectos falados, de forma que manteve a imparcialidade, característica recorrente em veículos de comunicação. A duas fontes de emissão, a coordenadora do estudo e a criminóloga trouxeram dinamismo e posicionamento perante ao assunto, o que prende o público até o fim do texto, visto que trata-se de uma matéria longa. Segundo análise de enunciação de Bardin (1977), a imagem de mulheres estendo camisetas com os dizeres “Nenhuma fica para trás” e “Amor e Respeito” remete a militantes feministas a divulgar o seu trabalho de combate a violência doméstica, dessa forma, foi elaborado um sentido complementar entre a fotografia e o texto, uma vez que o segundo traz dados referentes às ocorrências.

A postagem 15 é o compartilhamento da matéria “Violência doméstica cresceu com a pandemia” do RTP Notícias publicado pelo *Feministas em Movimento* no dia 29 de janeiro de 2021 e foi enquadrado como Violência Doméstica.

A matéria é assinada por Frederico Moreno que aborda a divulgação do estudo do Estudo Nacional de Saúde Pública, o mesmo abordado na postagem 13, na qual a

Associação Portuguesa de Apoio à Vítima alerta para o número elevado de casos que não foram denunciados. Segundo a análise categorial de Bardin (1977), a matéria trata-se de um áudio de um jornalista, que não se apresenta, a indicar que a maioria das ocorrências aconteceram na casa da vítima e, a seguir, apresenta o fala de uma fonte que explica que há um número elevado de casos que não foram reportados às autoridades. Após a fala, o jornalista indica que a fonte se trata do responsável pela área de violência doméstica e de género da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), sem citar o nome, e afirma que um dos aspectos a serem levados em conta é contexto socioeconómico das vítimas e que o crime ocorre na maioria das vezes com mulheres. Novamente, há um trecho da fala da mesma fonte a indicar os agravantes para a subida dos casos de violência doméstica e destaca a situação socioeconómica como a perda de emprego e de rendimentos, o aumento e o agravamento das desigualdades socioeconómicas entre mulheres e homens, na qual destaca que as mulheres foram as grandes vítimas. O jornalista finaliza o áudio a informar que as falas foram um alerta da APAV para o aumento da violência doméstica entre os meses de abril e outubro de 2020. Abaixo do áudio, há uma espécie de lead em que indica o alerta feito pela APAV do número de casos que não foram denunciados, segundo pesquisa do Estudo Nacional de Saúde Pública que aponta o aumento dos números de casos de violência doméstica entre abril e outubro de 2020.

De acordo com análise de avaliação de Bardin (1977), o locutor apresenta-se informativo perante os objectos falados de forma a apenas introduzir o que seria falado pela fonte. É possível inferir que o locutor, muitas vezes, deu a mesma informação que a fonte de emissão, de forma a tornar-se repetitivo e dar menos destaque a fala da fonte. Segundo a análise de enunciação de Bardin (1977), a divulgação do texto introduz o áudio na qual é elaborado o sentido introdutório e, dessa forma, chama o público para escutar o conteúdo. Além disso, o locutor apresenta-se imparcial perante ao assunto, característica recorrente em matérias jornalísticas de grandes veículos de comunicação, segundo a análise de expressão de Bardin (1977). É possível perceber que o locutor utilizou as falas da fonte de forma a complementar o que ele havia falado e, por isso, houve pouca visibilidade da fonte.

A postagem 16 é um compartilhamento da matéria “Violência doméstica. Menos queixas e mais medidas de afastamento aplicadas” do Expresso publicado pela página *Feministas em Movimento* no dia 29 de janeiro de 2021 e foi enquadrada como Violência Doméstica.

A matéria é assinada pela Agência Lusa e apresenta a divulgação dos dados que apontam para diminuição das queixas de violência doméstica no ano passado mas destaca a pesquisa realizada pelo Estudo Nacional de Saúde Pública em que revela que um terço das vítimas foi agredida pela primeira vez durante a pandemia, na qual consta na linha de apoio e é destacado na postagem 13. Segundo a análise categorial de Bardin (1977), o primeiro parágrafo indica que apesar da diminuição das denúncias às autoridades por violência doméstica em comparação do 2020 com 2019, foi registado um aumento da aplicação de medidas de coação e de afastamento do agressor. O segundo parágrafo destaca os tipos de medidas de coação e afastamento tomadas e a diminuição da participação da Polícia de Segurança Pública (PSP) e da Guarda Nacional Republicana (GNR). A seguir, o terceiro parágrafo aponta um trecho da fala de Rosa Monteiro, secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade, destacando que as medidas de coação e de afastamento influenciaram no maior número de denúncias. Já o quarto parágrafo faz relação da violência doméstica com a pandemia e traz o dado relativamente às vítimas que disseram terem sido agredidas pela primeira vez. Em seguida, o quinto parágrafo apresenta o trecho do comunicado do ENSP a indicar que esse fenómeno é mais relevante nos jovens e menos escolarizados com dificuldade económicas e o sexto parágrafo destaca o projeto de investigação “VD@COVID19” que analisa os tipos de violência reportados durante a pandemia no período de abril e outubro de 2020 a partir de um questionário online com a população. O sétimo parágrafo traz novamente um destaque do comunicado da ENSP a indicar a escolaridade da maioria dos respondentes e o oitavo parágrafo revela que a quantidade de vítimas que sofreu violência pela primeira vez e os tipos de violência mais reportados. Por fim, o nono parágrafo evidencia a quantidade de vítimas que não procuram ajuda nem denunciam por considerarem ser desnecessário ou que não alteraria a situação.

Segundo a análise de avaliação de Bardin (1977), o locutor apresentou-se informativo e destacou os objectos falados de forma a dar ênfase aos dados do estudo, o que torna a matéria mais atrativa para o leitor. De acordo com análise de enunciação de Bardin (1977), é elaborado um sentido na construção da matéria a iniciar pela divulgação dos dados do estudo até a utilização de trechos de falas da secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade e do comunicado da ENSP. Além disso, a imagem com uma mulher de braços cruzados e cabeça baixa com a sombra de um homem funciona de forma complementar ao texto e remete a ideia de uma vítima e agressor. Segundo análise de expressão de Bardin (1977), o discurso imparcial é recorrente em conteúdos jornalísticos de grandes veículos de comunicação de forma que foi possível identificar que o locutor e, de certa forma, procurou se posicionar ao destacar algumas partes do texto.

A postagem 17 é um compartilhamento da matéria “Violência doméstica. Governo lança novo programa para agressores” do Wort publicado pela página *Feministas em Movimento* no dia 29 de janeiro de 2021 e foi enquadrada como Violência Doméstica.

A matéria não tem assinatura e é a divulgação de um programa de formação para ajudar os agressores a mudarem o comportamento violento promovida pela organização sem fins lucrativos Inter-Actions e o Ministério para a Igualdade, conforme indica a linha de apoio. Segundo a análise categorial de Bardin (1977), o primeiro parágrafo apresenta a mesma informação da linha de apoio e o segundo parágrafo destaca que o curso busca complementar ações de proteção a vítima e realça um trecho de um comunicado do ministério. O terceiro parágrafo aponta para a fala da ministra Taina Bofferding sobre a importância no trabalho e o quarto parágrafo indica como será o desenvolvimento da formação. Já o quinto parágrafo refere para o período e tempo de duração da formação e referencia que depende das necessidades e perfis dos agressores e o sexto parágrafo complementa com um trecho da nota divulgada das atividades promovidas na formação e, por fim, finaliza a dizer que todos que tenham cometido agressões em violência doméstica podem participar.

Segundo a análise de avaliação de Bardin (1977), o locutor apresenta-se informativo perante aos objectos falados. É possível inferir que o ele deu informação sobre o processo da formação e utilizou fontes de emissão para dar credibilidade as falas. De acordo com a análise de enunciação de Bardin (1977), a imagem de uma mão masculina com punho cerrado fechada com uma mulher ao fundo representa uma vítima e um agressor, dessa forma, é elaborado um sentido complementar entre a imagem e o texto que vem logo a seguir. A seguir, a análise de expressão de Bardin (1977) permite inferir que o locutor foi imparcial perante ao assunto, o que condiz com a característica informativa da página que, apesar de não ser um veículo jornalístico, tem função de divulgar serviços disponíveis para a população.

A postagem 18 é o compartilhamento da matéria “Violência Doméstica: Pandemia agravou «nível de vulnerabilidade», diz psicóloga Raquel Gomes” do Ecclesia publicada pela página *Feministas em Movimento* no dia 29 de janeiro de 2021 e foi enquadrada como Violência Doméstica.

A matéria não tem assinatura e faz uma divulgação de uma conferência online sobre o agravamento da vulnerabilidade de mulheres vítimas de violência doméstica promovido pela Cáritas Arquidiocesana de Braga. Segundo a análise categorial de Bardin (1977), o primeiro parágrafo já se inicia com um trecho da psicóloga Raquel Gomes em que destaca a vulnerabilidade das vítimas perante a situação da pandemia de Covid-19 e o segundo parágrafo consiste no lead da notícia em que indica informações como o que, quem, onde, quando e como sobre a realização da conferência online. Já o terceiro parágrafo apresenta a fala da coordenadora do Centro de Informação e Acompanhamento a Vítimas de Violência Doméstica (CIAVVD) sobre a dificuldade de denunciar o caso e o quarto parágrafo é novamente uma citação de Raquel Gomes sobre o aumento de casos de violência doméstica segundo Guarda Nacional Republicana (GNR). O quinto parágrafo revela que o tema de uma próxima conferência será a violência doméstica contra menores e o sexto parágrafo referencia mais um trecho da entrevista na qual afirma que é difícil entender. O sétimo parágrafo cita que muitos casos não chegam ao sistema judicial, o oitavo parágrafo destaca para a violência doméstica e o nono parágrafo realça o patriarcado como principal causa para os casos

em Portugal. O décimo parágrafo indica a mudança de mentalidade como solução, o décimo primeiro parágrafo aponta para a falta de segurança em casa para as vítimas e, por fim, o último parágrafo destaca a importância do compartilhamento de conhecimentos sobre a problemática da violência doméstica com diversos profissionais.

Segundo a análise de avaliação de Bardin (1977), o locutor apresenta-se informativo perante o acontecimento. É possível inferir que ele deu destaque a fonte de emissão a partir da divulgação de trechos das falas da fonte de emissão durante o evento e, dessa forma, ganhou maior credibilidade na matéria. De acordo com a análise de enunciação de Bardin (1977), a imagem de uma mulher séria com os olhos cobertos por sombra e só a boca a destacar remete a uma vítima de agressão de violência doméstica, neste caso, foi elaborado um sentido em que a imagem transparece já o tema abordado no texto. Segundo a análise de expressão de Bardin (1977), o locutor foi imparcial perante ao assunto, uma vez que apenas buscou informar sobre o evento o que condiz com a característica do meio, pois trata-se de um site informativo sobre atividades promovidas pelas igrejas católicas em Portugal.

A postagem 19 é o compartilhamento da matéria “Violência doméstica em tempo Covid. Especialista receia aumento de casos” do Renascença publicado pela página *Feministas em Movimento* no dia 1 de fevereiro de 2021 e foi enquadrada como Violência Doméstica.

A matéria é assinada pela Agência Lusa e é um alerta do coordenador da Equipa de Análise Retrospectiva de Homicídios em Violência Doméstica para o aumento do número de casos de violência doméstica, conforme indica a linha de apoio. Segundo a análise categorial de Bardin (1977), o primeiro parágrafo indica que terá menos denúncias de casos e que haverá maior sofrimento das vítimas e o segundo parágrafo apresenta o temor do procurador Rui do Carmos quanto ao aumento de casos de violência doméstica. O terceiro parágrafo ainda realça a problemática como uma crise de saúde pública e aponta para o facto das pessoas estarem mais tempo umas com as outras e isso gerar mais casos de violência, segundo o procurador. O quarto parágrafo traz uma citação directa de Rui do Carmo a indicar a dificuldade das vítimas em denunciar. A seguir, o quinto parágrafo indica trecho de citação de directa da mesma

fonte e o sexto parágrafo aponta para a falta de exteriorização dos casos e está associado o maior sofrimento das vítimas. O sexto parágrafo menciona outra citação directa da fonte a informar sobre o aumento das denúncias após o primeiro confinamento e o sétimo parágrafo referencia outra citação a destacar que as pessoas procuraram ajuda pois a pressão foi aliviada. O oitavo parágrafo apresenta a preocupação com o caso das crianças vítimas, que ficaram mais vulneráveis com o fechamento das escolas e o nono parágrafo realça a problemática da pobreza infantil e o papel das cantinas escolares nesse processo. O décimo parágrafo afirma, segundo a fonte, que a violência doméstica é uma violação gritante dos direitos humanos e, por fim, o décimo primeiro parágrafo termina com uma citação directa da fonte a dizer que toda vítima tem que ser tratada da mesma maneira, pois tratam-se de violações graves dos direitos humanos.

Segundo a análise de avaliação de Bardin (1977), o locutor apresenta-se informativo perante ao assunto, de forma a destacar os trechos das falas da fonte de emissão, o coordenador da Equipa de Análise Retrospectiva de Homicídios em Violência Doméstica e assim, deu maior credibilidade a matéria. De acordo com a análise de enunciação de Bardin (1977), a imagem de uma mulher com as mãos ao rosto no escuro remete a uma vítima de violência doméstica e, dessa forma, foi elaborado um sentido na qual a imagem transparece o tema abordado no texto. Segundo a análise de expressão de Bardin (1977), o locutor foi imparcial perante o assunto, mas buscou posicionar-se através dos trechos da fala do procurador Rui do Carmo, o que condiz com o seu meio visto que trata-se de um site de uma rádio jornalística.

Todos os dias eu recebo por parte da presidente da FEM, a Elisabete Brasil, um email com os tipos jornalísticos focados nas questões da violência, da violência sobre as mulheres, e, de facto [...] Eu penso que foi em finais de janeiro que foram publicados uma série de estudos feitos sobre o impacto da pandemia e questões muito focadas sobre a violência de género [Entrevista online de Almerinda Bento concedida à autora dia 10/03/2021 às 10h].

A postagem 20 é o compartilhamento da matéria “Violência doméstica: 683 casos reportados à APAV no primeiro confinamento” do Expresso promovido pela página *Feministas em Movimento* no dia 1 de fevereiro de 2021 e foi enquadrado como Violência Doméstica.

A matéria é assinada por André Manuel Correia e apresenta a divulgação de dados da segunda edição do relatório “Violência Contra as Mulheres e Violência Doméstica em Tempos de Pandemia” da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) na qual verificou-se que a maioria das vítimas são mulheres e maioria ocorreu num contexto de intimidade, como indica a linha de apoio. Segundo a análise categorial de Bardin (1977), o primeiro parágrafo indica que os dados foram coletados no período do primeiro confinamento (do dia 22 de março ao dia 3 de maio de 2020) e realça o número de casos reportados. O segundo parágrafo aponta que a primeira edição foi divulgada em novembro de 2020 sobre o projeto “Violência Contra as Mulheres e Violência Doméstica em Tempos de Pandemia” e o terceiro parágrafo divulga os números do relatório em que destaca o total de denúncias e relata que a maioria foram situações de violência doméstica. O quarto parágrafo destaca que as mulheres ainda continuam sendo as principais vítimas e realça a faixa etária na qual teve mais ocorrência e o quinto parágrafo aponta a para localização onde foram registados mais casos, destacando-se a região de Lisboa e Vale do Tejo e destaca a situação de dependência económica das vítimas. O sexto parágrafo indica a maioria delas não tem atividade profissional e o sétimo parágrafo revela que a maioria das agressões aconteceram em relação de intimidade. Por fim, o oitavo parágrafo menciona que a maioria dos autores são homens e que a maior parte das ocorrências acontecem de forma continuada e destaca o tempo de duração das agressões.

De acordo com a análise de avaliação de Bardin (1977), o locutor apresenta-se informativo perante ao assunto abordado. É possível inferir que, neste caso, a fonte de emissão foi a APAV mas apresentou-se de forma neutra no texto. Segundo a análise de enunciação de Bardin (1977), a imagem de um homem segurando a mão de uma mulher remete a figura de um agressor e uma vítima e, assim, foi elaborado um sentido na qual a imagem transparece o tema abordado no texto e, dessa forma, chama o público para

a leitura. De acordo com a análise de expressão de Bardin (1977), o locutor foi imparcial perante o assunto e os dados do relatório foram apenas transformados em texto por parte do locutor, o que condiz com o meio jornalístico característico de grandes veículos de comunicação como o Expresso.

A postagem 21 é a divulgação da campanha “Nem tudo tem de ficar entre 4 paredes” postada pela página *Feminismos Sobre Rodas* no dia 19 de abril de 2020 e foi enquadrada como Violência doméstica.

Segundo a análise categorial de Bardin (1977), o primeiro parágrafo consiste em três fases que apresentam a campanha promovida pelo *Feminismos Sobre Rodas* “Nem tudo tem de ficar entre 4 paredes” em parceria com outros movimentos feministas a fim de combater a violência doméstica. O segundo parágrafo aponta para a gravidade da violência doméstica em tempos de confinamento bem como o distanciamento das vítimas a redes de apoio de familiares e amigos e, por fim, o último parágrafo informa sobre o propósito da campanha.

De acordo com a análise de avaliação (Bardin, 1977), é possível identificar que, por se tratar de um comunicado, o locutor toma posicionamento da situação, uma vez que apresenta uma campanha promovida pelo próprio para combater a violência. Juntamente do texto, há uma imagem do cartaz da campanha com várias cores que destacam a postagem ao qual é possível inferir que o locutor está engajado na divulgação da mesma para chamar atenção do público.

Quanto a análise de enunciação (Bardin, 1977), é visível o processo comunicacional da postagem, ao qual começa a partir de um lead de divulgação da campanha e é complementado pela imagem com design apelativo. Dessa forma, o locutor busca elaborar um sentido e são operadas transformações dentro da comunicação, conforme indica Bardin (1977).

Segundo a análise de expressão de Bardin (1977), o discurso adequa-se às características do locutor: mulher e militante em busca de divulgação da causa. Para isso, o *Feminismos Sobre Rodas* criou a campanha “Nem tudo tem de ficar entre 4 paredes” durante o primeiro confinamento a partir do questionamento de que a

violência doméstica aumentaria no contexto pandêmico e de que muitas vítimas ou testemunhas não teriam acesso a números de denúncias, conforme aponta Martins (2021). Para que pudesse atingir um número maior de pessoas, Martins (2021) indica que o movimento procurou outra organização que já tivesse mais experiência nesta área a nível de intervenção direta.

A postagem 22 é a divulgação da campanha “Nem tudo tem de ficar entre 4 paredes” postada pela página *Feminismos Sobre Rodas* no dia 20 de abril de 2020 e foi enquadrada como Violência Doméstica.

Segundo a análise categorial de Bardin (1977), o primeiro parágrafo alerta para a importância da campanha no combate a violência doméstica e aponta que deve-se denunciar os casos para a Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica. O segundo parágrafo destaca para vizinhos de vítimas denunciarem os casos que ouvirem, assistirem ou souberem. Já o terceiro parágrafo apresenta os responsáveis pela iniciativa da campanha, sendo estes o próprio movimento, o Filtro, coletivo de criadores que buscam comunicar-se através do Instagram, o Emancipação, Igualdade de Recuperação (EIR-UMAR), centro de atendimento a mulheres vítimas de violência sexual no Porto e do Projeto VIVA da União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR).

De acordo com a análise de avaliação (Bardin, 1977), é possível identificar o posicionamento do locutor perante a situação, visto que trata-se de uma campanha promovida pelo próprio movimento para o combate a violência doméstica. Junto do texto, tem um vídeo de uma mulher com um telemóvel em mãos e, então, são reproduzidas as mensagens recebidas de uma pessoa com nome Amor ao que remete ao parceiro dela, com diversas ofensas a vítima. Após isso, há outra menina com telemóvel em mãos com amigos em videochamada com gritos ao fundo e os amigos a perguntarem se são os vizinhos a brigarem. Em seguida, há um menino no telemóvel com um outro a incitar xingamentos e então, é apresentado o design da campanha nas cores azul e vermelho e, após isso, é apresentado os números de telefone, envio de SMS e e-mail para denúncias nas cores roxa. É possível identificar o engajamento e organização do locutor na elaboração da campanha a partir do material multimédia junto do texto.

Quanto a análise de enunciação (Bardin, 1977), o texto funciona de forma complementar ao vídeo na qual a partir das informações apresentadas, chama o público para assisti-lo. Dessa forma, foi elaborado um sentido entre o texto a falar sobre a importância de denunciar os casos e o vídeo que representa ocorrências cotidianas de violência. Segundo a análise de expressão de Bardin (1977), o discurso adequa-se às características do locutor, uma vez que busca posicionar-se como mulher e militante que busca divulgar a causa.

A postagem 23 é o compartilhamento da matéria “Mesmo em confinamento, a violência doméstica não tem de ficar ‘entre quatro paredes’” do Público promovido pelo *Feminismos Sobre Rodas* no dia 20 de abril de 2020 e foi enquadrada como Violência Doméstica.

A matéria é assinada por Mariana Durães traz a divulgação da campanha “Nem tudo tem de ficar entre quatro paredes” do *Feminismos Sobre Rodas*. Como nesta postagem, há um texto a introduzir a matéria, a autora decidiu fazer a análise categorial de Bardin (1977) primeiramente do texto da postagem e depois do conteúdo da matéria. No primeiro parágrafo da postagem, é realizado um alerta para importância da articulação coletiva e o segundo parágrafo faz um agradecimento a Eli Umar Porto e ao Projeto VIVA da União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR) que participaram da campanha. O terceiro parágrafo agradece a Bruno Moreira e a Produtora Filtro que ajudaram no vídeo de divulgação do vídeo publicitário e o quarto parágrafo continua a agradecer os apoiadores da campanha Diana Barnabé, Filipe Gaspar Catarina Moreira, Sara Barros Leitão e Teresa Arcanjo. O quinto parágrafo faz agradecimento a produtora da campanha visual da campanha Marta Calejo e o sexto parágrafo menciona agradecimento a Paula Allen da Associação Plano i pelos conselhos dados. E, por fim, o sétimo parágrafo apela para o compartilhamento da mensagem e apela para a necessidade da luta por justiça social do feminismo.

No primeiro parágrafo da matéria do Público, é possível identificar um lead da matéria com informações sobre o que, quando, quem e como a trazer um trecho da organizadora do movimento Patrícia Martins a indicar a importância de grupos vulneráveis denunciarem os casos. Já no segundo parágrafo traz mais um trecho da

entrevistada a alertar para a insegurança face às respostas institucionais e revela que foi realizada uma escolha rigorosa dos canais de apoio das estruturas de Estado para serem divulgados. O terceiro parágrafo descreve o vídeo da matéria em que mostra pessoas de grupos vulneráveis a sofrerem violência e apresenta os principais contactos para denunciar, a destacar o serviço de SMS 3060 e aponta que a campanha será divulgada não apenas em grupos feministas, mas também em grupos de futebol para atingir o maior número de pessoas. O quarto parágrafo aponta um trecho da fonte na qual indica a importância da denúncia e alerta que um dos motivos do número de casos não ter aumentado foi porque a maioria das mulheres estavam confinadas com seus agressores. Por fim, o quinto parágrafo realça trecho da fonte a dizer que as instituições estão a funcionar constantemente em situações de emergência e informa que os vizinhos devem ficar alertas para as situações de violência e pondera ser um exercício de cidadania realizar as denúncias.

De acordo com a análise de avaliação de Bardin (1977), quanto ao conteúdo da postagem, temos um posicionamento opinativo do locutor perante os objectos falados, uma vez que trata-se de uma campanha promovida pelo próprio movimento ao qual fez questão de agradecer a todos os envolvidos. Quanto ao conteúdo da matéria, identifica-se um locutor informativo, uma vez que trata-se de um grande veículo de comunicação. Junto do texto, há o mesmo vídeo de divulgação da campanha analisado na postagem 22, dessa forma, foi possível identificar a forte articulação do *Feminismos Sobre Rodas* a partir do conteúdo produzido e das associações parceiras que apoiaram a campanha na elaboração do conteúdo multimedia.

Segundo a análise de enunciação de Bardin (1977), o vídeo funciona de forma complementar e introdutória ao texto, na qual tem a função de chamar o público para a leitura do texto. Dessa forma, foi elaborado um sentido entre o texto, que reforça a importância das denúncias pela organizadora do movimento Patrícia Martins, e o vídeo que apresenta a campanha.

De acordo com a análise de expressão de Bardin (1977), o discurso da matéria adequa-se ao locutor, uma vez que se trata de um grande veículo de comunicação que utiliza as falas da entrevistada para dar credibilidade ao conteúdo. O discurso da

postagem escrita pelo movimento também remete as características do locutor, visto que é fortemente opinativo e traz o posicionamento de uma mulher militante da causa feminista.

A postagem 24 é a divulgação da campanha “Nem tudo tem de ficar entre quatro paredes” promovido pelo movimento *Feminismos Sobre Rodas* no dia 21 de abril de 2020 e foi enquadrado como Violência Doméstica.

A postagem é um compartilhamento de oito imagens da campanha “Nem tudo tem de ficar entre quatro paredes” promovida pelo próprio movimento. De acordo com análise categorial de Bardin (1977), há um texto a introduzir a campanha, pede para compartilhar e alerta para vulnerabilidade de mulheres, crianças, pessoas LGBT e pessoas mais velhas. A imagem 1 em um design com as cores verde água e roxo e ao fundo e escritas em vermelho apresenta o nome da campanha junto frase “Há um caminho para ti” nas cores roxa e amarela e “Na linha de frente no combate à violência” nas linhas vermelhas e logo abaixo é possível ver os logos da entidades que apoiam o movimento. A imagem 2 apresenta uma listagem em amarelo com os sinais de violências mais comuns como piadas ofensivas, mentir e enganar, ciúmes, controlar, ofender e humilhar, intimidar e culpabilizar e ridicularizar e abaixo, há a frase “Não estás só! Confia a tua vida a quem te pode ajudar”. A imagem 3 é uma continuação da listagem apresentada na imagem 2 mas dessa vez nas cores laranja a indicar a destruição de bens pessoais, empurrar, magoar, tocar sem consentimento e agredir e abaixo, há a frase “Não estás só! Estamos contigo!” nas cores amarela. A seguir, a imagem 4 continua novamente a listagem dos sinais de violência mais presentes como confinar e prender, ameaçar com armas, ameaçar de morte, abusar sexualmente, espancar e mutilar e matar nas cores vermelha e, abaixo, há novamente a frase “Não estás só! Estamos contigo!” em azul claro. A imagem 5 enumera a listagem de contactos nacionais para denunciar a violência doméstica como número de telefone, envio do SMS, e-mail e sites nas cores roxa e lilás. Em seguida, a imagem 6 realça os contactos nacionais de apoio psicológico como número de telefone do Serviço Nacional de Saúde, da Sociedade Portuguesa de Psicanálise e do Acalma Online nas cores roxa e lilás. A seguir, a imagem 7 divulga os centros de atendimento da UMAR no Porto e Lisboa a indicar morada,

telefones e e-mails nas cores verde água, lilás e roxo. Por fim, a imagem 8 menciona os contactos de apoio LGBT a indicar o números de telefones e e-mails nas cores roxa.

Segundo a análise de avaliação de Bardin (1977), o comportamento do locutor é opinativo e informativo perante aos assunto tratado, visto que o texto e as imagens buscam divulgar uma campanha promovida pelo próprio movimento. A fonte de emissão, neste caso o próprio movimento, utilizou as oito imagens com design apelativo misturando cores quentes e frias de forma a causar um contraste e a transmitir a sensação de acolhimento ao leitor. Dessa forma, é possível inferir que a fonte de emissão buscou sensibilizar o público ao apresentar os sinais de violência e dar ênfase às formas de denunciar, a destacar também a violência de género quando divide os canais de denúncia em mulheres e LGBTs.

De acordo com a análise de enunciação de Bardin (1977), foi elaborado um sentido entre a divulgação do texto de forma complementar às imagens, uma vez que chama o público para visualizar os conteúdos delas. Nesse sentido, a análise de expressão de Bardin (1977) revela que o discurso do locutor condiz com o seu meio de militância feminista e ressalta a importância da campanha no combate à violência doméstica.

A postagem 25 é a divulgação da campanha “Nem tudo tem de ficar entre quatro paredes” promovida pelo *Feminismos Sobre Rodas* publicada no dia 21 de abril de 2020 e foi enquadrada como Violência Doméstica.

A postagem é o compartilhamento do mesmo vídeo reproduzido na matéria “Mesmo em confinamento, a violência doméstica não tem de ficar ‘entre quatro paredes’” do Público na postagem 23 e na postagem 22.

A postagem 26 é um comunicado sobre o movimento feminista promovido pelo *Feminismos Sobre Rodas* no dia 23 de abril de 2020 e foi enquadrado como Violência Doméstica.

A postagem conta a história de como surgiu o *Feminismos Sobre Rodas* e traz quatro imagens para representar o trabalho do movimento. Segundo a análise categorial de Bardin (1977), o primeiro parágrafo fala sobre o surgimento do movimento

e demonstra o histórico das participantes no ativismo feminista e o segundo parágrafo traz a ideia principal do movimento. Já o terceiro parágrafo menciona uma iniciativa do movimento ocorrida em novembro e dezembro de 2019 em que saiu às ruas a perguntar às mulheres “O que representa para si os direitos das mulheres hoje em dia? O que falta?” e a referência mais ouvida foi a violência contra as mulheres e, por fim, o quarto parágrafo divulga novamente a campanha “Nem tudo tem de ficar entre quatro paredes”.

Segundo a análise de avaliação de Bardin (1977), é possível identificar o posicionamento do locutor perante ao assunto, visto que trata-se de um comunicado a contar a história do próprio movimento e divulgar a campanha promovida pelo mesmo no combate a violência doméstica. Junto do texto, há quatro imagens sendo a primeira com os dizeres “Mexeu com uma, mexeu com todas” em uma camiseta estendida no varal e ao lado há um cartaz “A violência doméstica é muito triste. Sou contra as pessoas que tratam mal os filhos. Devia existir mais apoio. Florinda , 59, Ovar”. A segunda imagem apresenta um vestido estendido com os dizeres “Eu não sou a tua linda” e ao lado um cartaz “Claro que não. Claro que não está tudo bem. Antigamente, estava tudo mais escondido. Isto da violência doméstica é muito complicado. Luísa, 59, Ovar”. A terceira imagem são várias faixas estendidas no varal com pedidos para as mulheres “Soltem a franga” e mais cartazes não legíveis e a quarta imagem é um grupo de quatro mulheres a conversar ao que remete às organizadoras do movimento. Através das imagens, é possível ver o trabalho que foi mencionado no texto e revela o engajamento e organização do locutor perante às atividades feministas.

De acordo com a análise de enunciação de Bardin (1977), foi elaborado um sentido entre a divulgação das imagens de forma a transparecer o que foi mencionado no texto e, dessa forma, mostra ao público o trabalho realizado pelo movimento. Nesse sentido, a análise de expressão de Bardin (1977) revela que o discurso do locutor condiz com o meio da militância feminista, uma vez que busca-se posicionar constantemente sobre a temática da violência doméstica, principalmente ao mencionar a campanha de combate à violência doméstica.

A postagem 27 é o compartilhamento da matéria “Covid-19: 302 vítimas de violência doméstica já pediram ajuda a partir de casa” da TVI promovido pelo *Feminismos Sobre Rodas* publicado no dia 27 de abril de 2020 e foi enquadrada como Violência Doméstica.

A postagem traz a frase “Divulgamos” junto do compartilhamento da matéria, que foi analisada na postagem 7 quando compartilhada pela página *Feministas em Movimento*.

A postagem 28 é o compartilhamento da matéria “Com a violência doméstica agravada pelo preconceito, ela aceitou ajuda e libertou-se” do Público divulgado pelo *Feminismos Sobre Rodas* no dia 17 de janeiro de 2021 e foi enquadrado como Violência Doméstica.

A reportagem é assinada por Ana Cristina Pereira e fala sobre a dificuldade das mulheres de saírem de situações de violência doméstica principalmente quando agravados por preconceitos de estereótipos negativos e apresenta os principais sinais de violência a partir de um caso de uma brasileira, conforme aponta a linha de apoio. Segundo a análise categorial de Bardin (1977), o primeiro parágrafo revela um trecho de uma vítima de violência doméstica a contar as ameaças que o ex-companheiro a fazia e destaca que hoje o agressor utiliza pulseira eletrônica e o segundo parágrafo conta a história da vítima na qual relata que sofria violência do agressor desde os 16 anos quando ficou grávida quando vivia no Brasil. Os parágrafos são divididos pelo subtítulo “Resistências a estudar e trabalhar” na qual o terceiro parágrafo menciona novamente os relatos da vítima a dizer que o ex-companheiro não a deixou trabalhar e nem estudar e o quarto parágrafo detalha as principais atitudes abusivas do agressor com a vítima e revela que nem a mãe e avó da vítima a ajudavam. O quinto parágrafo continua a relatar atitudes abusivas como controlo do agressor do telemóvel e das redes sociais das vítimas e o sexto parágrafo destaca o dia que a vítima explodiu com o agressor e disse que queria privacidade e então apresentou queixas, mas logo retirou por conta dos filhos. O sétimo parágrafo revela que a vítima passou a viver sozinha e o ex-companheiro foi morar em Portugal e a ligava até que a convenceu de ir morar no país e o oitavo

parágrafo conta o que a vítima precisou fazer para vir cá e relata a solidão que sentia quando aconteciam os casos de violência.

Separados por uma imagem de uma mulher de costas a vestir um casaco e do subtítulo “Perseguições até perder o emprego” o nono parágrafo apresenta falas que o agressor proferia a vítima a dizer para não falar com nenhum homem e o décimo parágrafo relata que ele fez de tudo para que não trabalhasse, mesmo que estivesse em um lugar onde eram só mulheres. O décimo primeiro parágrafo indica que o ex-companheiro aproveitava o tempo livre para vigiar a vítima e, no fim, acabou por ser demitida devido as atitudes do marido que a perseguia em seu próprio trabalho. O décimo segundo parágrafo menciona que a vizinha, amiga da vítima, incentivou-a a chamar a polícia, mas a vítima não queria por não estar legalizada no país até que um dia a própria vizinha ligou às autoridades. Já no décimo terceiro parágrafo indica que a polícia a sugeriu ir a uma casa-abrigo para vítimas de violência doméstica, mas ela não quis e acabou por ficar na casa de um primo com a criança menor. O décimo quarto parágrafo cita que a polícia lhe disse que teria de haver um processo de regulação das responsabilidades parentais, teve que se apresentar em tribunal e foi lhe retirado a guarda das crianças por não ter casa nem trabalho. O décimo quinto parágrafo menciona que a vítima recuperou o trabalho, conseguiu um quarto e visitava os filhos até que houve uma agressão enorme e o décimo sexto parágrafo destaca que a polícia, após diversas queixas apresentadas, indicou a Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica e então com autorização do tribunal, buscou a criança mais pequena e foi a uma estrutura de emergência e conseguiu ter segurança financeira.

Separados por uma imagem de uma mulher a janela e o subtítulo “Recomeçar a trabalhar”, o décimo sétimo parágrafo indica que o estatuto da vítima dá preferência a programas de formação e o décimo oitavo parágrafo aponta a maioria das mulheres chegam a casas de abrigo sem experiência de trabalho fora de casa e apresenta o estudo de Maria das Dores Guerreiro de 2015 “Processos de Inclusão de Mulheres Vítimas de Violência Doméstica”. O décimo nono parágrafo apresenta trechos do estudo a realçar que muitas vezes os horários de trabalho são incompatíveis com os horários das crianças e que os salários são baixos e o vigésimo parágrafo destaca que a vítima conseguiu então

um trabalho e acabou por revelar que morava em uma casa de abrigo e acabaram por ser compreensíveis. O vigésimo primeiro parágrafo menciona a dificuldade da conciliação da vida laboral com a vida familiar e revela que teve apoio das pessoas do trabalho e o vigésimo segundo parágrafo indica que conseguiu ir morar num apartamento com a ajuda da chefe. O vigésimo terceiro parágrafo fala que ele se aproveitava das crianças para obter informações sobre ela e um dia a criança acabou por contar que iam a praia e então ele apareceu, agrediu-a e a polícia então colocou pulseira eletrónica. O vigésimo quarto parágrafo realça que então a guarda ficou com responsabilidade da mãe e os contactos com o pai passaram a ser intermediados pelo Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental e ele então começou a colocar as crianças contra ela. O vigésimo quinto parágrafo menciona a vontade da vítima em dizer às crianças que o pai é um agressor e revela que pai falava em frente das crianças que iria matar a mãe.

Separados por uma foto de uma mulher a janela com as mãos ao cabelo e o subtítulo “Ter estabilidade laboral”, o vigésimo sexto parágrafo aponta que a vítima nem pensa em ter outra relação amorosa e, por fim, o vigésimo sétimo parágrafo revela que antes, a vítima começou a juntar dinheiro para ir ao Brasil, mas depois se estabeleceu, conseguiu boa escola para os filhos e um contrato sem termo e decidiu ficar por Portugal e revela ter medo de ir ao Brasil e o marido ir atrás.

Segundo a análise de avaliação de Bardin (1977), apesar de se tratar de um conteúdo jornalístico, foi possível identificar a tentativa do locutor de se posicionar perante ao assunto. Ainda que o texto tenha carácter opinativo, o locutor utilizou os trechos da fonte de emissão para posicionar-se perante ao assunto. O *Feminismos Sobre Rodas*, ao compartilhar a matéria, reproduziu a linha de apoio entre aspas, o que chama atenção do público para a leitura da reportagem especial.

De acordo com a análise de enunciação de Bardin (1977), foi elaborado um sentido entre a divulgação da imagem de uma mulher a olhar para a janela atrás do título e as imagens ao longo da matéria representam de forma simbólica o sentimento da fonte de emissão, na qual trata-se de uma vítima de violência doméstica. Nesse sentido, a análise de expressão de Bardin (1977), realça que o discurso do locutor condiz

com o meio jornalístico na qual utilizou os trechos da entrevista com a vítima para posicionar-se e sensibilizar o leitor com os relatos de violência.

A postagem 29 é a divulgação do *Feminismos Sobre Rodas* de um evento online VD@Covid19 – Violência nas relações de intimidade em tempos de Covid-19: desigualdades de gênero e (novos) contornos da violência doméstica? no dia 27 de janeiro de 2021 e foi enquadrada como Violência Doméstica.

A postagem é um compartilhamento de um link no Youtube para apresentar os resultados do projeto “VD@Covid19 – Violência nas relações de intimidade em tempos de Covid-19: desigualdades de gênero e (novos) contornos da violência doméstica?” da promovido pela *Escola Nacional de Saúde Pública da Universidade NOVA de Lisboa*. Segundo a análise categorial de Bardin (1977), o texto funciona como uma espécie de lead ao indica o que, quem, onde e quando e traz a divulgação da data e hora do evento a indicar o link em que fora transmitido em direto, no entanto, para quem acede depois, dá a informação de que o vídeo é privado e é necessário fazer login para aceder ao conteúdo.

Segundo a análise de avaliação de Bardin (1977), o comportamento do locutor é pontual e informativo, visto que não tem participação direta no evento, dessa forma, o *Feminismos Sobre Rodas* divulgou um evento que acredita ser importante para o combate da violência doméstica em tempos de pandemia. A fonte de emissão, neste caso, o próprio movimento, buscou fornecer ao público o acesso para assistir o evento.

De acordo com a análise de enunciação de Bardin (1977), foi elaborado um sentido entre a divulgação do texto junto do link, visto que o texto funciona de forma complementar a chamar o público para assistir o evento. Nesse sentido, a análise de expressão de Bardin (1977), revela que o discurso do locutor condiz com o meio visto que busca divulgar um evento de combate a violência doméstica em um espaço dedicado a militância feminista.

A postagem 33 é a divulgação da campanha “Nem tudo tem de ficar entre quatro paredes” publicado pelo *Rede 8 de Março* no dia 20 de abril de 2020 e foi enquadrada como Violência Doméstica.

A postagem é a divulgação da campanha “Nem tudo tem de ficar entre quatro paredes” do *Feminismos Sobre Rodas* na qual foi compartilhado pelo *Rede 8 de Março*. Segundo a análise categorial de Bardin (1977), há a frase “divulgamos” que tem caráter informativo, seguida da replicação do texto publicado pelo *Feminismos Sobre Rodas* na qual foi analisado anteriormente na postagem 22.

Segundo a análise de avaliação de Bardin (1977), o comportamento do locutor é pontual e informativo pois, mesmo não sendo uma campanha realizada pelo *Rede 8 de Março*, fez questão de divulgar uma campanha realizada por outra associação. O texto junto do vídeo que também fora analisado anteriormente na postagem 22. Dessa forma, é possível inferir que a fonte de emissão buscou sensibilizar o público através do conteúdo multimedia como forma de exemplificar as práticas de violência doméstica.

De acordo com a análise de enunciação de Bardin (1977), foi elaborado um sentido entre a divulgação do texto e da imagem visto que, dessa forma, são complementares. Dessa forma, a análise de expressão de Bardin (1977) realça que o discurso do locutor condiz com o seu meio de militância feminista e busca divulgar eventos de outras associações e movimentos feministas.

A postagem 34 é um comunicado “Não há máscara que nos proteja do vírus que é o machismo” publicado pelo *Rede 8 de Março* no dia 19 de abril de 2020 e foi enquadrado como Violência Doméstica.

A postagem é a divulgação de um comunicado sobre violência doméstica em tempos de quarentena. Segundo a análise categorial de Bardin (1977), o primeiro parágrafo indica o nome da autora e chama o público para partilhar conteúdos sobre violência doméstica. O segundo parágrafo agradece a todos que estão a lutar contra todos os tipos de violência e logo em seguida há uma frase a indicar que todas as mulheres estão juntas junto das hashtags #sororidade #feminismo #nemumamemos.

De acordo com a análise de avaliação de Bardin (1977), o comportamento do locutor é opinativo, visto que busca divulgar um comunicado escrito por outra pessoa, dessa forma, o *Rede 8 de Março* divulgou um comunicado em que acredita ser importante para o combate a violência doméstica em tempos de pandemia. Além do

texto, há um design nas cores verde escura escrito “Não há máscara que nos proteja do vírus que é o machismo” e #machismonãofazquarentena. Nesse sentido, é possível inferir que a fonte de emissão é organizada e engajada com a causa.

De acordo com a análise de enunciação de Bardin (1977), foi elaborado um sentido entre a divulgação da imagem, que funciona de forma complementar ao texto, de forma a chamar o público. Nesse sentido, a análise de expressão de Bardin (1977) realça que o discurso do locutor condiz com o meio visto que busca divulgar um comunicado a indicar uma reflexão sobre a violência doméstica em um espaço dedicado a militância feminista.

A postagem 37 é o compartilhamento da matéria “Covid-19: confinamento durante pandemia fez aumentar casos de violência na Europa” do Público divulgado pelo *Frequência Feminista* no dia 11 de maio de 2020 e foi enquadrado Violência Doméstica.

A matéria é assinada pela Agência Lusa e indica o aumento de casos de violência interpessoal em Bélgica, Bulgária, França, Irlanda, Rússia, Espanha e Reino Unido entre parceiros íntimos e crianças, conforme menciona a linha de apoio. Segundo a análise categorial de Bardin (1977), o primeiro parágrafo é uma espécie de lead da matéria e indica o aumento de 60% do número de casos de violência doméstica, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS). O segundo parágrafo aponta para trecho da fala de Hans Kluge, director da região europeia que apresenta as mesmas informações da linha de apoio. O terceiro parágrafo revela que os números de casos caíram em Portugal e revela os números de pedidos de ajuda das linhas de apoio a vítimas de violência doméstica. O quarto parágrafo indica trecho da fala do secretário de Estado da Saúde a informar que a PSP e GNR registaram 39% menos denúncias do que em 2019. Já o quinto parágrafo apresenta um alerta para o aumento dos casos de violência doméstica feito por especialistas da Organização das Nações Unidas (ONU).

Segundo a análise de avaliação de Bardin (1977), o locutor apresenta-se informativo perante os objectos falados visto que trata-se de um conteúdo jornalístico. A imagem de um desenho das pernas de uma mulher deitada e um homem em pé de

costas remete a ideia de se tratar de uma vítima e de um agressor. É possível inferir que as fontes de emissão mencionadas deram credibilidade a matéria.

De acordo com a análise de enunciação de Bardin (1977), foi elaborado um sentido complementar entre a imagem e o texto, visto que a imagem exemplifica o que estava a ser falado no texto. Dessa forma, a análise de expressão de Bardin (1977) destaca que o discurso do locutor condiz com o meio jornalístico, uma vez que utilizou trechos de falas para sustentar a ideia do que estava sendo dito.

A postagem 39 é o compartilhamento da matéria “Covid-19: 302 vítimas de violência doméstica já pediram ajuda a partir de casa” da TVI compartilhado pelo *Frequência Feminista* no dia 27 de abril de 2020 e foi enquadrada como Violência Doméstica.

A matéria traz a divulgação do número de vítimas que já pediu ajuda nas linhas de apoio a qual foi analisada anteriormente na postagem 7 e reproduziu o primeiro parágrafo da matéria.

A postagem 41 é um compartilhamento do *Frequência Feminista* da campanha “Nem tudo tem de ficar entre quatro paredes” promovido pela *União de Mulheres Alternativa e Resposta* no dia 20 de abril de 2020 e foi enquadrada como Violência Doméstica.

A postagem é a divulgação da campanha “Nem tudo tem de ficar entre quatro paredes” realizada em parceria da União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR) e *Feminismos Sobre Rodas* na qual foi compartilhada pelo *Frequência Feminista*. Segundo a análise categorial de Bardin (1977), o movimento apenas reproduziu o conteúdo da página responsável pela criação da campanha na qual foi anteriormente analisada na postagem 22. Dessa forma, o primeiro parágrafo remete aos organizadores da campanha Centro Emancipação, Igualdade e Recuperação (EIR), projecto VIVA da UMAR, Feminismos Sobre Rodas e Produtora Filtro. O segundo parágrafo infere sobre o destinatário da mensagem, neste caso, para todas as pessoas que veem, sabem ou sofrem de violência doméstica. No terceiro parágrafo, aponta que a linha da Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica foi reforçada para receber novas

denúncias e, por fim, o quarto parágrafo faz um apelo aos vizinhos para denunciarem situações que fiquem sabendo.

Segundo a análise de avaliação de Bardin (1977), o comportamento do locutor é informativo pois, mesmo não sendo uma campanha realizada pelo *Frequência Feminista*, o movimento, que tem carácter produzir conteúdo artístico, fez questão de divulgar uma campanha realizada por outra associação. O vídeo replicado já foi anteriormente analisado na postagem 22. Dessa forma, é possível inferir que a fonte de emissão buscou sensibilizar o público através do conteúdo multimedia como forma de exemplificar as práticas de violência doméstica e trouxe maior credibilidade a campanha.

De acordo com a análise de enunciação de Bardin (1977), foi elaborado um sentido entre a divulgação do texto e do vídeo, dessa forma, o vídeo funciona de forma complementar ao texto. Segundo a análise de expressão de Bardin (1977), o discurso do locutor condiz com o seu meio, pois é fortemente opinativo o que remete a conteúdo geralmente divulgados pela militância feminista e também busca divulgar eventos de outros movimentos feminista.

A postagem 42 é o compartilhamento da matéria “Covid-19: Violência doméstica é uma “epidemia escondida” no confinamento do Público divulgado pelo *Frequência Feminista* no dia 19 de abril de 2020 e foi enquadrada como Violência Doméstica.

A matéria é assinada por Ricardo Cabral Fernandes a revelar que a quarentena é um espaço propício para as práticas de violência, conforme indica a linha de apoio. Segundo a análise categorial de Bardin (1977), o primeiro parágrafo apresenta a história de uma vítima indiana a qual já tinha um plano para fugir do marido com os filhos e o segundo parágrafo traz uma citação directa da vítima a dizer que as crianças viram os episódios de violência na qual indica que a principal causa das agressões era a perda do salário do marido. Já o terceiro parágrafo menciona o facto da Índia ser um país com imensa cultura patriarcal e de submissão da mulher, mas ressalta que não é o único país onde está aumentar a violência.

Separado pelo subtítulo “Armadilha invisível”, o quarto parágrafo destaca o desafio das mulheres que vivem com os agressores de se protegerem contra as ameaças

e o quinto parágrafo menciona uma citação directa do secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, e indica a importância do aumento do investimento nos serviços online e nas organizações da sociedade civil. O quinto parágrafo informa que os especialistas das Nações Unidas consideram a violência doméstica como uma epidemia escondida e destaca a quantidade de mulheres que já eram vítimas de violência doméstica antes mesmo do confinamento. O sexto parágrafo apresenta dados sobre o aumento de violência doméstica em países da América Latina, América do Norte e Europa, mas não informa sobre Portugal. Separado pela imagem do tweet de António Guterres escrito em inglês sobre a importância de prevenir a violência doméstica contra mulheres, o sétimo parágrafo traz os números de pedidos de ajuda em Itália que caíram mais de 50% durante o confinamento na qual o *Guardian* destaca poder ser por conta da alta demanda.

Separado pelo subtítulo “Relações de poder”, o oitavo parágrafo aponta para a fala de Beatriz Santana, técnica do gabinete de apoio à vítima da UMAR na qual afirma que o confinamento fez com que as pessoas não tivessem mais capacidade de gerir duas emoções e destaca as mulheres, crianças e idosos como grupos vulneráveis. O nono parágrafo menciona que a ansiedade, frustração e pânico causados pela pandemia fizeram aumentar a tensão da violência doméstica e indica que a Organização Internacional do Trabalho aponta que a maioria dos desempregados serão mulheres. O décimo parágrafo realça que a perda do emprego pelas mulheres as deixa dependentes dos maridos, conforme indica Beatriz Santana e revela que a violência mais recorrente é a psicológica. O décimo primeiro parágrafo indica que a maioria das vítimas acaba por desenvolver depressão e indica que tem muito medo de perder a guarda dos filhos ou de caírem na pobreza pois são dependentes financeiramente. O décimo segundo parágrafo alerta para o futuro aumento do número de denúncias depois do confinamento e menciona que as linhas de apoio podem estar sendo interrompidas por conta dos profissionais da saúde estarem sobrecarregados com a pandemia, conforme indica o relatório das Nações Unidas.

Separado pelo subtítulo “Respostas dos governos”, o décimo terceiro parágrafo alerta que os governos sabiam da “epidemia escondida” de violência doméstica, de

acordo com o *New York Times* na qual já haviam sido apresentados indícios em Wuhan, na China e aponta que estão a ser postas em práticas medidas que protejam as vítimas com campanhas e linhas de apoio. O décimo quarto parágrafo menciona diversas campanhas implementadas em Argentina, França, Bélgica e Grécia e o décimo quinto parágrafo indica que as respostas às vítimas sempre foram de responsabilidade das organizações da sociedade civil na qual houve uma reorganização com o teletrabalho e houve queda no financiamaneto, segundo alerta de António Guterres. Por fim, o décimo quinto parágrafo alerta para as políticas governamentais que terão de ser desenhadas no médio e longo prazo, segundo as Nações Unidas, que cita como exemplo o caso das epidemias de Zika e Ebola na América do Sul e África, respectivamente.

De acordo com a análise de avaliação de Bardin (1977), o locutor apresenta-se informativo perante aos objectos falados visto que utiliza diversas fontes de emissão que tem credibilidade. A imagem de uma mulher com as mãos ao rosto no início da matéria remete a uma vítima de violência a tentar se proteger do agressor. É possível inferir que as fontes de emissão buscaram-se posicionar perante ao assunto de forma a alertar o público sobre o grave problema da violência doméstica.

Segundo a análise de enunciação de Bardin (1977), foi elaborado um sentido entre a divulgação da imagem e do texto, de forma que o primeiro torna-se complementar ao segundo. Nesse sentido, a análise de expressão de Bardin (1977) realça que o discurso do locutor condiz com o meio jornalístico, pois apresentou-se imparcial durante toda a matéria e fez uso de trechos das fontes de emissão para posicionar-se perante ao assunto.

A postagem 10 é o compartilhamento da matéria “Dos 284 casos de violência no namoro, 11,6% das vítimas correram risco de vida” do Público divulgado pelo *Feministas em Movimento* no dia 18 de abril de 2020 e foi enquadrado como Violência no Namoro.

A matéria é assinada pela Agência Lusa e busca a divulgação dos dados do Observatório da Violência no Namoro na qual revela que a maioria dos casos são de ex-namoradas e a média da idade das vítimas é de 23 anos, conforme indica linha de apoio. De acordo com a análise categorial de Bardin (1977), o primeiro parágrafo menciona

que o número de denúncias recebidas a destacar que a maioria dos agressores são homens e traz a quantidade de vítimas que correram risco de vida. O segundo parágrafo aponta que a maioria dos casos foram denunciados por ex-vítimas, seguido de testemunhas e então de actuais vítimas sendo a maioria delas mulheres e os agressores jovens homens com média de 25 anos. O terceiro parágrafo realça a relação dos agressores e vítimas e o perfil delas, na qual a média de idade é de 23 anos, a maioria é portuguesa, heterossexual e estudantes. O quarto parágrafo menciona os locais onde ocorreram as práticas de violência sendo a maioria na habitação, seguido da rua, estabelecimento público e estabelecimento de ensino e ainda teve um percentual relativamente a violência online praticada. O quinto parágrafo indica as tipologias de violência com mais ocorrência a destacar a violência psicológica, violência emocional, violência verbal, perda de controlo, violência física, violência social, perseguição e violência sexual. O sexto parágrafo traz a porcentagem de vítimas que precisaram receber tratamento médico por conta das agressões, a quantidade que sofreram ameaças de morte e que foram hospitalizadas em consequência da agressão sofrida. O sétimo parágrafo realça as principais causas da violência durante o namoro a destacar o ciúmes na maioria dos casos, problemas mentais da pessoa agressora, consumo de álcool e drogas, problemas familiares, conduta da vítima, influência dos amigos e dificuldades económicas do agressor. O oitavo parágrafo relata em quais cidades houve mais ocorrência de casos, liderado por Porto, Lisboa e Braga e indica que a maioria das situações não foram denunciadas às autoridades, uma vez que trata-se de uma plataforma informal de situações de violência no namoro. Por fim, o nono parágrafo traz informações sobre o Observatório da Violência no Namoro na qual se trata de uma iniciativa da Associação Plano I no âmbito do Programa UNI+.

De acordo com a análise de avaliação de Bardin (1977), o locutor apresenta-se informativo perante aos objectos falados no qual, a partir da fonte de emissão utilizada na matéria, é possível inferir que a utilização dos dados do Observatório da Violência no Namoro trouxe credibilidade ao conteúdo. A imagem de um casal de costas e a menina deitada no ombro do homem transparece a ideia do texto.

Segundo a análise de enunciação de Bardin (1977), foi elaborado um sentido entre a divulgação da imagem e do texto, de forma que o primeiro é complementar ao segundo pois remete a ideia de namoro refletida no texto. Dessa forma, a análise de expressão de Bardin (1977) realça que o discurso condiz com o meio jornalístico, uma vez manteve a imparcialidade durante todo o texto ao apresentar os dados do Observatório da Violência no Namoro.

A postagem 12 é o compartilhamento da matéria “O confinamento é ‘uma lua-de-mel para os agressores’?” do Diário de Notícias publicado pelo *Feministas em Movimento* no dia 27 de janeiro de 2021 e foi enquadrada como Violência no Namoro.

A matéria é assinada Fernanda Câncio e Valentina Marcelino e aponta para a diminuição dos casos de violência doméstica em 2020 do que em 2019, mas houveram mais presos por esse crime, mais medidas de coação e tele-assistência, conforme apresenta a linha de apoio. Segundo a análise categorial de Bardin (1977), ao divulgar a matéria, o movimento replicou a fala da presidente Elisabete Brasil que é citada ao longo do texto. O primeiro parágrafo destaca que os números só serão reconhecido quando tiverem publicação do Relatório Anual de Segurança Interna e revela o decréscimo do registo de casos de violência doméstica e o segundo parágrafo realça que houve uma subida de casos denunciados em relação a 2018 e compara as percentagens registadas em janeiro/março, abril/junho, julho/setembro e outubro/dezembro. O terceiro parágrafo traz os números registados pela Guarda Nacional Republicana (GNR), sem a participação da Polícia de Segurança Pública (PSP), o que indica uma diminuição do número de participações e aponta para a diminuição das denúncias registadas durante o primeiro período de confinamento (19 de março de 2020 a 3 de maio de 2020). O quarto parágrafo menciona que nos últimos três meses de 2020 também houve uma diminuição em relação a 2019 e indica que fora esse período e os meses de março e abril, a GNR registou um aumento no número de denúncias relativamente ao ano anterior.

Separado pelo subtítulo “Há mais medidas de coação e afastamento”, o quinto parágrafo destaca que o número de mortes é inferior ao registado em 2019 e compara

com 2018, que teve mais registos que os anos posteriores. O sexto parágrafo indica que a Comissão para Cidadania e Igualdade de Género (CIG) começou a registar os números de violência doméstica em 2019 na qual estão contabilizadas mortes ocorridas no contexto conjugal ou análoga. O sétimo parágrafo aponta que no período de outubro/dezembro houve crescimento da aplicação de medidas de coação e afastamento das pessoas abrangidas por tele-assistência. O oitavo parágrafo remete a diminuição da participação da GNR e PSP em relação a 2019, o aumento de medidas de coação e afastamento do agressor, daqueles que necessitam vigilância eletrónica e de pessoas abrangidas por tele-assistência.

Separado pelo subtítulo “Tinha pesadelos na primeira semana de confinamento”, o nono parágrafo menciona o trecho da fala da secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade, Rosa Monteiro, e indica que o aumento das medidas de coação e afastamento fez com que as vítimas denunciassem mais. O décimo parágrafo aponta para o aumento do número pedidos de tele-assistência e do apoio de familiares e amigos em relação à vítima, de acordo com a fonte. O décimo primeiro parágrafo realça que é necessário distinguir aquilo que chega às forças de segurança e a realidade dos apoios e atendimentos. O décimo segundo parágrafo menciona um trecho em que a fonte temia uma explosão de casos de homicídios e o décimo terceiro parágrafo alerta para a vigilância dos vizinhos perante aos agressores, conforme indica a fonte. Já o décimo quarto parágrafo realça o trecho da entrevista de Daniel Cotrim, Associação de Apoio à Vítimas (APAV) na qual afirma que o agressor viveu no período do confinamento uma ideia mentirosa de que a pessoa está com ele porque quer e indica a diminuição da violência física e aumento da violência sexual e psicológica.

Separado pelo subtítulo "Acho que aumentou exponencialmente neste período", o décimo quinto parágrafo apresenta um estudo “Violência Doméstica em tempos de Covid-19” realizado Escola Nacional de Saúde Pública (Universidade Nova de Lisboa) na qual revela que 34% sofreram violência pela primeira vez durante a pandemia e que a maioria foi vítima de violência psicológica. O décimo sexto parágrafo destaca que o estudo realizado online revela que a maioria das vítimas são mulheres que não procuraram ajuda ou fizeram qualquer denúncia e destaca o trecho da coordenadora do

estudo, Sônia Dias que indica haver alta no número de casos não reportados oficialmente. O décimo sétimo parágrafo alerta para a diminuição dos pedidos registado pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) nos primeiros meses de confinamento, conforme menciona Daniel Cotrim, e o décimo oitavo parágrafo aponta que, segundo a fonte, o número de casos registados não corresponde a realidade, pois acredita que a ocorrência tenha aumentado e realça que em setembro de 2020 foi possível identificar como a crise económica afetou as mulheres. O décimo nono parágrafo menciona a frase de Elisabete Brasil, presidente do *Feministas em Movimento* e indica que as vítimas sentem uma maior instabilidade em situação de confinamento e vigésimo parágrafo aponta que o atendimento da FEM começou em agosto de 2020 e a presidente revela que a maioria dos casos vinha de antes da pandemia.

Separados pelo subtítulo ""Sentimos um grande silêncio", o vigésimo primeiro parágrafo indica que apesar do crescimento de serviços de atendimento durante o confinamento, verificou-se um inesperado silêncio nos dois primeiros meses, conforme indicou Alexandra Dourado da União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR). O vigésimo segundo parágrafo revela que foi esperado um aumento de denúncias com a imposição do teletrabalho e alerta para o facto de que as mulheres que saíram de casa durante o período não tinham filhos, conforme menciona a fonte, e o vigésimo terceiro parágrafo indica que as mulheres que tem filhos não saem de casa a fim de protegê-los por conta dos agressores impedirem elas de saírem de casa mas ressalta que, a partir de junho, começaram a sair de casa com as crianças. O vigésimo quarto parágrafo menciona um aumento de situações relativas a saúde mental que começou logo a partir de março e o vigésimo quinto parágrafo destaca que o pânico pode ter contribuído para a violência ser menor, conforme indica o sociólogo Manuel Lisboa.

Separado pelo subtítulo "As vítimas podem ter entrado em hibernação", o vigésimo sexto parágrafo destaca que Manuel Lisboa está a desenvolver um trabalho de investigação no departamento de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa a fim de fazer uma radiografia geral da violência contra mulheres e revela que o trabalho foi surpreendido pela pandemia nos quais os primeiros dados surgiram em maio. O vigésimo sétimo parágrafo revela que o ambiente foi perfeito para os agressores e

destaca que os dados da Europa eram muito assimétricos se comparados com os da América Latina, na qual houve aumento de casos. O vigésimo oitavo parágrafo alerta para uma diminuição nas denúncias porque quando o agressor descobre que está a perder o controlo, ele se torna mais violento, conforme indica Manuel Lisboa. O vigésimo nono parágrafo realça que houve uma leve diminuição de mortes e queixas registados a polícia mas os casos de violência foram muito maiores em 2019 o que pode estar relacionado com a mediatização, conforme indica Manuel Lisboa. Por fim, o trigésimo parágrafo destaca que teve haver uma morte de uma criança para perceberem que se trata de um assunto que diz respeito a todos, conforme indica o sociólogo.

De acordo com a análise de avaliação de Bardin (1977), o locutor apresenta-se informativo e detalhista perante aos objectos falados na qual utiliza as fontes de emissão para detalhar os dados colectados na pesquisa. É possível inferir que as fontes de emissão enriqueceram a matéria em termos de conteúdos e tornaram-a mais interessante. A imagem de mulheres gritando com cartazes a pedir “pare a violência” traz a legenda que especifica se tratar de uma manifestação ocorrida em Lisboa contra a violência sobre as mulheres.

De acordo com a análise de enunciação de Bardin (1977), foi elaborado um sentido entre a divulgação da imagem e do texto, de forma que o primeiro é complementar ao segundo pois remete a uma forma de combater a violência doméstica. Nesse sentido, a análise de expressão de Bardin (1977) permite inferir que o discurso condiz com o meio jornalístico, uma que vez que manteve a imparcialidade durante todo o texto mesmo com a divulgação de dados e utilização de diversas fontes de emissão.

A postagem 36 é um comunicado “A violência no namoro também é violência doméstica” publicado pelo *Rede 8 de Março* no dia 14 de fevereiro de 2020 e foi enquadrado como Violência no Namoro.

A postagem é um comunicado publicado a divulgar um estudo realizado em que revela que mais de 50% das jovens relatam já terem sido vítimas de comportamentos violentos e convocar as mulheres para a greve feminista organizada pelo movimento. Segundo a análise categorial de Bardin (1977), o primeiro parágrafo destaca o estudo

realizado pela União de Mulheres Alternativa e Resposta e pela Associação Plano I em que maioria das jovens acha legítimo o controlo e perseguição. O segundo parágrafo menciona que o confinamento propiciou o aumento na utilização da internet a enfatizar o consumo de conteúdos pornográficos. Separado pela frase “Os agressores continuam a ser maioritariamente homens”, o terceiro parágrafo indica que esse tipo de violência surge como forma de comportamentos com objectivo de controlar, dominar ou humilhar e faz um apelo as mulheres para não cederem a essas atitudes. Separado pela frase “A violência nunca pode ser tolerada, seja física, sexual, psicológica, verbal ou social”, o quarto parágrafo realça as exigências realizadas pelos movimentos feministas como política de educação sexual e feminista inclusiva, o investimento em casas de refúgio públicas e a disponibilização e ampla divulgação de serviços de apoio à vítima e, por fim, faz um apelo para as mulheres se juntarem a construção da Greve Feminista.

Segundo a análise de avaliação de Bardin (1977), o locutor apresenta-se opinativo perante os objectos falados na qual justifica-se visto que é a própria fonte de emissão. A imagem de uma mulher a segurar um cartaz escrito “#8M parem de nos matar!” com fundo roxo e acima escrito em branco “Violência no namoro também é violência doméstica”, ao lado esquerdo da mulher com cartaz, há ainda os dizeres “fim à violência machista! Junta-te à construção do 8M”, esta última destacada pela cor rosa, e abaixo “Por uma greve feminista antifascista e antirracista”.

De acordo com a análise de enunciação de Bardin (1977), foi elaborado um sentido entre a imagem e o texto, de forma que o primeiro é complementar ao segundo pois o design atrativo chama atenção do leitor para o comunicado. Dessa forma, a análise de expressão de Bardin (1977) permite inferir que o discurso condiz com o meio da militância feminista, uma vez que é um discurso fortemente opinativo, com posicionamentos e que faz apelo para as mulheres participarem da greve feminista, característica recorrente também por ser a própria fonte de emissão.

A postagem 30 é um comunicado sobre todos os tipos de violência publicado pelo *Rede 8 de Março* no dia 8 de maio de 2020 e foi enquadrado como Violência Racista.

A postagem é uma nota de repúdio contra todos os tipos de violência racista, exclusão social e subalternidade. De acordo com a análise categorial de Bardin (1977), o primeiro parágrafo refere que a nota de repúdio se deve a propostas racistas realizadas pelo deputado do Chega e o segundo parágrafo destaca que há uma concentração de uma minoria étnica baseada no preconceito e caracteriza os crimes mais praticados contra elas. O terceiro parágrafo indica que o movimento feminista está presente na luta contra o racismo e as mulheres ciganas e, por fim, finaliza com a #AlutaFeministaTemDeSerAntirracista.

De acordo com a análise de avaliação de Bardin (1977), o locutor apresenta-se opinativo a partir de diversos posicionamentos emitidos perante os objectos. A fonte de emissão, neste caso, é o próprio movimento devido a divulgação da nota de repúdio, o que permite inferir que está engajado na causa e busca e não procura omitir opiniões sobre assuntos atuais. O texto tem junto a imagem com fundo roxo nas cores rosa escrito “Nota de repúdio” com microfone ao lado e abaixo escrito em branco contra todo tipo de racismo, exclusão social e subalternidade.

Segundo a análise de enunciação de Bardin (1977), a imagem funciona de forma complementar ao texto, uma vez que o design apelativo com as cores que remetem ao feminismo chamam atenção do leitor para saber sobre o que é a nota de repúdio. De acordo com a análise de expressão de Bardin (1977), permite inferir que o discurso novamente condiz com a militância feminista, uma vez que não se omite em opinar e repudiar aquilo que não acreditam ser aceitável.

Apêndices

Apêndice 1

Gerais

1. Como surgiu o movimento?
2. Como surgiu a ideia de criar a página e quais os seus objetivos?
3. Qual é o critério para seleção e produção dos posts?
4. O que mudou em relação a dinâmica da produção e divulgação dos posts do ano passado (sem pandemia) e esse ano? critérios etc
5. De que forma você acha que os posts sobre violência doméstica na pandemia impactam as vítimas? E o público em geral?
6. Qual o papel do ciberativismo no combate à violência doméstica?
- 7.

projeto de cidade de lisboa acolhimento a mulheres vítimas de violência
janeiro 2021 - estudos feitos por instituições credíveis - violência de gênero e violência doméstica
postagens alcançam mais 6 mil pessoas

Específicas

1. Verifiquei que os principais formatos de posts foram conteúdos jornalísticos, há alguma razão para tal?
2. Verifiquei um número maior de posts no primeiro confinamento do que no segundo, há alguma razão para isso? Existe uma correspondência entre número de casos de violência doméstica e atividade online nas redes sociais ou essa correspondência não faz sentido?

ALMERINDA BENTO - [Entrevista online de Almerinda Bento concedida à autora dia 10/03/2021 às 10h].
Duração: 44min32s

1. Como surgiu o movimento?
Nossa associação é ainda muito jovem, surgiu em julho de 2019, a partir de um grupo que algumas mulheres que já tinham experiência associativa em movimentos feministas e com trabalho concreto em várias áreas dos feminismos desde ligações internacionais como trabalho concreto em casas de abrigo e atendimento a mulheres vítimas de violência portanto, tínhamos um historial, havia um conjunto de mulheres que constituíram a associação com um historial já antigo e, entretanto, outras mulheres nomeadamente das universidades, portanto, da academia que andavam e que estão a fazer o doutoramento em estudos de género e nesta área, portanto, decidiram-se constituir como associação. A associação tem o âmbito, pelo menos tem uma perspetiva bastante ampla de trabalho porque achamos que a interseccionalidade é fundamental no trabalho de uma associação feminista e portanto temos uma visão em termos do trabalho social e o trabalho das áreas do feminismo que não se restringe apenas ao trabalho com as mulheres, mas tem uma visão holística e interseccional porque achamos que o mundo tem que ter de facto esta abrangência, tem que ter essa visão e portanto, as questões nomeadamente adiantais e nomeadamente as questões do racismo, as questões dos direitos sexuais, as questões relacionadas as diferentes idades das mulheres, as questões dos direitos LGBTQI, portanto, todos os esses aspetos são aspetos que interessam e que são preocupações da FEM no sentido da sua intervenção, portanto, quando nós surgimos tínhamos e temos, de facto, essa visão interseccional do trabalho. Entretanto, constituiu-se

como lhe disse a nossa associação em julho de 2019, portanto, digamos que teve uma atividade até que inicial mas interessante logo na fase inicial, entretanto, surge a pandemia e a pandemia veio a tornar o nosso trabalho muito mais difícil, por causa da distância, por exemplo, a nossa presidente está nesse momento com a responsabilidade de um gabinete de mulheres vítimas de violência em Lisboa, portanto, é um projeto que tem a universidade como promotora e a Câmara Municipal também e, portanto, a FEM tem esse trabalho na cidade de Lisboa e temos outros projetos que queremos implementar mas, de facto, para uma associação muito nova como é a nossa o facto que vos ter surgido este problema de distanciamento e de menor capacidade de intervenção devido a pandemia, de alguma forma, não nos ajudou muito nessa fase inicial, de qualquer formas, temos continuado a intervir e de facto é através das redes sociais que nós de alguma forma tentamos dar algum sinal da nossa presença e da nossa vida.

2. Como que surgiu a ideia de criar a página do Facebook e quais os objetivos que procuram na divulgação das postagens?

Além da nossa página do Facebook, nós temos a nossa página do Instagram e temos o site. Digamos que de facto é o Facebook e o Instagram as redes sociais mais ativas, com mais visualizações, com mais interação. Hoje em dia, qualquer organização, qualquer associação não pode viver sem as redes sociais porque a sua ligação mais ampla ao mundo, e portanto, e uma das coisas que nos “preocupou”, se nos fez pensar nesta área, que criamos um grupo de trabalho na área da comunicação em que temos quatro pessoas que de alguma forma se organizam entre si e que distribuem trabalho e que por exemplo, eu sou uma das pessoas que tem a responsabilidade de manutenção do Facebook. Para lhe dizer que durante a primeira fase da vida da FEM quem esteve com o Facebook é uma companheira nossa que neste momento já não está aqui e portanto, digamos que foi a partir de janeiro deste ano que eu fiquei com a responsabilidade da página do Facebook.

3. Quais são os critérios das postagens, é uma das perguntas que está a me colocar, não é? Nós todos os dias olhamos para as notícias e vamos selecionar dentre as notícias aquelas que de alguma forma temos interesse e que sejam colocadas no Facebook, portanto, as origens são muito diversas mas o critério é que sejam notícias credíveis, portanto, hoje em dia as fake news são o pão nosso de cada dia e portanto é preciso ter muita atenção relativamente aos critérios de forma que a página do facebook não seja um instrumento de transmissão de notícias falsas, mas sim de ter a garantia que as notícias e postamos são verdadeiras portanto isso pra nós é um critério fundamental e que tipo de notícias nós colocamos são muito diversas, só pra lhe dizer, logo na fase inicial que eu comecei a pegar no Facebook, como lhe disse, em janeiro deste ano, por exemplo, colocamos uma notícia sobre uma mulher trans assassinada, uma mulher brasileira trans assassinada chamada Angelita e essa notícia foi logo uma notícia com imensas pessoas alcançadas e com imensas interações, quase 2 mil e, por exemplo, quando assinalamos o assassinato de outra mulher trans que foi assassinada há uma série de anos que era Gisberta foi também um post muitíssimo visualizado e com imensas interações. Recentemente a FEM fez um comunicado de repúdio por aquela notícia do rapaz que violou uma rapariga e que veio se vangloriar para as redes sociais de que tinha violado a rapariga, por exemplo, a FEM, portanto, fez um comunicado a repudiar isso e é outro dos nossos posts com muitas e muitas visualizações. Quando foi o dia dos namorados, fizemos também outra postagem, é outro dos nossos posts com muitas visualizações. Quando se comemorou o dia em que se assinalou o aniversário da despenalização do aborto em Portugal também. Portanto, há uma série de posts que tem muitos likes, que tem muitas visualizações e é engraçado que não são aqueles que tem apenas uma imagem apelativa, porque por exemplo, o nosso comunicado de imprensa de repúdio ao violador era um texto corrido, não tinha nada para além do nosso logo, não tinha nenhuma imagem que pudesse ser chamativa e foi de facto um post muito visualizado. Depois, houve uma altura, nomeadamente no final de janeiro, que houve uma série de notícias relacionadas com violência doméstica e violência de género que são duas questões diferentes e essas notícias como tava a dizer, eram essencialmente estudos feitos por instituições credíveis e por instituições europeias e nacionais e portanto houve uma série de dias em que a maior parte das nossas postagens tiveram a ver com esta temática, sobretudo

com esta temática, mas depois ao longo do tempo temos sempre o cuidado de assinalar as efemérides, por exemplo, a primeira manifestação feminista que teve em Portugal foi em 1975 aniversários de mulheres como por exemplo a Maria Domingues de Silva, a Virgínia Wolf, a Paola Rego, a Gláido Cabedo, Rosa Pax, portanto, o conjunto de efemérides que nós achamos interessantes porque se forem mulheres relevantes, se forem mulheres significativas e são mulheres que o mais cedo são feministas e tem a obrigação de assinalar ou por ter sido a data, geralmente, postamos pela data do nascimento mas, por exemplo, a Silvia Pax pusemos a propósito do dia em que ela se suicidou depois também temos a preocupação de postar estudos não só sobre as questões de violência de género mas também estudos que analisam a situação das mulheres relativamente a precariedade, ao desemprego, a questão do impacto que a pandemia teve na vida das mulheres não só ao nível da violência mas também ao nível do desemprego e da precariedade, temos a preocupação de fazer postagens relativamente a diferença salarial de mulheres e homens. Depois, há outro aspecto que eu penso que são interessantes, nós temos aquela visão de olhar e publicitar também ações ou tomadas de posição de outras associações feministas, de outras associações de mulheres e até outras associações que de alguma forma tem uma visão e uma perspetiva que não está longe da realidade da sociedade que as mulheres tem em particular, portanto, por exemplo, quando uma associação faz uma determinada atividade ou quando tem um aniversário, portanto, nós assinalamos também essas questões. Nós estamos no mundo, portanto, nós não somos uma ilha e portanto temos a preocupação também de ir dando notícias sobre o que se passa no mundo, ainda outro dia pusemos uma notícia sobre as mulheres de Gaza e as dificuldades que elas ainda tem ainda numa grande sujeição aos maridos, nomeadamente conduzir automóveis, pusemos também uma notícia sobre o problema dos casamentos infantis na Índia. As nossas fontes como eu disse, são várias, temos a preocupação de olhar para os jornais e perceber o que dos jornais nos interessa a ver, há muitas notícias que às vezes são notícias avulsas, o que nos interessa mais são notícias que tenham de facto uma abrangência e um impacto e que tem uma visão da situação das mulheres e que portanto, os estudos como eu disse e determinadas notícias. Ainda ontem eu via uma notícia no Público que dizia que as juízas, quando estão a julgar casos de violência, tem uma atitude mais proativa digamos assim, uma condenação dos agressores que dos juizes homens. Estudos de várias fontes e por exemplo temos postagens que fomos buscar na CGTP, temos postagens do SPGL e que nós por exemplo fizemos ano passado um estudo no final do ano letivo 2019/2020, fizemos um estudo dirigido as professoras para perceber qual que tinha sido o impacto da pandemia nas pessoas vivas e portanto, fizemos esse estudo, aliás, apresentamos esse estudo numa iniciativa no SPGL no Sindicato dos Professores da Grande Lisboa. Também vamos buscar notícias também a determinadas posições relacionadas com a vida das mulheres, por exemplo, a própria esquerda. As nossas posições são de facto diversas mas temos de facto esse cuidado da credibilidade e da sustentabilidade daquilo que colocamos no nosso Facebook.

4. Falando um pouco mais sobre esse contexto da pandemia, o que mudou em relação a dinâmica da produção e da divulgação das postagens do ano passado, e do ano passado eu digo mais de 2019 e o início de 2020 quando não tinha pandemia e esse ano com a pandemia?

Como eu lhe disse, tenho alguma dificuldade em fazer esse trabalho de análise comparativa porque apesar de eu estar na associação desde o início eu não estava com a responsabilidade, as redes sociais né, era apenas uma leitora digamos assim e, portanto, não tenho como comparar mas sei até pela sensibilidade da Raquel que era a nossa companheira que administrava o Facebook que ela tinha a mesma visão que eu tenho. Eu neste momento sou de facto a pessoa que faz essa tarefa e a Raquel certamente tinha uma visão muito semelhante mas, como lhe digo, é difícil para mim ter essa análise feita e poder lhe dar uma resposta que auxilie nisto, porque efectivamente eu comecei a trabalhar na estrutura do trabalho neste momento muito agudo da pandemia em janeiro, portanto, a partir de janeiro, quando as pessoas começaram a ficar em casa e, portanto, muito confinadas, foi só a partir dali que eu comecei a trabalhar e aquilo que eu estive a dizer até agora no fundo, foi um bocado um resumo daquilo que foi a minha preocupação relativamente a aquilo que era postado no Facebook.

Certo.

Não ajuda muito, mas é aquilo que eu lhe posso dizer porque de facto uma coisa é estar a trabalhar no concreto e a fazer a manutenção do Facebook, outra coisa é ser uma observadora de fora que ocasionalmente vai ao Facebook, nem sequer vai todos os dias, é diferente.

5. Claro, com certeza, mas não há problema nenhum. Portanto, de que forma você acha que os posts sobre violência doméstica durante a pandemia impactam as vítimas e o público em geral? Qual que tu pensas que é o alcance das postagens?

Nós temos postagens com visualizações de facto muito elevadas e, portanto, temos também feedback de outras associações e de outras pessoas individualmente relativamente ao impacto da nossa página e temos tido, o que é ótimo, feedbacks bastante positivos relativamente a nossa página e também o Instagram, eu de facto não estou com o Instagram, é outra companheira, e ela tem um trabalho muito interessante e de grande sensibilização e de formação de públicos relativamente também a história das mulheres mas a nossa página tem, neste momento, penso que estamos com quase 5 mil pessoas a seguir a nossa página e temos muita gente, portanto, muitos posts com pessoas alcançadas, cerca de 6 mil, e muitas interações e diariamente os nossos posts tem muitas partilhas e tem muitos gostos agora nós de facto não temos a capacidade de perceber quem são as pessoas que nos visualizam para além de sabermos que temos muitas organizações, muitas associações, que ao seguirem a nossa página vão, de alguma forma, seguindo o que nos estamos a fazer e seguindo as notícias que colocamos, gostaríamos, efectivamente que a nossa página fosse um meio de formação de públicos de chegar a pessoas e de alguma forma sermos um instrumento que ajude as pessoas nomeadamente a procurarem ajuda ou encontrarem uma forma de responder os seus problemas, portanto, é este também o nosso objetivo com a nossa página e no fundo, com a nossa associação.

6. Ok. Então, o meu trabalho aborda também o ciberativismo que é justamente essa forma de ativismo online promovida pelos movimentos feministas. Qual que tu pensas que é o papel do ciberativismo, do ativismo digital, no combate a violência doméstica?

Eu acho que o trabalhar aqui através das redes sociais permite chegar a muita gente, a muitas organizações e sobretudo permite partilhas e a criação de redes de ativismo que ajudem aqueles objetivos de uma associação feminista sejam alcançados, portanto, nós sabemos que hoje em dia as redes sociais são, um pouco, o rosto das organizações, naturalmente que as redes sociais e, nomeadamente, falo da rede, tem a intenção de publicitar aquilo que são as tomadas de posição da associação, mas, na medida em que não nos limitamos a isso e, na medida em que queremos de uma forma até solidária postarmos, publicitarmos e divulgarmos posições de outras associações que de alguma forma se associam a nós e tem ligação a nós, nós achamos que de facto esta partilha e essa capacidade de nos solidarizarmos é também uma forma importante de criarmos redes e, de alguma forma, ajudar a criar movimentos sociais e movimentos de luta pela igualdade, de luta contra a discriminação, de luta por um mundo melhor.

7. Claro, e então analisando, com eu já fiz a análise do conteúdo das postagens, eu defini dois períodos de análise, eu analisei do dia 18 de abril de 2020 ao dia 18 de maio de 2020, a fim de apanhar o primeiro período do confinamento e então, para apanhar o segundo confinamento, eu decidi analisar as postagens do dia 15 de janeiro ao dia 15 de fevereiro e, portanto, eu identifiquei na vossa página os principais formatos de posts foram justamente os conteúdos jornalísticos, conteúdos postados por outros meios de comunicação, há alguma razão por ser esse o formato mais recorrente?

Eu penso que portanto foi também uma primeira fase da minha atividade nesta tarefa e, portanto, estava também em uma fase de aprendizagem, de iniciar esse trabalho e eu penso que certamente tem a ver com isso, para além de que todos os dias eu recebo por parte da presidente da FEM, a Elisabete Brasil, recebo um email com os tipos jornalísticos focados nas questões da violência, da violência sobre as mulheres, e, de facto, como acho que há um bocadinho disse houve uma altura que eu penso que foi em finais de janeiro que houve,

portanto, foram publicados uma série de estudos feitos sobre o impacto da pandemia e questões muito focadas sobre a violência de género e, portanto, eu acho que houve ali um período em que de facto eu coloquei no site essencialmente esse tipo de notícias, notícias jornalísticas, que achei que tinham interesse, acho que foram desde o dia 27 de janeiro, foram vários posts sobre o tema da violência de género e associados a estudos que surgiram nos média e em um desses posts, até havia um destaque a uma declaração feita pela nossa presidente, pela Elisabete Brasil, e, portanto, houve de facto essa preocupação de fazer isso.

8. Certo então. Eu verifiquei também um número maior de postagens no primeiro confinamento do que no segundo, há alguma razão para isso, por exemplo, existe alguma correspondência entre o número de casos de violência doméstica e a atividade online nas redes sociais ou achas que essa correspondência não faz sentido?

Pronto, de facto na primeira fase eu não sei como era, de qualquer forma, o que aconteceu na primeira fase do confinamento foi um período que até nem houve muitas queixas reportadas às autoridades policiais porque as mulheres estavam confinadas e estavam confinadas com o agressor mas nós também percebemos que isso não correspondeu a menor violência. É natural que a Raquel tenha tido a preocupação de fazer postagens que de alguma forma dessem a perceber que o facto de estarem a ser reportados casos de violência não queria dizer que a violência tinha deixado de existir pode ter sido esse o motivo pelo qual ela fez essa preocupação, teve essa preocupação, teve essa necessidade, mas essa é a minha leitura de uma coisa que eu realmente não sei.

Claro.

Eu não sei se respondi a tua pergunta.

Sim, claro. Eu também escolhi, optei no primeiro principalmente no primeiro período do confinamento eu optei pelo período do dia 18 de abril ao dia 18 de maio justamente para pegar um período em que o confinamento em que já havia o plano de desconfinamento em vigor e, dessa forma, tentar captar se houve mais denúncias de violência doméstica uma vez que as mulheres saíram do confinamento e pronto, no segundo confinamento então, eu decidi analisar mesmo o período do confinamento em si e o que eu identifiquei foi que de facto no primeiro período teve muitas postagens sobre violência doméstica e no segundo período não foi tão recorrente esse número de postagens.

Maria Antonia, eu também não sei se eu disse até agora, mas assim, todos os dias eu de facto tenho uma relação de casos, até casos pontuais, casos individuais, mas a minha filosofia e a minha preocupação não é de fazer postagem desses casos pontuais, mas sim fazer uma postagem que seja mais abrangente, que dê uma visão mais ampla do que propriamente apresentar todos os dias o fulano de tal com 32 anos matou a mãe, ou matou a mulher, quer dizer, penso que esse tipo de pequenos e terríveis casos não me interessam serem colocados no Facebook da FEM, portanto, tenho de facto uma visão de escolher aquilo que eu acho que é relevante para dar uma ideia global daquilo que se passa e daí estar a escolher por exemplo as tais notícias jornalísticas em que aparece um estudo ou que aparece uma conferência sobre um determinado tema porque acho que isso é mais relevante para a formação e a visão de quem lê o Facebook sobre o fenómeno da violência de género.

Claro, então, falaste anteriormente que o movimento tem um projeto em Lisboa de acolhimento a mulheres vítimas de violência doméstica, podes me falar um pouco mais, como funciona esse projeto? Se há alguma divulgação na página ou é mais um projeto a parte?

Ele aparece divulgado quer na página quer no Facebook quer no site. Portanto, se fores a página da FEM logo a encabeçar aparece o nome do projeto, aparecem os contactos, aparece, portanto, o horário do atendimento para que as pessoas que queiram acolher, portanto, recorrer aliás ao serviço saibam como se dirigir, portanto, qual o horário, etc. Aparece essa informação na página, aparece aliás logo destacado. Portanto, isto é um projeto de atendimento a mulheres vítimas de violência, portanto, é um projeto em que a FEM está a trabalhar de acordo com o projeto da Universidade Nova de Lisboa e com o acolhimento da Câmara Municipal de Lisboa, portanto, a Universidade Nova de Lisboa teve um financiamento, contratou a FEM para fazer esse projeto e, portanto, de facto, estamos aí todos os dias, portanto, é uma equipa, penso que são três pessoas, que estão em permanência nesse espaço

e que atendem e acolhe mulheres vítimas de violência, portanto, o projeto iniciou-se a 17 de agosto e depois foi, portanto, teve um período experimental, digamos assim, de 3 meses, depois mais 3 meses, terminou agora em 15 de fevereiro se não me engano e está a continuar a funcionar, portanto, é neste momento, um projeto que tem uma utilidade grande para atender e para aconselhar mulheres vítimas de violência na cidade de Lisboa.

Aline Nunes, Rede 8 de Março [Entrevista online de Aline Nunes concedida à autora no dia 12/03/2021 às 21h] Duração: 23min44s

1. Como surgiu o movimento Rede 8 de Março? mais aqui em Portugal porque eu sei que é uma rede que está em vários países

Aqui em Portugal ele surgiu mais ativamente por volta de 2017/2018 pra construção da greve feminista de 2019, já havia... em anos anteriores já se fazia alguma manifestação, alguma coisa no dia 8 de março, mas o ano de 2019 foi para gente um marco porque foi quando começou a ficar mais organizado, foi quando foi produzido um manifesto, então foi como se tivesse sido realmente o reinício de uma produção, realmente de um manifesto de mais conteúdo. Surgiu muito, realmente, na sequência daquela situação global né, das manifestações na Polónia que tava acontecendo, depois com o livro o feminismo para os 99%, que é um bocado também a base da nossa greve e foi também nesse contexto porque a Rede é uma Rede, um conjunto de coletivos independentes e tudo mais e houve então essa junção de coletivos que já existiam e que aos poucos já faziam a sua luta de e juntarem para construírem o 8 de Março. A primeira vez assim teve uma reunião juntando os coletivos de várias cidades e depois então se decidiu fazer por núcleos né, cada cidade tem o seu núcleo e vai resolvendo as coisas a nível da cidade, mas nós também temos a integração nacional, o encontro nacional uma vez por mês e tudo mais, tanto que as nossas redes em geral são nacionais, são de núcleos.

2. E então, qual é a assim a finalidade da página, das redes sociais do movimento da divulgação das postagens?

Eu diria que nós temos duas ideias com as redes sociais, uma que é o óbvio que é chamar pessoas para o movimento, para participar das nossas reuniões, tanto que nós sempre fazemos as nossas reuniões abertas, na ação nacional, nós pretendemos publicitar sempre uma ação possível para chegar a novas pessoas né, pra não ficar sempre aquelas cinco pessoas que vão em tudo. Acho que chegar a novas pessoas, mas nós também queremos fazer a informação chegar, não é só no sentido de angariar pessoas pro nosso movimento, obviamente nós temos esse tipo de publicação quando nós estamos a divulgar um encontro nacional, ou uma reunião no Porto, ou uma reunião em Lisboa ou no Faro, é isso que nós queremos, é que as pessoas venham. Todo o resto das publicações são mais políticas é mais para mostrar o nosso ponto de vista e a dar conhecimento e muitas vezes também o que acontece é alguns coletivos ou grupos, talvez por acharem que nós tenhamos uma plataforma maior pedem para nós divulgarmos uma ação, um evento ou uma publicação. Nesse sentido, é efectivamente a informação chegar as pessoas.

3. Qual é o critério para a produção e para a seleção das postagens?

O critério é, lá tá, nós temos o nosso manifesto, nós temos princípios básicos da nossa luta né que é a luta feminista. Vou ser sincera, nós não temos efectivamente um critério muito pensado no sentido de isso entre e isso não entra, normalmente o que acontece é, geralmente existe um grupo que é responsável pelas redes sociais que é onde estou e aí alguma de nós vê alguma notícia ou alguma coisa e ok, vamos divulgar, porque isso faz sentido divulgar, ou seja, vai obviamente, se uma mulher é assassinada, é um caso de feminicídio, é quase óbvio né, que é uma pauta importante para nós porque nós somos um grupo feminista, a situação da violência contra mulheres e isso obviamente vai entrar, nós não vamos fazer uma publicação ou deixar passar, mas nós também entendemos por exemplo que a luta pelo direito da habitação também são a nossa pauta, tudo relacionado a luta antirracista, a luta antifascista, então eu diria assim, para nós é como se quase a luta feminista fosse também a luta antirracista e a luta antifascista, então acho que é um bocado isso, esse que é o critério, dentro dos nossos princípios, nós partilhamos.

4. Ok, então. E o que que mudou assim em relação a dinâmica e a produção da divulgação das postagens do ano passado, em meados de 2019, início de 2020, quando não tinha pandemia ainda e esse ano então, o resto de 2020 e agora 2021. Quais foram os critérios que mudaram, teve alguma dinâmica assim das postagens e mesmo do movimento, atividades do movimento que mudaram?

E então, primeiro houve uma, na verdade, desmobilização nossa, porque acho que quando a pandemia surgiu, ela surgiu para todo mundo e ninguém sabia muito bem o que fazer e nós éramos só pessoas que gostavam muito da presença, pronto, o que nós queremos é isso, um movimento feminista onde nós fazemos um espaço seguro e tal, então houve da nossa parte uma reticência em, por exemplo, fazer reuniões online e tudo mais, então provavelmente a tua análise deve resultar um pouco isso, que a página ficou um pouco de tempo parada, não teve tanto conteúdo, porque foi realmente um momento de nós nos reorganizarmos assim um pouco. Nós demoramos a voltar em reuniões e tudo mais, porque nós ficamos muito tempo a espera para que desse para fazer presencial. Como ficou claro que isso não seria possível, a nossa dinâmica mudou completamente porque passou a ser tudo online, todas as reuniões foram online e, por exemplo, nós dentro do nosso movimento, nós temos pessoas que diziam assim “não quero imprimir panfletos, não quero fazer nada por causa da questão ambiental” e havia um outro grupo que falavam assim, “não, mas nós temos que distribuir panfletos nas ruas, porque é assim que nós chegamos as mulheres, porque as redes sociais são elitistas” e então, teve que haver um bocado essa transformação de ok, as redes sociais hoje são a única coisa que nós temos, nós não vamos poder fazer esse tipo de panfletos na rua e na verdade está todo mundo usando as redes sociais e então houve essa mudança, houve esse aumento de importância, que foi dado mais importância esse ano, por exemplo agora já foi a preparação do 8 de Março, nós pagamos mais publicações, nós pagamos no Instagram e no Facebook, patrocinamos porque pronto, é a nossa única maneira de chegar a pessoas e em relação a nível de produção de conteúdo, também acho que ali realmente talvez tenham sido utilizados critérios, que houve também uma necessidade que foi muito sentida, eu própria senti, de passar a informação de o que as mulheres poderiam fazer para estarem seguras e então nós fizemos coisas como divulgar os números, pode ligar para o 112, e ali foi realmente uma necessidade que começou a vir aquelas informações muito assustadoras das mulheres, do momento de violência doméstica, por as pessoas estarem confinadas, logo no início da pandemia teve uma mulher que foi assassinada, se não estou em erro, nós também fizemos uma publicação e então nós sentimos realmente uma necessidade de estar a divulgar esse tipo de informação que acho que talvez normalmente nós não faríamos, não é uma coisa tão política, não é tanto uma produção de conteúdo, é uma informação por aí dura, por assim dizer, mas foi realmente uma necessidade e até foi uma publicação super simples que nós fizemos só com os números assim e acho que é uma das publicações que nós temos com maior alcance para mais pessoas e tudo mais, acho que é exatamente isso, porque as pessoas estavam todas muito desesperadas e muito preocupadas e aí então houve esse critério.

5. Falando mais sobre o Rede 8 de Março ser um movimento presente em vários países, de que forma você pensa que o movimento feminista em Portugal está articulado nesses tempos de pandemia? O movimento feminista como um todo?

Isto, mas em Portugal em específico.

Eu acho que tem sido um bocado, nós movimento feminista estamos correndo atrás do prejuízo porque acho que lá está, ainda há muitas pessoas tradicionais no sentido de “ah as coisas se fazem na rua” e resistência a fazer eventos online, a falar com pessoas no online, que não vai acontecer nada e tudo mais então acho que houve muita dificuldade em geral das pessoas compreenderem o momento e se adaptarem ao ativismo digital por assim dizer, e também acho que houve, aqui é uma crítica que eu faço a nós também, que acho que houve falta de olhar no sentido de tá muito complicado as coisas, ninguém sabe o que tá acontecendo, são tempos sombrios em vários sentidos e acho que era um momento de maior união dentro do movimento feminista, tipo deixar de lado certas divergências para “nós temos um problema muito sério e vamos nos unir, vamos fazer coisas e não ficar parado a discutir com questões internas e tudo mais, então acho que há muito o que correr atrás de tempo perdido.

6. Certo. De que forma tu achas que as postagens sobre violência doméstica na pandemia impactam o público?

Eu acho que podem impactar, por exemplo, eu vou a casos concretos, nós fizemos aquele texto grande de quando teve a primeira vítima de feminicídio no confinamento e depois nós fizemos esses menores com dados e pela primeira vez isso não voltou a acontecer, foi mesmo no início da pandemia e nós fizemos isso e nós tivemos algumas mulheres a nos mandarem mensagens a expor uma situação de violência doméstica e a pedir ajuda e assim, isso nunca tinha acontecido e não voltou a acontecer, eu acho que a questão era mesmo essa, as pessoas estavam tão desesperadas até no sentido de não saber por onde se virar, de não terem um apoio psicológico, de não terem nada, porque eu acho que qualquer pessoa que falasse alguma coisa era ok, eu estou sendo ouvida e pronto, o que a rede de apoio das mulheres que muitas vezes são amigas, são irmãs e as pessoas ficaram sem essa rede de apoio então de certa forma quando nós falamos da questão da violência algumas mulheres viram naquilo ok, alguém que se importa, e pediram informação. Para nós foi até um bocado desesperador porque nós efetivamente não tínhamos o que fazer, a não ser aconselhar ligar para tal lugar e eu não tenho formação psicológica, então eu não me sinto capaz de dar apoio psicológico para uma mulher, não é? Acho que até danos que podem acontecer, não é? Você dá conselhos errados, porque eu não sou psicóloga, então obviamente foi tudo no sentido de escutar, orientar e encaminhar para as pessoas corretas, então teve esse impacto. Outro impacto que eu acho que pode ter e aí eu já acho que é um negativo, eu acho que assim, as pessoas estão muito sensíveis, porque o momento é muito difícil e a gente fica o tempo todo escutando o número de mortes e passando provavelmente muitas pessoas por mortes nas famílias e acho que muitas vezes as pessoas não querem ver esse tipo de conteúdo, não querem ver mais de graça, mais coisas tristes, é um impacto mental, tem um momento que você precisa desligar. Então eu acho que, eu tenho certeza que devem ter pessoas que tipo viram uma publicação mais de violência e sei lá, deixaram de seguir a página ou uma coisa assim, porque não eram o conteúdo que elas queriam naquele momento.

7. Claro, e então falando um pouco mais sobre o ativismo digital, qual que tu achas que é o papel do ciberativismo que é justamente esse ativismo digital no combate a violência doméstica?

Eu acho que o papel é principalmente, eu acho que com o ciberativismo as pessoas conseguem ter uma linguagem mais fácil, aí as pessoas conseguem fugir um pouco do academicismo como eu ia falar, que muitas vezes afasta as pessoas e não alcança as pessoas e parece uma coisa mais distante. Eu acho que pelo ativismo online, pelo ciberativismo, primeiro que as coisas tem que ser rápidas, as coisas tem que ser curtas e pequenas e tudo mais, então nem há tempo para você ficar discutindo que a razão de tudo é o patriarcado é mais “olha, tá aqui essa coisa, tá aqui essa informação, então tenho certeza que chegariam pessoas que não chegariam pelo ativismo normal, até porque não procurariam esse ciclo de pessoas, não procurariam esse ciclo de debates, mas se é uma imagem que é muito facilmente partilhada, pode chegar no seu perfil mesmo você não seguindo a página Rede 8 de Março ou uma página feminista mas porque alguém partilhou e chegou em você e pode ser uma coisa que te impacta, mas eu também vejo pontos negativos que é a banalização da causa e da pauta, porque mais uma vez, como tudo tem que ser rápido e como tudo tem que ser curto e tudo mais, eu acho que às vezes as coisas ficam reduzidas a banalidade como se fosse muito simples, que são aquelas frases de efeito “meu corpo, minhas regras” e todo mundo partilha aquilo e é isso mas qual é o conteúdo pra aquilo, ou seja, não há conteúdo nenhum e até é um clássico das marcas de moda usarem frases feministas e não sei o que e mais como uma moeda de compra e de venda do que de facto ativismo.

8. E eu verifiquei também que os principais formatos de postagens no caso da página de vocês foram os comunicados feitos pela própria página do tipo, a opinião sobre as pessoas que administram a própria página, a posição delas perante uma situação, tem alguma razão para vocês escolherem esse tipo de postagem?

Assim, não é a opinião das pessoas que implicam na página, na verdade, quando nós fazemos o texto em si este é aprovado por todo mundo então às vezes o que é, por exemplo, está assinado núcleo de Lisboa, aí é porque nós queremos deixar claro que só foi discutido por Lisboa, ou por Porto, dependendo do que tá, se não tá nada é porque é a opinião da rede 8 de março mas a razão de ser assim é porque nós queremos que de facto as pessoas saibam o que nós pensamos, o que nós, rede, pensamos e achamos um bocado, não necessariamente o que as pessoas querem assim, as pessoas não querem [...]

as pessoas que nós queremos alcançar, não querem frases feitas e coisas que não significam nada, elas querem saber o que de facto nós pensamos e se quiserem se juntar a nós, saber o que estão a se juntar, então acho que é isso, nós entendemos que é assim que se faz a luta.

9. E eu verifiquei também na minha análise um número maior de postagens no primeiro confinamento sobre o assunto da violência doméstica durante a pandemia do que no segundo, tu achas que há alguma razão para isso, tu achas que existe alguma correspondência entre o número de casos de violência doméstica e a atividade online nas redes sociais ou essa correspondência não faz sentido? Sim, a correspondência faz sentido, faz total sentido, foi o que eu falei, acho que até falei, quando foi logo no início do primeiro confinamento, pouco tempo depois que nós estávamos confinados, eu lembro que existiu um feminicídio em confinamento, acho que logo depois teve outro e começaram a sair muito as notícias e nós somos pessoas que somos influenciadas pelas notícias então, nós obviamente nos sentimos nessa necessidade de produzir o conteúdo e agora tem uma outra questão que é em relação a esse confinamento que foi na preparação pro 8 de março. O outro foi após o oito de março, foi literalmente após o 8 de março, então também nesse nós estávamos todas tipo modo preparação, coisas pra fazer e então acho que não houve tempo também da nossa parte para estar mais atenta a isso porque lá está, nós tínhamos que organizar as ações de rua, falar com câmara, falar com outra, então eu acho que com certeza a correspondência a questão da violência doméstica ser mais falada durante o primeiro confinamento, no início dele principalmente, acho que como tudo na pandemia nesse segundo confinamento também já era tipo ok assim, mas também tem essa questão que a nossa energia tava diferente, em um confinamento e no outro, porque num foi após o 8 de março quando as coisas a nível de organização e de eventos nosso estava totalmente em baixa, que ainda nem começamos a preparar ainda o outro 8 de março e nesse foi quando nós estávamos a tentar decidir tudo.

Então muito obrigada pela sua disponibilidade e pela entrevista. Só pra eu entender melhor então, vocês são divididas entre núcleos aqui em Portugal e tu fazes parte do núcleo de Lisboa.

Exato.

Ok, então tem núcleo do Porto [...]

Nesse momento activo que fizeram coisas agora nesse ano no 8M, nós temos Lisboa, Porto, Faro, Braga, Coimbra, Faro na verdade é o Algarve todo então tem pessoas de zonas diferentes do Algarve, Braga, Coimbra, Vila Real e Açores, temos em duas ilhas dos Açores.

Ah legal então, bem interessante. Então, muito obrigada mesmo pela tua disponibilidade.

Patrícia Martins, Feminismos Sob Rodas [Entrevista online de Patrícia Martins concedida a autora dia 12/03/2021 as 12h]. Duração: 36:30

1. Como que surgiu o movimento do Feminismo Sob Rodas?

Nosso movimento surgiu enquanto projecto porque no início de 2020 tinha submetido uma proposta de financiamento, para obter financiamento da Fundação Rosa Luxemburgo para financiar essa ideia de caravana feminista, isto é, juntar um grupo de pessoas que já tivessem ligado ao movimento feminista e que tivessem possibilidades de fazer iniciativas de carácter feminista pelos direitos das mulheres em locais onde há menor mobilização ou até nenhuma mobilização nos últimos anos e, portanto, este financiamento foi sempre na lógica de trabalho voluntário, isto é, essencialmente foi usado apenas para pagar despesas logísticas, de transporte e alimentação, e depois todas as pessoas que participaram desta concessão e depois da implementação desse projeto nunca receberam o trabalho que fizeram, portanto, depois, mais ou menos a partir do mês de agosto de 2020, nós começamos, efectivamente, a desenvolver o projecto e a pensar como fazê-lo. Numa primeira fase o que eu fiz foi contactar uma série de pessoas conhecidas do movimento feminista e perguntar se queria participar dele e então começamos a desenhá-lo, perceber onde vamos, quem é que conhecemos porque também a ideia não é nós irmos a locais sem conhecermos ninguém por lá mas antes de desenharmos o próprio mapa, fizemos uns contactos prévios, em alguns locais eu fui até fazer reuniões com umas pessoas de lá e perceber o que se faria mais sentido organizar nessas localidades pronto, depois, começamos a desenvolver os materiais, os materiais de divulgação, a própria imagem do projecto, o nome de que havia uma ideia geral de caravana feminista que nós não podíamos utilizar porque já é uma iniciativa, já é o nome de uma das iniciativas da marcha mundial das mulheres e então, começamos a desenhar o programa, os materiais, etc. E então esta primeira rota aconteceu entre o dia 8 de novembro e o dia 8

de dezembro de 2019, o que nós fizemos foi, nós escolhemos essas zonas por onde iríamos passar e acabamos por ficar somente nas zonas Norte e Centro por uma questão de recursos, nomeadamente financeiros, porque a maioria de nós era do Norte e, portanto, ir até o Sul do país significava ter determinados gastos que nós não tínhamos financiamentos para cobrir isso e decidimos que as iniciativas sempre aconteciam entre quinta e domingo porque também a maioria das pessoas que estavam a participar do projecto trabalhavam e estudavam durante a semana, portanto, era difícil deslocarem-se durante a semana para outras localidades depois, foi muito engraçado, porque ao longo do projecto outras pessoas foram conhecendo e foram tendo vontade de participar, por exemplo, nos dois últimos fins de semana já houve pessoas que integraram durante essa caravana digamos as atividades que não estavam desde o início que conheceram o projecto e tiveram vontade de participar e o projecto acaba com o Encontro Feminista e Capitalista do Porto no fim de semana seguinte penso eu, mas depois eu posso confirmar esses dados, ou também está no Facebook. E como inicialmente a ideia era só mesmo concretizar este projecto, não tornar isso um colectivo, ou um grupo informal, mas a verdade é que todas as pessoas que se juntaram, muitas delas tinham muita pouca participação no ativismo de qualquer área, tiveram vontade de continuar e então aí começamos a desenvolver a ideia do Feminismo Sob Rodas do colectivo, sendo que nós no início de 2020, nós começamos a pensar como nós íamos desdobrar a próxima rota mas depois veio a pandemia e então cancelamos o projecto de rota para o ano de 2020 e então começamos a pensar de que forma nós poderíamos desenvolver os vários objectivos do Feminismo Sob Rodas tendo em conta os constrangimentos da crise pandémica.

2. E qual que é a finalidade da página, assim, o objectivo?

Nós não temos como prioridade as redes sociais, acho que dá para perceber, porque sobretudo nós temos poucos likes, não temos assim muitos seguidores, portanto, mas para uma divulgação do nosso trabalho mas também que não acaba por funcionar tanto porque nós não direcionamos tanto o nosso trabalho para aí, para uma ampla divulgação ou para a criação de uma identidade do nosso colectivo, nas redes sociais que seja reconhecido pelos nossos “pares”, então, os outros colectivos feministas. No Instagram, por acaso, as coisas são um pouco diferentes porque como existe uma atenção maior da malta mais jovem às questões feministas nas redes sociais, então nós acabamos por aí por ter atenção, esta que é traduzida por likes, partilhas, etc., pronto. Mas também, o objectivo do Feminismo Sob Rodas é trabalhar com outras organizações, associações, pessoas, etc. e, então, o objectivo também da nossa página é ir mostrando um bocadinho esse trabalho de cooperação e de convergência com outros grupos.

3. Certo então, e qual que é o critério para seleção e produção das postagens do Facebook então?

A estratégia teve duas fases e acho que agora vai ter uma terceira fase. Na primeira fase, não tínhamos propriamente uma estratégia com exceção de uma campanha específica que houve e agora com duas, mas pronto, que não sei se faz parte da tua seleção que o Nem Tudo Deve ficar entre 4 Paredes, não sei se vais me fazer perguntas específicas sobre essa campanha porque essa teve estratégias diferentes que depois posso explicar mais pra frente, mas no início, entre 2019 até mais ou menos outubro e novembro de 2020, todas as pessoas que tinham acesso a página e vontade poderiam partilhar coisas mas depois nós mudamos um bocadinho a estratégia, primeiro para um trabalho não recair sempre sobre as mesmas pessoas e depois um dos objectivos do Feminismo Sob Rodas é facilitar a participação das pessoas em diferentes contextos, isto é, desde criação de panfleto, desde colar o panfleto na rua e até produção de conteúdo para as redes sociais independentemente das referências ou se são umas experts em criação de imagem e etc., e então nós a partir de mais ou menos outubro de 2020 até agora começamos a fazer uma rotatividade, isto é, nós começamos um ponto de coordenação do Feminismo Sob Rodas que inclui cerca de sete a dez pessoas e vai rodando mais ou menos de três em três meses. Há algumas que permanecem, as pessoas que são mais do início, mas há esse sentido de rotatividade e então, há sempre [...] o que nós também temos experimentado é a nível de gestão de conteúdo nas redes sociais, isto é, há uma equipa de duas pessoas que mudam, mais ou menos, de dois em dois meses, por aí, e que durante esses dois meses são responsáveis pela publicação de conteúdos né, desde conteúdos que podem ser replicações de notícias, até a criação de conteúdos próprios por isso assim, não há propriamente uma estética pois depende muito do gosto e da experiência que as pessoas têm e essas pessoas incluem sempre uma pessoa que está há mais tempo no Feminismo Sob Rodas e uma pessoa nova que está há menos tempo, que está há menos meses e eu faço um bocadinho a gestão

dessas publicações e um bocadinho espírito motivacional de vamos lá pessoal! não sei o que e pronto, e também vou fazendo umas publicações mais específicas e pronto, também é uma forma de, há determinados conteúdos sobretudo, produção de conteúdos de base, que não existe, ou seja aquela publicação de notícias que implicavam uma pesquisa e isso também é um dos objectivos das pessoas ao estarem a fazer, ao terem essa preocupação e postarem coisas nas redes sociais, tem que pesquisar, tem que ler, tem que refletir, etc. e pronto.

4. Então justamente eu verifiquei pelas postagens que eu analisei, eu verifiquei que o principal formato das postagens da vossa página foi justamente a divulgação da campanha específica Nem Tudo Fica Sobre 4 Paredes e pronto então, eu queria saber um pouco mais sobre a campanha e sobre os critérios de postagem, da divulgação da campanha da página do Facebook. Ok, então, essa campanha surge quando surge então o primeiro confinamento e parte também do questionamento de que primeiro começaram a chegar essas notícias e reflexões de que a violência doméstica no contexto da pandemia iria aumentar, não é, e que aumentando os números, poderia não aumentar o número de denúncias, por aquilo que vivamos, das vítimas estarem a viver com os agressores, mais difícil, etc e pronto. E então, nós fizemos essa reflexão de que pode nem sequer ter acesso ao saber onde estão os números de denúncia, de apoio, etc, não é? não só para pessoas que sofrem de violência doméstica mas também para pessoas que possam ouvir o vizinho, o familiar, etc. então, nós somos aqueles grupos cuja campanha de mobilização pode-se ou não chegar só que também nos fez sentido construir essa campanha não sozinhas, não é, mas também com outra organização que já tivesse mais experiência nesta área a nível de intervenção direta. Então nós falamos com a UMAR, a união de mulheres alternativa e resposta do Porto e que tínhamos essa campanha em colaboração com elas e então pensamos em dois formatos: um vídeo, uma espécie de suporte publicitário que levasse as pessoas a ver e ficarem sensibilizadas com o tema e terem acesso a informação das principais vias para denúncia e depois um conjunto de imagens que tivesse essa informação desenvolvida quase como os slides. Também em conversa com outra associação do Porto que é a associação Plano I que trabalha mais a nível da população LGBT também percebemos que seria importante falar sobre a questão da violência dos casais LGBT por isso que no vídeo que tem cerca de 30 segundos mais ou menos, não temos só a situação de violência doméstica contra mulheres, não é? nós temos a violência contra as mulheres, temos violência doméstica contra pessoas idosas e casais LGBT e depois temos o conjunto de slides cuja informação sobre linhas de apoio, sobre associações, etc. está mais desenvolvido. Para fazermos o vídeo, desenvolvemos a partir em parceria com uma produtora o vídeo de filmes e cinemas que se chama field produtora com quem já temos trabalhado em outras situações nomeadamente foi a field que fez o nosso primeiro spot e com quem já temos feito nós do feminismo sob rodas nós, em uma maneira geral, já temos feito outro tipo de trabalho, nomeadamente foi uma das pessoas responsáveis a Fernanda Moreira que fez a recolha de testemunhos na rota de 2019 e que agora já existe sobre a forma de um pré documentário de 10 minutos. Dentro disso, já havia feito conosco vídeos para a marcha LGBT do Porto e aqui a principal estratégia de divulgação foi a nossa página, isto é, houve uma estratégia por trás que eu acho que não é visível para quem aceder a nossa página então, várias pessoas do nosso grupo em conjunto com as técnicas de outras inseriram-se num conjunto grande de grupos no Facebook mas não grupos feministas ou grupos de direitos das mulheres. Elas fizeram Marketing e foram muito por localizações, por exemplo, grupo a nível da cidade do Porto, associação Clube de Ovar, etc. grupos que não estão ligados a isso. E então durante duas semanas, três semanas, mais ou menos, todo esse conjunto de pessoas andaram a inserir essa campanha nesses grupos, criamos também um perfil do Feminismo Sob Rodas também com esse objectivo. As páginas é mais difícil publicar em nome de uma página então também criamos o perfil para ser mais uma pessoa a poder fazer essas publicações. Eles depois fizeram uma espécie de relatório em que colocaram os nomes dos grupos, as estatísticas, etc. Se quiseres, depois posso te enviar. Pode ser sim, claro. Pronto, e foi essa a estratégia que teve por trás.

5. Ok, certo então. E o que que mudou em relação a dinâmica da produção e divulgação das postagens do ano passado e eu digo ano passado meados de 2019 e início de 2020 quando não tinha pandemia e esse ano, assim vocês deram atenção especial a algum tema em específico?

Então, o que mudou é que nós começamos a dar um bocadinho mais de atenção a questão das redes sociais porque em 2019 nós estávamos mais preocupadas primeiro em criar uma ideia de grupo e de colectivo e sobretudo de participação em que [...] porque a verdade é que quando nós começamos a desenvolver esse projecto enquanto colectivo, tinha quase sempre como preocupação a questão dessas novas pessoas que estavam a entrar e que tinha muita pouca participação e como elas podiam, como é que elas tem uma voz dentro do grupo, não é, porque pode ser um espaço em que podem construir as suas ideias e criarem o seu projecto em conjunto com outras pessoas por isso a questão das redes sociais sempre foi um bocadinho secundária ao grupo e ainda continua a ser. Eu acho que agora sim vai passar por uma outra fase porque entretanto houve uma pessoa que não faz parte do nosso grupo, não é, ou que nem quer fazer, mas que acha muito interessante nosso projecto e que nos contactou e disse: eu quero vos ajudar a ter umas redes sociais melhores e ainda então essa semana as minhas colegas tiveram uma reunião com ela no sentido aqui de criar uma outra estratégia para as redes sociais que eu ainda não sei qual é porque não fui a reunião e eu estava em outra em simultâneo. Mas, relativamente no final de 2019 e início de 2020 eu acho que a única diferença mesmo foi esta ideia de como é que nós, através das redes sociais, conseguimos falar para outros públicos que não os nossos, não é, porque muitas vezes verificamos que as associações feministas num geral dentro do público LGBT, enfim, dentro destas áreas, muitas vezes tem uma audiência um pouco maior nas redes sociais mas questionamos até que ponto isso se transcreve efectivamente numa disputa no senso comum sobre a importância do feminismo na sociedade, sobre uma mudança de mentalidades, enfim, então a nossa questão também nas redes sociais é sobretudo perceber como se consegue furar a bolha. Nós, às vezes, temos essa discussão, se eu abrir a minha página do Facebook parece um mundo perfeito de esquerda, são tudo propostas, é porque eu nem discursos de extrema direita conservadoras apanho, não é, se esses algoritmos funcionam assim, como é que nós conseguimos passar e isto foi um bocadinho, quando houve aqui agora as eleições presidenciais aqui em Portugal e com, digamos, o crescimento eleitoral da extrema direita aqui em Portugal, essa discussão voltou, que é como é que nós conseguimos furar a bolha, não é? que nós privilegiamos essa questão de furar a bolha nessa intervenção direta com as pessoas, mas e, nas redes sociais, como é que nós conseguimos fazê-los, tendo em conta que nós não temos recursos para pagar publicações, não temos equipe profissional para fazer isso, então como nós a partir dos nossos meios conseguimos construir outros tipos de pontos e de alvos.

6. Claro, é realmente eu acho que o algoritmo é mesmo uma coisa muito difícil de enfrentar mesmo nas redes sociais. E então, de que forma tu acha que as postagens sobre violência doméstica na pandemia impactam o público? Qual é o sentido, quando vocês divulgam esse tipo de postagem, como vocês procuram impactar o público?

Então, quando nós divulgamos especificamente nessa estratégia, fora do nosso círculo, porque ainda por cima o nosso círculo é muito pequeno, nós temos a nossa audiência muito baixa, não é, primeiro que eu acho que quando nós divulgamos dentro desses grupos de Facebook, onde se discute várias coisas e se publica várias coisas que nada tem que ver com problemas da sociedade, não é, como nos dizem respeito a grupos específicos e que estão muito presentes no dia a dia, não é, acho que num primeiro momento é, acho que quando a pessoa está a fazer um scroll lembrar-se, não é, porque isso está muito presente no dia a dia, não é, nós estou a dizer pessoas que fazem parte deste colectivo ou pessoas que fazem parte desse ativismo ou trabalha nessas áreas, isso faz parte, nós pensamos isso no dia a dia, então temos mais alertas para, mas, as pessoas que não pensam tanto isso no dia a dia muitas vezes só veem por via das redes sociais ou por via do telejornal e como também a comunicação social não deu tanto atenção sobre isto durante o confinamento, todos os dias o que aparecia era os números de infetados, os números de mortes, as medidas sanitárias, etc, não é, o objectivo era um bocadinho que as pessoas comessem a ligar os pontos, não é, isto de que a questão da crise pandémica é uma constelação de consequências de problemas e que através de uma informação simples, porque a nossa ideia também era expor a informação de forma simples, as pessoas pudessem criar uma espécie de alerta, não é, e ficar com certas imagens na memória e que eventualmente isso pudesse ser até o motivo de comentar, nem que fosse depreciativo, mas que pelo menos comentem e se comentam faz com que aumente a visibilidade e se aumentar a visibilidade outras pessoas vão ver e até podem entrar em lapso sobre isso, mas enfim, acho que é muito nesse sentido de alerta porque também nós sabíamos que havia outras organizações nomeadamente institucionais do governo a também fazerem essa

divulgação então o nosso objectivo foi um bocadinho engrossar um discurso social sobre a questão da violência doméstica.

7. Claro. E eu verifiquei também um número maior de postagens no primeiro confinamento sobre a questão da violência doméstica do que no segundo confinamento, tem alguma razão para isso? Ok, no segundo começou agora, não é? Agora não [...]

Isto, começou dia 15 de janeiro, eu apanhei até o dia 15 de fevereiro só, não cheguei a apanhar todo o período do segundo confinamento, mas assim, do período que eu apanhei, eu verifiquei um número maior de postagens do primeiro confinamento do que no segundo, sendo que no primeiro confinamento eu peguei também um período que apanhou já a fase do desconfinamento, então pronto, o segundo período eu apanhei só o período do confinamento mesmo. Tem alguma razão para o número maior de postagens?

Eu acho que uma das razões é porque houve um grande esforço no desenvolvimento dessa campanha. Outra razão é que nós [...] pronto, isso foi mais ou menos no início de 2020, certo? Sim, exacto.

Pronto, o que acontece depois é que nós, quando houve o desconfinamento em setembro mais ou menos, acho que foi dia 5 de setembro ainda, nós fizemos uma reunião aberta presencial e foi no Porto, em que apareceram cerca de 20 pessoas mais uma outra que estava online e então todas essas pessoas novas a quererem participar do colectivo e, portanto, digamos que isso foi uma terceira nova fase desse colectivo, então a partir desse momento nós tivemos que começar a criar outras dinâmicas para integrar essas pessoas novas e como foi a integração dessas novas dinâmicas, o que nós propusemos foi a criação de, e nesse momento está a funcionar dessa forma, tem funcionado bem, é a criação de novos grupos de trabalho. Nós, em setembro de 2020, arrancamos com três, uma relativamente ao dia 25 de novembro, esse grupo de trabalho tinha que pensar iniciativas para o dia 25 de novembro, outra sobre formação política e o terceiro tinha que ver também com essa questão das redes sociais, isto é, por conta das polémicas que vão surgindo no espaço público relativamente a determinadas frases que figuras da extrema-direita vão soltando e vão normalizando, numa dessas situações mais polémicas nós no grupo do Whatsapp, já não me lembro o que foi “ah não sei o que, nós temos que dizer alguma coisa, nós temos que fazer alguma coisa, temos que dizer alguma coisa, então a reflexão foi “ok, nós vamos dar a nossa opinião sobre esse assunto mas quem nos vai ler são pessoas que já concordam conosco”, portanto, eu já não me lembro muito bem, mas tinha a ver com qualquer coisa sobre questões de género e então trilhou-se um grupo de trabalho para aprofundar isso, então o que nós queremos passar, e isso começou a cruzar com a ideia de um segundo novo confinamento e esse grupo de trabalho começou a desenvolver uma campanha que ainda está acontecer, que acho que ainda vai durar dois meses, que é a campanha igualdade e ponto, eu não faço parte desse grupo de trabalho, vou te dizer aquilo que sei, que assisto nas reuniões gerais, mas a ideia dessa campanha foi começar pelo nível um que é desmitificar o conceito de feminismo e usar a pluralidade de vozes que há sobre a questão feminista e pedir a pessoas que tenham ou a um grupo que tenha mais projecção para explicarem e gravarem um vídeo e vídeo esse que nós publicamos nas nossas redes mas que pedimos a essas outras pessoas que publiquem nessas redes, portanto, todo esse trabalho envolveu uma rede de contactos que muitas vezes não é fácil, não é, porque há pessoas que respondem, há pessoas que não respondem, enfim, então ela já tem publicado um conjunto de vídeos a responder essa questão e conseguiram desde colectivos ligados a movimentos sociais até figuras públicas tipo Catarina Furtado, atrizes e sei que ainda não terminaram porque eles ainda estão a sair e mesmo vários vídeos sobre isso e que muitas vezes a forma como é tido o feminismo é propriamente a forma como o nosso colectivo geral se identifica, não é, mas a ideia é um bocadinho criar onda no espaço das redes sociais sobre esta questão e então, por isso é que eu acho que não foi dada tanta atenção a este tema porque também teve a ver um bocado com a autonomia de grupos de trabalho, por exemplo, na questão do dia 25 de novembro, que é o dia da eliminação da violência contra as mulheres, as pessoas que se envolveram no grupo de trabalho, o que decidiram fazer foi um conjunto ações online em que contactaram outras associações e fizemos também uns cartazes que colamos em zonas periféricas da cidade do Porto, porque normalmente os cartazes são colados no centro da cidade, na baixa, na Rua de Santa Catarina, etc., mas também fomos para as zonas periféricas tipo Valongo, Gondomar, Ermesinde, não que não existe informação ou que não existe essa reivindicação de espaço público dos movimentos feministas e portanto fizemos essa campanha e colamos em outras cidades onde há menor mobilização dentro das

possibilidades, então acho que é um bocadinho mais por aí, não é, não foi intencional, mas teve a ver um bocado com esse recurso da autonomização e de escolha das pessoas que chegaram de novo sobre aquilo que hei de fazer.

8. Claro. E existe alguma correspondência entre o número de casos de violência doméstica e a atividade online nas redes sociais ou essa correspondência não faz sentido?

Correspondência, como assim?

Por exemplo, tem alguma relação entre o número de casos de violência doméstica e a atividade online nas redes sociais como tavas a me dizer anteriormente, foram feitos outros tipos de acções nesse sentido ou essa relação não faz sentido, tu achas que os números de casos de violência doméstica e atividade online não estão relacionadas ou achas que estão relacionadas?

Se aumentam ou diminuem com a questão da atividade online?

Não, por exemplo, se na atividade online, por exemplo, no segundo confinamento não houve tantas postagens sobre o número de casos de violência doméstica, tu achas que por não ter tantas postagens houve uma diminuição no número de casos de violência doméstica ou achas que não?

Olha, eu não sei, porque é muito difícil dizer pois não temos acessos a esses números, contudo eu acho difícil que possa a ver uma mudança porque, isto é, acções pessoais, não é, tipo houve muitas pessoas que do primeiro confinamento para o segundo confinamento desenvolveram mais estresse, mais planos de saúde difícil de que de um confinamento para o outro os números diminuem, o que eu acho é que nesse segundo confinamento já saíram algumas notícias, por exemplo, da questão da violência doméstica vai ser proibitória no plano de pós pandemia, etc. Se estão a ser tomadas as medidas suficientes, eu acho que não, nós achamos que não, mas porque a questão da violência doméstica é estruturada na sociedade portuguesa e é muito prevalente, não é propriamente uma mudança social entre o primeiro confinamento e o segundo confinamento para que determinadas práticas se alterassem, o que eu acho é que tanto o nosso grupo e muitos outros grupos são grupos informais, não é, que as pessoas não são profissionalizadas nesse grupo, portanto, quando nós somos profissionalizadas também não tem tanta possibilidade de desenhar estratégias a longo prazo, não é, porque uma pessoa sendo ativista neste carácter voluntário o que acontece é que vai acumulando também outras e mental, mais cansaço ou perderam o emprego ou ficaram em condições mais precárias, enfim, há aqui um conjunto de questões que eu acho que não intencionalmente faz com que as pessoas desviem a sua atenção para algumas coisas e deixam de prestar atenção para outras e depois acho que tem a ver um bocado com as características do movimento feminista em Portugal. Primeiro que é um movimento que não tem carácter tão, como dizer [...] tão presente

Articulado?

Sim, articulado e tão presente olha como por exemplo no Brasil ou em Espanha, não é, e portanto acho que as coisas são muito mais fragmentadas e muitas vezes ocorrem como reacção a algum caso excecional ou organizam-se para datas muito específicas como o 25 de novembro e o 8 de março. Nos últimos anos, tem alterado um bocadinho, não é, mas não sendo tão presente em toda sociedade e sobretudo não existe propriamente um grande trabalho de todos esses colectivos, trabalho de base, não é. Na disputa dessa organização de base junto de pessoas que não tem tanto acesso a esses circuitos, eu acho que isso faz com que seja difícil a articulação de uma agenda mais consertada porque provavelmente eu acho que se houvesse [...] se mais colectivos ou organizações, o que seja, durante o segundo confinamento, tivessem carregado mais na tecla da violência doméstica, os outros também provavelmente iriam atrás porque às vezes funciona um bocadinho assim “porque vi o outro ali, se calhar também queremos falar sobre o assunto, como é que vamos falar” pronto, eu acho também que é um bocadinho por aí.

Pronto, então era isso. Muito obrigada pela disponibilidade, adorei a entrevista, acho que foi além do que eu esperava, eu gostei muito, muito obrigada pela tua disponibilidade.

Apêndice 2

Dimensões de Análise	Feministas em Movimento	Rede 8 de Março	Feminismos sobre Rodas	Frequência Feminista
Violência de género	Como se verificou nessa ocasião, “as crises não são neutras”, elas “reproduzem e tendem a exacerbar as desigualdades existentes entre mulheres e homens” - (Postagem 1) Hans Kluge indicou que o número de chamadas de mulheres vítimas de violência doméstica teve aumentos até 60% nos países europeus e as denúncias <i>online</i> aumentaram até cinco vezes durante o mês de abril por comparação com os números do mesmo período do ano passado. (postagem 3) Um estudo recente realizado em Portugal, junto de cerca de 700 jovens LGBT+, revelou que estes/as identificam como principais fontes de apoio, os/as amigos/as. Quanto à família, se em alguns casos foi	Amanhã às 16h00 iremos falar sobre como o COVID19 afecta as mulheres, como estas são a maioria da linha de frente de combate e contenção do vírus e outros testemunhos! (postagem 31) Sabemos que num espaço confinado, sem possibilidade de sair livremente, a violência aumenta e o controlo físico e psicológico exercido sobre nós torna-se ainda mais insuportável. Sabemos também que o clima de medo e incerteza impacta de forma particular a nossa saúde mental. (postagem 32) Para que a mulher tenha capacidade de sair de relações abusivas, é preciso que seja economicamente independente. Exigimos por isso o aumento do salário mínimo para os 900€, acesso a habitação social com condições e a		A agressão dá-se de várias formas e inclui uma série de comportamentos ameaçadores e prejudiciais. Pode assumir a forma de abuso verbal e emocional, com a ameaça directa ou implícita de violência. A agressão pode incluir o controlo das finanças e a liberdade física. A violência pode envolver espancamentos graves e frequentes ou pode ocorrer ocasionalmente. (postagem 38)

	vista como protectora, noutros foi identificada como uma <u>fonte adicional de discriminação</u>, potenciando situações de mal-estar. (postagem 8) Para tal, Portugal pediu ao Instituto Europeu para a Igualdade de Género (EIGE, na sigla em inglês) para elaborar uma “nota de pesquisa” sobre o impacto da pandemia na igualdade. (Postagem 11)	casas de refúgio públicas para as vítimas de violência, mulheres e filhos, com apoio psicológico. (postagem 35)		
Violência doméstica	Feitas as contas, desde o início do estado de emergência em Portugal, que obrigou a um confinamento mais efetivo de vítimas e agressoras na mesma casa, os serviços de apoio criados pelo Governo já receberam 302 pedidos de ajuda (postagem 7) Os resultados indicam que, "em tempos de Covid-19, a ocorrência de situações de violência é uma realidade em Portugal com 15% dos participantes (159) a relatar ocorrência de	Esta mensagem é para todas as pessoas. Para quem sofre, para quem vê, para quem sabe: NEM TUDO TEM DE FICAR ENTRE 4 PAREDES. Na linha da frente contra a violência, a segurança e a proteção não estão em quarentena. Confia a tua vida a quem te pode ajudar. (postagem 33) A Emily Felisberto (@emilly.felisberto), inspirada pela nossa hashtag #machismonãofazquarentena, escreveu uma reflexão sobre a	Existem diversas estruturas de apoio às vítimas de violência, e não podendo sair de casa, pusemos em prática um estratégia de ampla divulgação para que essa informação chegue o mais longe possível. Amanhã estamos na "estrada", e seguimos juntxs - Pensar e Agir, Solidariedade Feminista (postagem 21) A Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica foi reforçada, as linhas de denuncia e	Em Portugal, soube-se a 29 de Abril que as queixas por violência doméstica diminuíram durante o período de confinamento. As três linhas de apoio a vítimas de violência doméstica receberam 308 pedidos desde 19 de Março e as queixas às polícias por este crime diminuíram 39% em relação ao mesmo período de 2019. (postagem 37) Pede ajuda durante o isolamento através do serviço de mensagens curtas (3060), um reforço da linha

	violência no seu domicílio e um terço das vítimas (34%) disse ter sofrido violência doméstica pela primeira vez durante a pandemia" (postagem 13) À obrigatoriedade do confinamento em espaços onde convivem potenciais agressores e vítimas associa-se o stress e a diminuição de condições económicas durante a pandemia — factores que contribuem para o agravamento de situações de violência doméstica, nota a investigadora. (postagem 14) No dia da divulgação de um estudo da Escola Nacional de Saúde Pública que revela a subida do número de casos de violência doméstica entre abril e outubro do ano passado, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima alerta para o elevado número de crimes que nunca chegam a ser denunciados.	violência doméstica nesses tempos de quarentena. Convidamos todos a partilharem seus textos, reflexões, imagens e criações. O objetivo é alcançar o maior número de mulheres, para que nenhuma se sinta sozinha.(postagem 34)	pedido de ajuda funcionam 24h, são gratuitas, anónimas e confidenciais.(postagem 22) Entendemos que em tempos de crise, a articulação coletiva e o esforço de muitas pessoas, pode ter impacto na forma como nos relacionamos com o mundo e com as mudanças que queremos assistir e participar. (postagem 23) Está tudo bem em tua casa? Ainda bem. Mas esta campanha também é tua. Partilha nos grupos a que tens acesso e está atento/a a todos os sinais de alerta. Durante a Pandemia, as mulheres, crianças, pessoas LGBT e pessoas mais velhas são mais susceptíveis à violência.(postagem 24) Nós saímos das nossas 4 paredes para aprendermos e construirmos fora do nosso quarto- porque nem tudo tem de ficar entre 4 Paredes. OUVIR, DENUNCIAR e	telefónica para vítimas de violência doméstica (800 202 148). O balanço é feito por Rosa Monteiro, secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade e a perscrutadora da Linha SMS 3060. A governante garante que, ainda assim, apesar dos pedidos de informação, também há casos em que a situação relatada pela vítima requer que sejam acionados os meios de emergência, como bombeiros e as forças de segurança. (postagem 39) Na linha da frente contra a violência, a segurança e a protecção não estão em quarentena. A Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica foi reforçada, as linhas de denúncia e de pedidos de ajuda funcionam 24h, são gratuitas, anónimas e confidenciais. (postagem 41) Metade do mundo está em
--	--	--	--	---

	(postagem 15) Segundo o estudo, a maioria das vítimas não procura ajuda nem a denúncia (72%), por a considerarem "desnecessária", que "não alteraria a situação" e por se sentirem constrangidas com a situação. Já os principais motivos para não denunciar a situação às autoridades policiais são que o "o abuso não foi grave" e "acreditar que as autoridades não fariam nada". (postagem 16) "Saúdo a vontade dos funcionários da Inter-Actions de expandir os seus cursos de formação e de visar os perpetradores de violência doméstica com o seu novo projeto. A par da proteção das vítimas, as campanhas de sensibilização e prevenção, o trabalho com os perpetradores é um pilar essencial na luta contra a violência doméstica", referiu a ministra, na Taina Bofferding na assinatura do protocolo com a associação.		REINVINDICAR de muitas formas e em coletivo. (postagem 26) Entre o dia 27 de março e o dia 25 de abril, ou seja no primeiro mês de funcionamento da linha SMS para apoio a vítimas de violência doméstica, a Comissão para a Igualdade de Género (CIG) recebeu 122 pedidos de ajuda. (postagem 27) Os sinais estavam lá desde o princípio, ainda no Brasil. Era demasiado inexperiente para os ver. Tinha 16 anos. Num instante, ficou grávida. Ele pediu-lhe que não usasse saias curtas, nem blusas com decote. "Ele quer que eu seja aquela mãe de família, ele diz isso para me proteger", pensou. (postagem 28) VD@Covid19 – Violência nas relações de intimidade em tempos de Covid-19: desigualdades de género e (novos) contornos da violência doméstica?	confinamento e o isolamento social é fundamental para combater a pandemia de covid-19, mas como fazê-lo quando se vive com um agressor? Como se proteger da ameaça que vem de uma das pessoas mais próximas? A quarentena é, para milhões de mulheres, uma armadilha invisível. (postagem 42)
--	--	--	---	--

	(postagem 17) Os dados veiculados pela Guarda Nacional Republicana (GNR) apontam “para um aumento de violência doméstica”, apesar de não ter sido “um aumento significativo face ao esperado”, salientou Raquel Gomes.(postagem 18) O coordenador da Equipa de Análise Retrospectiva de Homicídios em Violência Doméstica receia que os casos de violência doméstica aumentem em tempos de confinamento, apontando que o contexto atual será de menos exteriorização, mas maior sofrimento das vítimas. (postagem 19) A violência doméstica continua a atingir sobretudo as mulheres, que perfazem 83% das queixas, bem acima dos 17% de vítimas do sexo masculino. A prevalência da vitimação, conclui a APAV, é maior em pessoas entre os 21 e os 44 anos.		(postagem 29)	
--	--	--	---------------	--

	(postagem 20)			
Violência no namoro	As vítimas de violência são quase na sua totalidade do sexo feminino (89,7%) e os agressores são jovens homens (91,9%), com uma média de idades de 25 anos. (postagem 10) Elas não pediram ajuda porque não sabiam se os serviços continuavam." Há também casos, menos, em que a violência surgiu neste período: "Já havia mal-estar e surgiu nesta altura." (Postagem 12)	A violência no namoro pode surgir na forma de comportamentos com o objectivo de controlar, de dominar ou de humilhar. Os ciúmes não são uma demonstração de amor. Não tens de dar as tuas passwords para provar a tua lealdade. Os insultos durante as discussões não são normais. Forçar um beijo ou qualquer tipo de contacto não consentido é violência sexual. (postagem 36)		
Violência racista		Não é confinamento ou isolamento de uma minoria étnica, é o seu oposto, é concentração, campos de concentração e mapeamento de uma minoria étnica com base no preconceito, na desumanidade, na ignorância e na idiótica ideia de superioridade branca. É racismo, é fascismo, é machismo, é crime de ódio, é atentar contra a dignidade		

		humana, é inconstitucional, é ciganofobia. (postagem 30)		
--	--	---	--	--